



CÂMARA DOS DEPUTADOS
54ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2012

Comissão de
Ciência e Tecnologia,
Comunicação e Informática



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO.....	7
2 – EVENTOS DA COMISSÃO.....	12
2.1 – AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.....	13
2.2 – SEMINÁRIOS.....	29
2.3 – OUTROS EVENTOS.....	35
3 – PROPOSIÇÕES APRECIADAS	41
3.1 – TVRs.....	42
3.2 – PROJETOS.....	70
3.3 – REQUERIMENTOS	76
3.4 – EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS	82
4 – PROPOSIÇÕES NÃO APRECIADAS	113
4.1 – TVRs.....	113
4.2 – PROJETOS.....	117
4.3 – REQUERIMENTOS	125
5 – SECRETARIA DA COMISSÃO	126
5.1 – RESUMO DE ATIVIDADES	126
5.2 – COMPOSIÇÃO	127



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APRESENTAÇÃO

Em 2012, a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática marcou a sessão legislativa com uma pauta de debates e decisões acerca de uma diversidade de matérias fundamentais para a vida do cidadão.

A despeito da complexidade de muitos temas e das peculiaridades do processo legislativo, logramos viabilizar uma agenda positiva, fruto principalmente do exercício constante do diálogo e da construção de consensos.

De fato, seminários e audiências públicas, entre outros eventos, permitiram discutir, por exemplo, a qualidade dos serviços de telefonia celular, internet e assuntos da área de ciência e tecnologia, como os programas espacial, antártico (PROANTAR) e Ciência sem Fronteiras, questões ligadas ao pré-sal e ao Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações), no que se refere à destinação de recursos para o setor.

No caso das telecomunicações, os inúmeros debates centraram-se, principalmente, na expansão do programa nacional de banda larga, na ampliação dos recursos para o setor, assim como no aumento da velocidade e redução do preço de conexão – busca-se, em síntese, sistema de comunicação mais rápido e barato.

Mas outros temas importantes ocuparam a pauta da comissão: a publicidade infantil, a digitalização da radiodifusão, a atuação do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, reativado em agosto, mídias alternativas, o papel dos Correios no atual cenário de mudanças tecnológicas, as estratégias de desenvolvimento da Amazônia, objeto de seminário em junho, que discutiu educação, ciência e tecnologia na região.

O principal debate, entretanto, tratou das propostas relacionadas à segurança na internet, no âmbito do Projeto de Lei nº 84, de 1999. O texto, aprovado no mês de maio, depois de profunda discussão, converteu-se, juntamente com o Projeto de Lei nº 2.793, de 2011, na Lei nº 12.737, de 2012, acerca dos chamados crimes digitais.

Além da matéria acima, foram apreciados 75 projetos de lei e de decreto legislativo, incluídos os apensados, destacando-se, entre as proposições aprovadas (53), iniciativas sobre serviços de telecomunicações, radiodifusão, propaganda de medicamentos, fusos horários, catástrofes naturais, pesquisa e inovação tecnológica. Na área de radiodifusão, logramos aprovar, ainda, 210 atos de outorga de emissoras de rádio e televisão.

Naturalmente, é grande a nossa preocupação com a modernização e melhoria da qualidade das telecomunicações brasileiras e com o desenvolvimento tecnológico do país. No primeiro caso, foram frequentes, nesse sentido, as discussões principalmente com a direção do órgão regulador – Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) –, do qual, por certo, se espera uma atuação mais firme na defesa dos interesses do consumidor.

No setor de tecnologia, cabe assinalar, também, a destinação de recursos, por meio de emendas, em especial à Lei Orçamentária Anual/2013, para programas de extensão, concessão de bolsas pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e programas antártico e espacial (Complexo de Alcântara).

Registre-se, ainda, a troca de experiências com outros países, por ocasião de reuniões técnicas com delegação procedente da China e com membros do parlamento da Indonésia em visita de estudos ao país, as quais possibilitaram a discussão de questões como o sistema de proteção de propriedade intelectual e tecnologia espacial.

Encerro a minha honrosa missão à frente deste colegiado convicto de que propiciamos importantes contribuições ao país e de que, não obstante os naturais reflexos do calendário eleitoral sobre a agenda da Câmara, o resultado revelou-se bastante positivo. Mas há longo caminho a percorrer. Em 2013, este órgão, olhando para frente, certamente dará sequência ao debate de outros temas fundamentais para milhões de brasileiros, como no caso dos crimes na internet, em que pôde oferecer à população essencial legislação sobre o assunto.

Meus agradecimentos aos colegas parlamentares e aos servidores da Casa, particularmente aos da comissão, bem assim a todos os demais – autoridades, pesquisadores, membros da comunidade acadêmica, representantes da sociedade civil em geral – que, direta ou indiretamente, contribuíram para o sucesso desta administração.



Deputado EDUARDO AZEREDO
Presidente

1 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO¹



PRESIDENTE
EDUARDO AZEREDO
PSDB - MG



1º VICE-PRESIDENTE
RUY CARNEIRO
PSDB - PB

2º VICE-PRESIDENTE
ANTONIO IMBASSAHY
PSDB - BA

3º VICE-PRESIDENTE
CARLINHOS ALMEIDA
PT - SP

¹ Posição em 21/12/12.

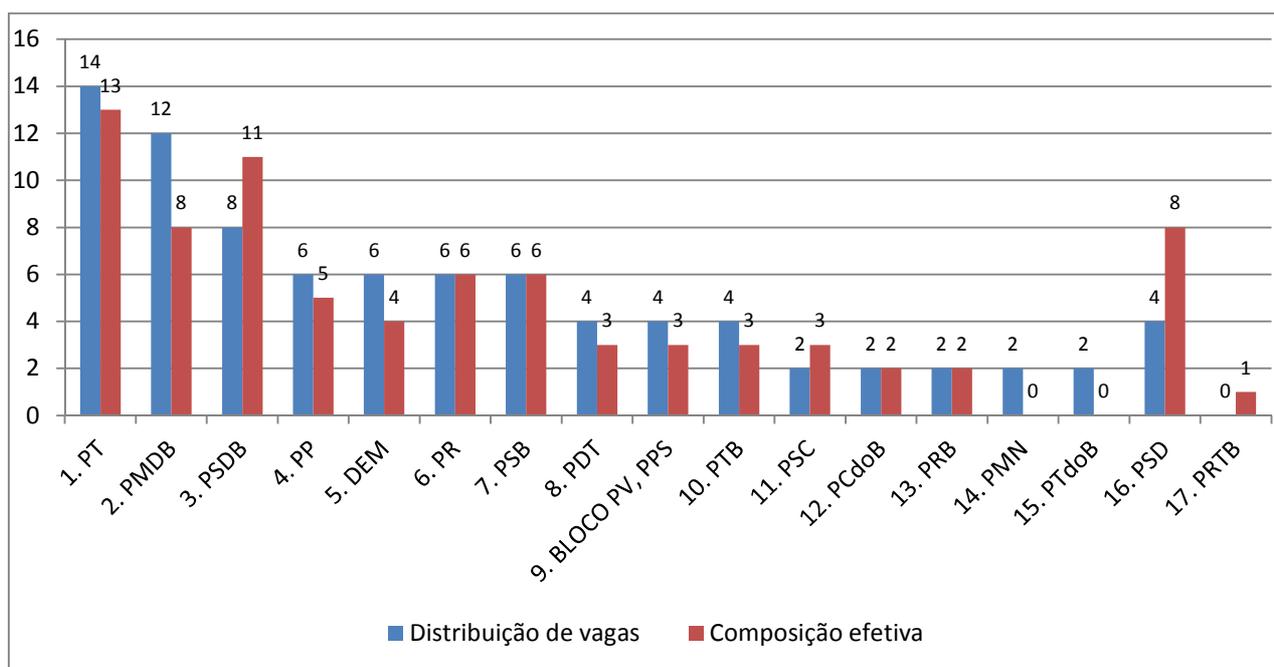
TITULARES	SUPLENTES
PT	
Carlinhos Almeida PT/SP (Gab. 613-IV)	Beto Faro PT/PA (Gab. 723-IV)
Décio Lima PT/SC (Gab. 218-IV)	Biffi PT/MS (Gab. 260-IV)
Gilmar Machado PT/MG (Gab. 262-IV)	Josias Gomes PT/BA (Gab. 642-IV)
Jorge Bittar PT/RJ (Gab. 232-IV)	Marina Santana PT/GO (Gab. 279 – III)
Rubens Otoni PT/GO (Gab. 501-IV)	Newton Lima PT/SP (Gab. 805 – IV)
Sibá Machado PT/AC (Gab. 421-IV)	Paulo Teixeira PT/SP (Gab. 281-III)
1 vaga	Waldenor Pereira PT/BA (Gab. 807-IV)
PMDB	
Arolde de Oliveira PSD/RJ (Gab. 917-IV)	Aníbal Gomes PMDB/CE (Gab. 731 – IV)
Hermes Parcianello PMDB/PR (Gab. 234-IV)	Felipe Bornier PSD/RJ (Gab. 216 – IV)
Manoel Junior PMDB/PB (Gab. 601-IV)	José Priante PMDB/PA (Gab. 752 – IV)
Manoel Salviano PSD/CE (Gab. 506-IV)	Marçal Filho PMDB/MS (Gab. 448-IV)
Marcelo Castro PMDB/PI (Gab. 811-IV)	Saraiva Felipe PMDB/MG (Gab. 429-IV)
Rogério Peninha Mendonça PMDB/SC (Gab. 656-IV)	Sandes Júnior PP/GO (Gab. 702-IV)
PSDB	
Antonio Imbassahy PSDB/BA (Gab. 810-IV)	Bruno Araújo PSDB/PE (Gab. 718-IV)
Eduardo Azeredo PSDB/MG (Gab. 722-IV)	Duarte Nogueira PSDB/SP (Gab. 525-IV)
Rodrigo de Castro PSDB/MG (Gab. 701-IV)	Emanuel Fernandes PSDB/SP (Gab. 760-IV)
Ruy Carneiro PSDB/PB (Gab. 565-III)	Sergio Guerra PSDB/PE (Gab. 754-IV)
PP	
Beto Mansur PP/SP (Gab. 616-IV)	Esperidião Amin PP/SC (Gab. 252-IV)
Missionário José Olímpio PP/SP (Gab. 507-IV)	Waldir Maranhão PP/MA (Gab. 541-IV)
1 vaga	1 vaga
DEM	
Júlio Campos DEM/MT (Gab. 524-IV)	Augusto Coutinho DEM/PE (Gab. 835-IV)
Pastor Eurico PSB/PE (Gab. 369-III)	Claudio Cajado DEM/BA (Gab. 630-IV)
Silas Câmara PSD/AM (Gab. 532-IV)	Eli Correa Filho DEM/SP (Gab. 519-IV)
PR	
Anderson Ferreira PR/PE (Gab. 272-III)	Izalci PSDB/DF (Gab. 284-III)
Dr. Adilson Soares PR/RJ (Gab. 926-IV)	José Rocha PR/BA (Gab. 908-IV)
Francisco Floriano PR/RJ (Gab. 719-IV)	Milton Monti PR/SP (Gab. 328-IV)
PSB	
Ariosto Holanda PSB/CE (Gab. 575-III)	Costa Ferreira PSC/MA (Gab. 554-IV)
Luiza Erundina PSB/SP (Gab. 620-IV)	Alexandre Cardoso PSB/RJ (Gab. 208- IV)
Paulo Foletto PSB/ES (Gab. 839-IV)	1 vaga
PDT	
Miro Teixeira PDT/RJ (Gab. 270-III)	Oziel Oliveira PDT/BA (Gab. 635-IV)
Salvador Zimbaldi PDT/SP (Gab. 804-IV)	Marcos Montes PSD/MG (Gab. 334-IV)

Bloco PV, PPS	
Paulo Wagner PV/RN (Gab. 324-IV)	Fábio Ramalho PV/MG (Gab. 374-III)
Sandro Alex PPS/PR (Gab. 221-IV)	1 vaga
PTB	
Ronaldo Nogueira PTB/RS (Gab. 570-III)	Josué Bengtson PTB/PA (Gab. 505-IV)
Romero Rodrigues PSDB/PB (Gab. 825-IV)	Sabino Castelo Branco PTB/AM (Gab. 911-IV)
PSC	
Ratinho Junior PSC/PR (Gab. 521 – IV)	Takayama PSC/PR (Gab. 910-IV)
PCdoB	
Luciana Santos PCdoB/PE (Gab. 531-IV)	Evandro Milhomen PCdoB/AP (Gab. 419-IV)
PRB	
Cleber Verde PRB/MA (Gab. 710-IV)	Heleno Silva PRB/SE (Gab. 254-IV)
PMN	
Abelardo Camarinha PSB/SPG. 609-IV)	1 vaga
PTdoB	
Aureo PRTB/RJ (Gab. 581-III)	Paulo Abi-ackel PSDB/MG (Gab. 460-IV)
PSD (art. 2º do Ato da Mesa nº 27/2012)	
Eliene Lima PSD/MT (Gab. 837-IV)	José Carlos Araújo PSD/BA (Gab. 246-IV)
Marcelo Aguiar PSD/SP (Gab. 321-IV)	Wellington Roberto PR/PB (Gab. 514-IV)

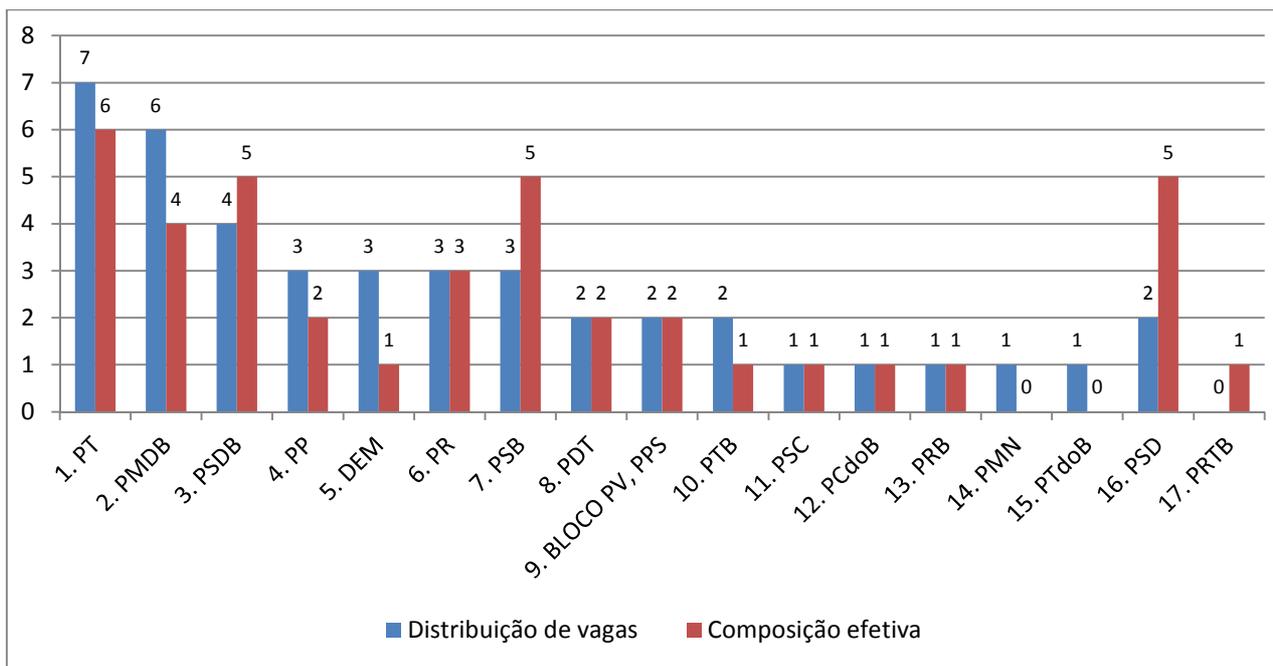
DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E COMPOSIÇÃO EFETIVA POR PARTIDO/BLOCO PARLAMENTAR

PARTIDO / BLOCO PARLAMENTAR	TITULARES		SUPLENTE		TOTAL	
	Distribuição de vagas	Composição efetiva	Distribuição de vagas	Composição efetiva	Distribuição de vagas	Composição efetiva
1. PT	7	6	7	7	14	13
2. PMDB	6	4	6	4	12	8
3. PSDB	4	5	4	6	8	11
4. PP	3	2	3	3	6	5
5. DEM	3	1	3	3	6	4
6. PR	3	3	3	3	6	6
7. PSB	3	5	3	1	6	6
8. PDT	2	2	2	1	4	3
9. BLOCO PV, PPS	2	2	2	1	4	3
10. PTB	2	1	2	2	4	3
11. PSC	1	1	1	2	2	3
12. PCdoB	1	1	1	1	2	2
13. PRB	1	1	1	1	2	2
14. PMN	1	0	1	0	2	0
15. PTdoB	1	0	1	0	2	0
16. PSD	2	5	2	3	4	8
17. PRTB	0	1	0	0	0	1
TOTAIS	42	40	42	38	84	78

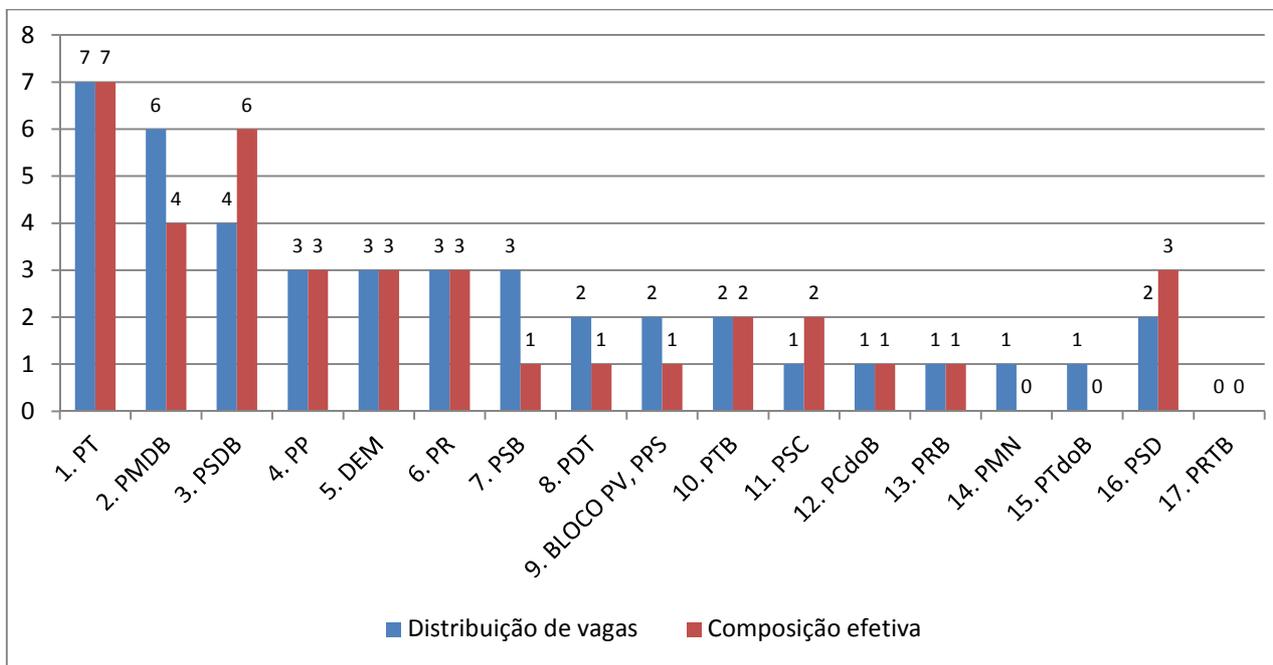
TOTAL



TITULARES



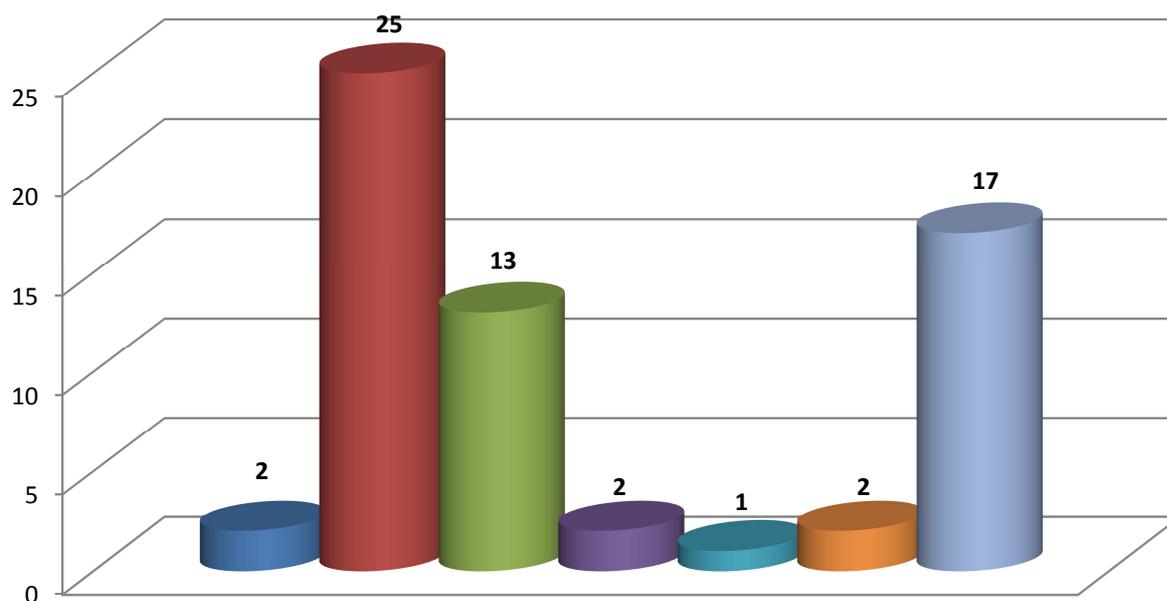
SUPLENTES



2 – EVENTOS DA COMISSÃO

RESUMO POR MODALIDADE DE EVENTO

EVENTOS REALIZADOS	
Modalidade	Quantidade
Reunião de eleição da Mesa	2
Reunião deliberativa	25
Audiência pública	13
Audiência pública conjunta	2
Audiência pública (participação)	1
Seminário conjunto	2
Outros eventos	17
Total	62
Reunião encerrada com termo	6
Eventos cancelados	12



- Reunião de eleição da Mesa 2
- Reunião deliberativa 25
- Audiência pública 13
- Audiência pública conjunta 2
- Audiência pública (participação) 1
- Seminário conjunto 2
- Outros eventos 17

2.1 – AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

DIA 20/03/12 – 3ª REUNIÃO



Foto: Luiz Alves

TEMA: "As ações programadas pelo Ministério das Comunicações para 2012 e os resultados das desenvolvidas em 2011" (Requerimento nº 105/12, dos deputados Sandro Alex, Sibá Machado, Ruy Carneiro, Emiliano José e Silas Câmara).

CONVIDADO:

PAULO BERNARDO SILVA
Ministro de Estado das Comunicações

DIA 11/04/12 – REUNIÃO CONJUNTA



Foto: Leonardo Prado

TEMA: "A Ciência Antártica na qual se encontra o Programa Antártico". Evento em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (promotora) – Requerimento nº 117/12, da deputada Luciana Santos e outros (CCTCI), e Requerimento nº 119/12, da deputada Perpétua Almeida e outros (CREDN).

CONVIDADOS:

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

Representante:

JANICE TROTTE

Coordenadora-geral de Mar e Antártica da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

JEFFERSON CARDIA SIMÕES
Diretor do Centro Polar e Climático da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

YOCIE YONESHIGUE VALENTIN
Coordenadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Antártico de Pesquisas Ambientais (INCT-APA)

JOSÉ RETAMALES ESPINOZA
Diretor do Instituto Antártico Chileno
Ausente

Contra-almirante MARCOS JOSÉ DE CARVALHO FERREIRA
Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM)

DIA 24/04/12 – 8ª REUNIÃO



Foto: Diogo Xavier

TEMA: "A relevância tecnológica, econômica e estratégica da computação em nuvem (*cloud computing*) para a competitividade nacional" (Requerimento nº 115/12, do deputado Ruy Carneiro).

CONVIDADOS:

VIRGÍLIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA
Secretário de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

Representante:

RAFAEL MOREIRA
Coordenador de Serviços e Programas de Computador do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

HUMBERTO RIBEIRO
Secretário de Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)
Ausente

NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO
Secretário-executivo do Ministério da Fazenda (MF)

Representante:

MARCOS VINÍCIUS FERREIRA MAZONI
Diretor-presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

Representante:

BRUNO RAMOS
Superintendente de Serviços Privados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

MARCOS VINÍCIUS FERREIRA MAZONI
Diretor-presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)

CAIO CEZAR BONILHA RODRIGUES
Presidente da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás)

Representante:

ROGÉRIO BOROS
Diretor comercial da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás)

PAULO FELDMANN
Professor da Universidade de São Paulo (USP)
Ausente

KARIN BREITMAN
Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ)
Ausente

ANTONIO CARLOS VALENTE
Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil)
Ausente

ANTONIO GIL
Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom)
Representante:
NELSON WORTSMAN
Diretor de Infraestrutura e Convergência Digital da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom)

LUÍS MÁRIO LUCHETTA
Presidente da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro)
Representante:
ROBERTO CARLOS MAYER
Vice-presidente de Relações Públicas da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro)

EDUARDO NEGER
Presidente da Associação Brasileira de Internet (Abranet)

MILTON KAORU KASHIWAKURA
Diretor de Projetos Especiais e de Desenvolvimento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br)

DIA 25/04/12 – 9ª REUNIÃO – EVENTO CONJUNTO



Foto: Beto Oliveira

TEMA: "As metas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para 2012, o resultado das ações desenvolvidas pela pasta em 2011, o programa *Ciência sem Fronteiras*, orçamento, o acidente na Antártida, a aplicação de recursos do pré-sal em pesquisa, ciência e

tecnologia". Evento em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – Requerimento nº 104/12, dos deputados Sandro Alex, Eduardo Azeredo, Sibá Machado, Silas Câmara e Ruy Carneiro; Requerimento nº 121/12, do deputado Antonio Imbassahy; Requerimento nº 123/12, dos deputados Luciana Santos e Eduardo Azeredo (CCTCI); e Requerimento nº 124/12, do deputado João Ananias (CREDN).

CONVIDADOS:

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

GLAUCIUS OLIVA
Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

JORGE ALMEIDA GUIMARÃES
Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

Representante:

GERALDO NUNES
Diretor-substituto de Relações Internacionais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

Outros participantes:

CARLOS AFONSO NOBRE
Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

DIA 15/05/12 – 12ª REUNIÃO



Foto: Beto Oliveira

TEMA: "A deficiência dos serviços oferecidos pelas operadoras de telefonia e o não cumprimento das normas do SAC (Serviço de Atendimento ao Consumidor)" – Requerimentos nºs 113 e 127/12, dos deputados Duarte Nogueira e Sandro Alex.

CONVIDADOS:

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

Representante:

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente de Serviços Privados substituto da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

EDUARDO LEVY
Diretor-executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil)

RUY BOTTESI
Presidente da Associação dos Engenheiros de Telecomunicações (AET)
Ausente

DUCIRAN VAN MARSEN FARENA
Procurador Regional dos Direitos do Cidadão na Paraíba

PAULO ARTHUR LENCIONI GÓES
Diretor-executivo da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon/SP)

FLÁVIA LEFÈVRE GUIMARÃES
Advogada da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (ProTeste)

DIA 29/05/12 – 15ª REUNIÃO



Foto: Leonardo Prado

TEMA: "Debate sobre o Projeto de Lei nº 465, de 2011, que trata do *roaming* de sinal de telefonia celular em estradas federais" (Requerimento nº 103/11, do deputado Augusto Coutinho).

CONVIDADOS:

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO
Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações

Representante:

MARCELO LEANDRO FERREIRA
Gerente de Projetos do Departamento de Serviços e de Universalização de Telecomunicações do Ministério das Comunicações

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente de Serviços Privados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

EDUARDO LEVY
Diretor-executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil)

DIA 13/06/12 – REUNIÃO (participação)



Foto: Larissa Ponce

TEMA: "A questão do desrespeito à dignidade humana nos meios de comunicação". Evento promovido pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias – Requerimento nº 131/12, dos deputados Luiz Alberto, Domingos Dutra, Padre Ton, Jean Wyllys, Luiz Couto, Erika Kokay e Rosinha da Adefal (CDHM).

CONVIDADOS:

OCTAVIO PENNA PIERANTI
Ministério das Comunicações

MARIA DO ROSÁRIO NUNES
Ministra de Estado dos Direitos Humanos
Ausente

CARLOS ALBERTO DE SOUZA E SILVA JÚNIOR
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República

AURÉLIO VEIGA RIOS
Procurador Federal dos Direitos do Cidadão

Deputada LUIZA ERUNDINA
Presidente da Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular (#frentecom)

JOÃO CARLOS SAAD
Presidente do Grupo Bandeirantes de Comunicação
Ausente

AMILCARE DALLEVO JÚNIOR
Presidente da Rede TV!
Ausente

ALEXANDRE RAPOSO
Presidente da Rede Record
Ausente

FERNANDO MITRE
Diretor Nacional de Jornalismo da Rede Bandeirantes
Ausente

ALLAN RAPP
Diretor do Programa Pânico na TV, da Rede Bandeirantes
Ausente

DOUGLAS TAVOLARO
Diretor Nacional de Jornalismo da TV Record
Ausente

PEDRO CARIBÉ
Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervozes)

ROBINSON ALMEIDA
Presidente do Conselho Estadual de Comunicação do Estado da Bahia
Representante:
ANTÔNIO DO CARMO
Coordenador de Políticas Públicas do Conselho Estadual de Comunicação do Estado da Bahia

LUCIANE REIS
Instituto de Mídia Étnica do Estado da Bahia
Ausente

JOSÉ AUGUSTO CAMARGO
Secretário-geral da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj)

SIONEI RICARDO LEÃO
Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Distrito Federal (Cojira/DF)

DIA 03/07/12 – 19ª REUNIÃO



Foto: Alexandre Martins

TEMA: "Debate sobre o Projeto de Lei nº 5.921, de 2001, que proíbe a publicidade e propaganda para a venda de produtos infantis" (Requerimento nº 133/12, dos deputados Salvador Zimbaldi e Júlio Campos, e Requerimento nº 138/12, da deputada Luiza Erundina).

CONVIDADOS:

SYNÉSIO BATISTA DA COSTA
Presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq)

GILBERTO LEIFERT
Presidente do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar)

Representante:
RAFAEL SAMPAIO
Vice-presidente da Associação Brasileira de Anunciantes (ABA)

OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE JUNIOR
Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB)
Ausente

LISA GUNN

Coordenadora-executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)

Representante:

MARIANA FERRAZ

Advogada do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)

DANIEL JOSÉ RIBAS BRANCO

Presidente da Associação Nacional de Defesa da Cidadania e do Consumidor (Anadec)

Ausente

PERLA RIBEIRO

Coordenadora da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced)

Ausente

HERCULANO ANGHINETTI

Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas não Alcoólicas (Abir)

ANA LUCIA DE MATTOS BARRETTO VILLELA

Presidente do Instituto Alana

Representante:

EKATERINE KARAGEORGIADIS

Advogada do Instituto Alana

EMANUEL SOARES CARNEIRO

Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert)

Representante:

LUIS ROBERTO ANTONIK

Diretor-geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert)

JOÃO BATISTA CIACO

Presidente da Associação Brasileira de Anunciantes (ABA)

Representante:

RAFAEL SAMPAIO

Vice-presidente da Associação Brasileira de Anunciantes (ABA)

HUMBERTO COTA VERONA

Presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP)

Representante:

ROSELI GOFFMAN

Membro do Conselho Federal de Psicologia (CFP)

MARIANA MACHADO DE SÁ

Coordenadora do Coletivo "Infância Livre de Consumismo"

Representante:

TAÍS PILEGGI VINHA

Membro do Coletivo "Infância Livre de Consumismo"

AURÉLIO VIRGÍLIO VEIGA RIOS

Procurador Federal dos Direitos do Cidadão

Substituto:

DOMINGOS SÁVIO DRESCH DA SILVEIRA

Procurador Regional da República e membro do Grupo de Trabalho de Comunicação Social da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão

EDMUNDO KLOTZ

Presidente da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia)

DIA 07/08/12 – 22ª REUNIÃO



Foto: Leonardo Prado

TEMA: "A qualidade dos serviços de telecomunicações da Nextel (Requerimento nº 106/12, dos deputados Francisco Floriano e Silas Câmara) e a recente decisão da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) de suspender a venda de novos planos das operadoras TIM, Oi e Claro".

CONVIDADOS:

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

JULIANA PEREIRA DA SILVA
Secretária Nacional do Consumidor - Ministério da Justiça
Representante:

DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA
Coordenador-geral de Estudos e Monitoramento de Mercado do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) do Ministério da Justiça

SÉRGIO CHAIA
Presidente da Nextel Brasil

Representante:
LUIS FERNANDO AMADEO DE ALMEIDA
Diretor jurídico da Nextel Brasil

JOÃO MOURA
Presidente-executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (TelComp)

EDUARDO LEVY
Diretor-executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil)

Outros participantes:

JARBAS JOSÉ VALENTE
Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

DIA 20/11/12 – 30ª REUNIÃO



Foto: Renato Araújo

TEMA: "Debate sobre o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional" (Requerimentos nºs 146 e 154/12, dos deputados Luiza Erundina e Milton Monti, respectivamente).

CONVIDADOS:

Dom ORANI JOÃO TEMPESTA
Presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional

Deputada LUIZA ERUNDINA
Coordenadora da Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular (#Frentecom)

Deputada JANDIRA FEGHALI
Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura

Representante:

Deputada MANUELA D'ÁVILA
Coordenadora da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura no estado do Rio Grande do Sul
Ausente

Deputado MILTON MONTI
Coordenador da Frente Parlamentar da Comunicação Social (FreCom)

ROSANE BERTOTTI
Coordenadora-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)

Outros participantes:

FERNANDO CÉSAR MESQUITA
Vice-presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional

DIA 27/11/12 – 32ª REUNIÃO



Foto: Sérgio Almeida

TEMA: "A cessão compulsória, por parte das emissoras de radiodifusão, de horário para veiculação de mensagens obrigatórias" (Requerimentos nºs 122 e 151/12, do deputado Arolde de Oliveira).

CONVIDADOS:

JOSÉ FLÁVIO BIANCHI
Consultor jurídico do Ministério das Comunicações

DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert)

GUSTAVO BINENBOJN
Professor da Faculdade de Direito da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)
Ausente

ROSANE BERTOTTI
Coordenadora-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)
Ausente

NELSON JOBIM
Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF)

DIA 04/12/12 – 35ª REUNIÃO



Foto: Alessandro Loyola

TEMA: "O papel e a atuação dos Correios no atual cenário de mudanças tecnológicas" (Requerimentos nºs 157 e 162/12, do deputado Eduardo Azeredo, e Requerimento nº 158/12, do deputado Arolde de Oliveira).

CONVIDADOS:

WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA
Presidente dos Correios

EDSON CARVALHO VIDIGAL
Ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

EDSON DORTA SILVA
Secretário-geral da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect)

PEDRO FRANCISCO MOREIRA
Presidente da Associação Brasileira de Logística (Abralog)
Ausente

CÁSSIO LOPES
Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Internacional Expresso de Cargas (Abraec)
Ausente

WILLIAM STAROSTIK FILHO
Presidente da Rio Linhas Aéreas S. A.
Ausente

LUDOVINO LOPES
Presidente da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico (Camara-e.net)
Representante:
GERSON ROLIN
Diretor de *Marketing* da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico (Camara-e.net)

DIA 05/12/12 – 37ª REUNIÃO



Foto: Lúcio Bernardo Jr.

TEMA: "O futuro da rádio AM e a digitalização da radiodifusão no Brasil" (Requerimento nº 125/12, do deputado Sandro Alex).

CONVIDADOS:

PAULO BERNARDO SILVA

Ministro de Estado das Comunicações

Representante:

GENILDO LINS

Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações

ROBERT STRUBLE

Presidente da *iBiquity Digital Corporation*

RUXANDRA OBREJA

Presidente do Consórcio DRM

TAKASHI TOME

Pesquisador do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD)

Ausente

DANIEL PIMENTEL SLAVIERO

Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert)

Representante:

LUIS ROBERTO ANTONIK

Diretor-geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert)

ORLANDO GUILHON

Vice-presidente da Associação das Rádios Públicas do Brasil (Arpub)

Substituto:

MÁRIO SARTORELLO

Presidente da Associação das Rádios Públicas do Brasil (Arpub)

MARCO TÚLIO NASCIMENTO

Gerente-geral de Tecnologia do Sistema Globo de Rádio (SGR)

JOÃO CARLOS SAAD

Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra)

Representante:

FREDERICO NOGUEIRA

Vice-presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra)

ANDRÉ FELIPE SEIXAS TRINDADE

Engenheiro de Comunicações da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel)

Outros participantes:

JOHN SCHNEIDER

Diretor de Desenvolvimento de Negócios da *iBiquity Digital Corporation* para a América Latina (tradutor)

CASSIANO RODRIGUES

CEO da empresa Tell HD

MARCELO GOEDERT

Representante do Consórcio DRM no Brasil

DIA 11/12/12 – 38ª REUNIÃO



Foto: Antonio Araújo

TEMA: "Assuntos gerais vinculados ao setor de telecomunicações, especialmente os planos de investimentos elaborados pelas operadoras de telefonia celular para a melhoria da qualidade dos serviços" (Requerimento nº 150/12, do deputado Eduardo Azeredo).

CONVIDADOS:

JOÃO BATISTA DE REZENDE

Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

EDUARDO LEVY

Diretor-executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil)

DIA 12/12/12 – 40ª REUNIÃO



Foto: Renato Araújo

TEMA: "Debate sobre formas de financiamento de mídias alternativas" (Requerimentos n°s 159 e 164/12, da deputada Luciana Santos).

CONVIDADOS:

JOÃO BRANT

Coordenador-executivo do Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervozes)

RENATO ROVAI

Diretor-executivo da Associação Brasileira de Empresas e Empreendedores da Comunicação (AlterCOM)

DANIEL PIMENTEL SLAVIERO

Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert)

Representante:

RODOLFO MACHADO MOURA

Diretor de Assuntos Legais da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert)

ROGER DE RENOR

Gerente-geral da TV Pernambuco (TVPE)

Ausente

ROBERTO MUYLAERT

Presidente da Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner)

Representante da entidade:

TALLIS ARRUDA

Diretor jurídico da Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner)

DIA 13/12/12 – 41ª REUNIÃO



Foto: Lúcio Bernardo Jr.

TEMA: "Programa Ciência sem Fronteiras" (Requerimento nº 153/12, do deputado Izalci).

CONVIDADOS:

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado da Educação

Representante:

GERALDO NUNES

Coordenador-geral do programa *Ciência sem Fronteiras* na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

MARCO ANTONIO RAUPP

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

Representante:

MÁRCIO RAMOS DE OLIVEIRA

Coordenador-geral do programa *Ciência sem Fronteiras* no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

HUMBERTO LUIZ RIBEIRO DA SILVA

Secretário de Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

Ausente

NELSON AKIO FUJIMOTO

Secretário de Inovação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

Representante:

IGOR MANHÃES NAZARETH

Diretor-substituto do Departamento de Fomento à Inovação da Secretaria de Inovação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

ISA ASSEF DOS SANTOS

Presidente da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação (Abipti)

Ausente

CARLOS ALBERTO FERREIRA JÚNIOR

Presidente do Conselho Regional de Administração do Distrito Federal (CRA/DF)

Representante:

ERALDO RICARDO DOS SANTOS

Diretor de Desenvolvimento Institucional do Conselho Regional de Administração do Distrito Federal (CRA/DF)

EDSON KENJI KONDO

Diretor do Curso de Administração da Universidade Católica de Brasília (UCB)

JORGE FERREIRA DA SILVA

Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (Anpad)

Ausente

ADRIANO DE ANDRADE MARROCOS

Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal (CRC/DF)

2.2 – SEMINÁRIOS

DIAS 22 e 23/05/12



Foto: Leonardo Prado

TEMA: "Desafios da indústria brasileira frente à competitividade internacional" (Requerimentos n.ºs 68/12, do deputado Márcio Reinaldo Moreira – CDEIC; 116/12, do deputado Antônio Andrade – CFT; 124/12, do deputado Eduardo Azeredo; 129/12, dos deputados Ariosto Holanda e Paulo Foletto – CCTCI; e 125/12, do deputado Sebastião Bala Rocha – CTASP).

Realização:

- Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (promotora)
- Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
- Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público
- Comissão de Finanças e Tributação

PROGRAMAÇÃO

Dia 22.05.12

ABERTURA
(9h)

CONVIDADOS:

Deputado MARCO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados
Ausente

Deputado MÁRCIO REINALDO MOREIRA
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

Deputado SEBASTIÃO BALA ROCHA
Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

Deputado ANTÔNIO ANDRADE
Presidente da Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

Deputado EDUARDO AZEREDO
Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Representante:

Deputado NEWTON LIMA
Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Brasileira

Deputado NEWTON LIMA
Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Brasileira

ROBSON BRAGA DE ANDRADE
Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

PALESTRA INAUGURAL
(9h30)

CONVIDADO:

JOSÉ AUGUSTO ARANTES SAVASINI
Economista

PAINEL 1: "Os desafios, a competitividade e o futuro da indústria brasileira"
(10h30)

COORDENADOR: deputado MÁRCIO REINALDO MOREIRA

MEDIADOR: deputado ANTÔNIO BALHMANN

EXPOSITORES:

FERNANDO PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
Ausente

NELSON BARBOSA
Secretário Executivo do Ministério da Fazenda
Representante:
MÁRCIO HOLLAND DE BRITO
Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (MF)

JOSÉ RICARDO RORIZ COELHO
Vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)

HELOÍSA REGINA GUIMARÃES MENEZES
Secretária de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

DEBATES
(12h-13h)

PAINEL 2: "A competitividade da indústria manufatureira nacional e o comércio internacional"
(14h30)

COORDENADOR: deputado ARNALDO JARDIM

MEDIADORA: jornalista (Valor Econômico) DENISE NEUMANN

EXPOSITORES:

ANDREA SANDRO CALABI
Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo
Ausente

JOSÉ LUÍS DA COSTA OREIRO
Professor-adjunto do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB)

MAURÍCIO CANÊDO PINHEIRO
Pesquisador na área de economia aplicada da Fundação Getúlio Vargas (FGV)

MAURO BORGES LEMOS
Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)

DEBATES
(16h30-17h)

ENCERRAMENTO
(17h30)

Dia 23.05.12

PAINEL 3: "Desafios para o empreendedorismo, a inovação tecnológica e o aprimoramento do setor industrial brasileiro"
(8h30)

COORDENADORES: deputados NEWTON LIMA e ALFREDO KAEFER

MEDIADOR: jornalista FERNANDO BITTENCOURT

EXPOSITORES:

LUIZ ANTÔNIO RODRIGUES ELIAS
Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

Representante:

JOSÉ HENRIQUE DE LIMA CORREIA DIEGUEZ BARREIRO
Assessor da Secretaria de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

MÁRCIO POCHMANN
Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Representante:

CARLOS EDUARDO FERNANDES DA SILVEIRA
Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

JÚLIO GOMES DE ALMEIDA
Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi)

WAGNER FURTADO VELOSO
Presidente da Fundação Dom Cabral
Ausente

DEBATES
(11h-12h)

PAINEL 4: "Enfrentando os riscos de desindustrialização: o papel dos empresários e do Estado"
(14h)

COORDENADOR: deputado SEBASTIÃO BALA ROCHA

MEDIADOR: consultor (Câmara dos Deputados) JOSÉ FERNANDO COSENTINO TAVARES

EXPOSITORES:

HELOÍSA REGINA GUIMARÃES MENEZES
Secretária de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

FRANCISCO EDUARDO PIRES DE SOUZA
Assessor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

JOSÉ AUGUSTO COELHO FERNANDES
Diretor de Políticas e Estratégia da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

CLEMENTE GANS LÚCIO
Diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)

PAULO JERÔNIMO BANDERA DE MELLO PEDROSA
Presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres (Abrace)

DEBATES
(17h30-18h)

ENCERRAMENTO
(18h30)

DIA 28/06/12



Foto: Beto Oliveira

TEMA: "Educação, ciência e tecnologia na Amazônia" (Requerimentos n°s 119/12, do deputado Sibá Machado – CCTCI, e 133 e 139/12, do deputado Henrique Afonso – CAINDR e CEC).

Realização:

- Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (promotora)
- Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional
- Comissão de Educação e Cultura

PROGRAMAÇÃO

ABERTURA
(9h30)

CONVIDADOS:

Deputado EDUARDO AZEREDO
Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Deputado NEWTON LIMA
Presidente da Comissão de Educação e Cultura (CEC)

Deputado WILSON FILHO
Presidente da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional (CAINDR)

Representante:

Deputado FRANCISCO PRACIANO

Deputado SIBÁ MACHADO
Autor do requerimento

Deputado HENRIQUE AFONSO
Autor do requerimento
Ausente

Deputado IZALCI
Presidente da Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação
Ausente

MARCELO MINGHELLI
Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (Ifac)

EXPOSIÇÕES
(10h)

MEDIADOR: deputado SIBÁ MACHADO

MESA 1

PALESTRANTES:

GLAUCIUS OLIVA
Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

JORGE ALMEIDA GUIMARÃES
Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

MARIO NETO BORGES
Presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap)

PEDRO ANTONIO ARRAES PEREIRA
Diretor-presidente da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária)
Representante:
CLÁUDIO JOSÉ REIS DE CARVALHO
Chefe-geral da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) Amazônia Oriental

MESA 2

PALESTRANTES:

HELENA NADER
Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

Representante:

ADALBERTO LUIS VAL
Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa)

ODENILDO TEIXEIRA SENA
Presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Consecti)

GEDEÃO TIMÓTEO AMORIM
Secretário de Estado da Educação e da Qualidade de Ensino do Amazonas

Representante:

EDSON SANTOS MELO
Diretor do Departamento de Políticas e Programas Educacionais da Secretaria de Estado da Educação e da Qualidade de Ensino do Amazonas (Seduc)

ADALBERTO LUIS VAL

Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa)

ARMIN MATHIS

Diretor-geral do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA)

JOSÉ CARLOS TAVARES CARVALHO

Presidente do Fórum de Reitores das Instituições Federais de Ensino Superior da Região Norte

Ausente

CLEUZA RODRIGUES REPULHO

Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)

Representante:

SANDRA HELENA ATAÍDE DE LIMA

Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) no Pará

LUCIEN ANDRÉ MUÑOZ

Representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no Brasil

Ausente

NILSON GABAS JR.

Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG)

DEBATES

(11h30-12h)

ENCERRAMENTO

(12h30)

2.3 – OUTROS EVENTOS

DIA 14/03/12



Foto: Beto Oliveira

EVENTO: Solenidade de assinatura, pelo ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, de consignações de TV digital para a TV Câmara. Participou o presidente Eduardo Azeredo.

LOCAL/HORÁRIO: Auditório da TV Câmara, Câmara dos Deputados, Brasília - DF. 11h.

DIA 21/03/12



Foto: Leonardo Prado

EVENTO: Cerimônia de abertura do seminário internacional Regulação da Comunicação Pública. Participou o presidente Eduardo Azeredo.

LOCAL/HORÁRIO: Auditório Nereu Ramos, Câmara dos Deputados, Brasília - DF. 8h30.

DIA 11/04/12

EVENTO: Reunião dos presidentes de comissões com o presidente da Casa, deputado Marco Maia. Participou o presidente Eduardo Azeredo.

LOCAL/HORÁRIO: Residência oficial da presidência da Câmara dos Deputados, Brasília - DF. 8h30.

DIA 11/04/12

EVENTO: Lançamento da Agenda Legislativa do SindiTeleBrasil (Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e Serviço Móvel Celular e Pessoal). Participou o presidente Eduardo Azeredo.

LOCAL/HORÁRIO: Bottarga Ristorante, Brasília - DF. 20h.

DIAS 16 a 19 /04/12



EVENTO: 2012 NAB Show, da *National Association of Broadcasters*. Participaram o presidente Eduardo Azeredo e os deputados Manoel Junior, Sandro Alex, Marçal Filho, Fábio Ramalho, José Rocha e Cleber Verde.

LOCAL: Las Vegas, Nevada, Estados Unidos.

DIA 24/05/12

EVENTO: Mesa sobre “Código Nacional de CT&I” da reunião nacional do Consecti (Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I). Participou o presidente Eduardo Azeredo.

LOCAL/HORÁRIO: Conselho Nacional de Secretários de Administração (Consad), Brasília - DF. 9h30.

DIA 19/06/12

EVENTO: Abertura do 26º Congresso Brasileiro de Radiodifusão, promovido pela Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Participou o presidente Eduardo Azeredo.

LOCAL/HORÁRIO: Centro de Eventos e Convenções Brasil 21, Brasília - DF. 19h30.

DIAS 13 a 22/06/12



Foto: Google imagens

EVENTO: Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20. Participaram o presidente Eduardo Azeredo e o deputado Oziel Oliveira.

LOCAL: Rio de Janeiro - RJ.

DIA 27/06/12

EVENTO: Reunião destinada a definir o roteiro de trabalho da *Subcomissão Especial para Analisar Formas de Financiamento de Mídia Alternativa*.

LOCAL/HORÁRIO: Sala da presidência da CCTCI. 9h.

DIA 12/07/12



Foto: Luiz Cruvinel

EVENTO: Reunião com delegação chinesa, sobre o sistema de proteção de propriedade intelectual e sua prática judicial. Participou o presidente Eduardo Azeredo.

LOCAL/HORÁRIO: Sala de reuniões da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. 11h.

DIAS 12 a 16/07/12

EVENTO: Visita, em missão oficial, de membros da *Subcomissão Especial de Rádio Digital* ao Consórcio Digital Radio Mondiale (DRM), para conhecer as características e benefícios do sistema global de código aberto. Participaram os deputados Manoel Junior, Sandro Alex e Marçal Filho.

LOCA: Berlim e Hannover, Alemanha.

DIA 29/08/12



Foto: <http://www.telebrasil.org.br>

EVENTO: Abertura da 56ª edição do Painel TELEBRASIL, encontro de lideranças e autoridades do setor de telecomunicações. Participou o presidente Eduardo Azeredo.

LOCAL/HORÁRIO: Unique Palace, Brasília - DF. 19h.

DIA 26/09/12

EVENTO: Reunião da Regional Norte do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (Foprop Norte). Painel "Políticas para a pesquisa e a pós-graduação na Amazônia Legal". Participou o deputado Sibá Machado.

LOCAL/HORÁRIO: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Manaus - AM. 9h.

DIA 08/10/12



Foto: <http://www.futurecom.com.br>

EVENTO: Mesa da cerimônia solene de abertura do Congresso Internacional do Futurecom 2012. Tema: "Telecomunicações, tecnologia da informação e internet do Brasil e da América Latina". Participou o presidente Eduardo Azeredo.

LOCAL/HORÁRIO: Riocentro, Pavilhão 4, Rio de Janeiro - RJ. 20h.

DIA 16/10/12



Foto: Augusto Coelho

EVENTO: Abertura oficial da 9ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT). Tema: "Economia verde, sustentabilidade e erradicação da pobreza". Participou o presidente Eduardo Azeredo.

LOCAL/HORÁRIO: Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade (ExpoBrasília), Brasília - DF. 15h.

DIA 12/12/12



Foto: Lúcio Bernardo Jr.

EVENTO: Cerimônia de aposição da foto do deputado Bruno Araújo na galeria dos ex-presidentes da comissão.

LOCAL/HORÁRIO: Plenário 13, Anexo II da Câmara dos Deputados. 9h30.

DIA 13/12/12

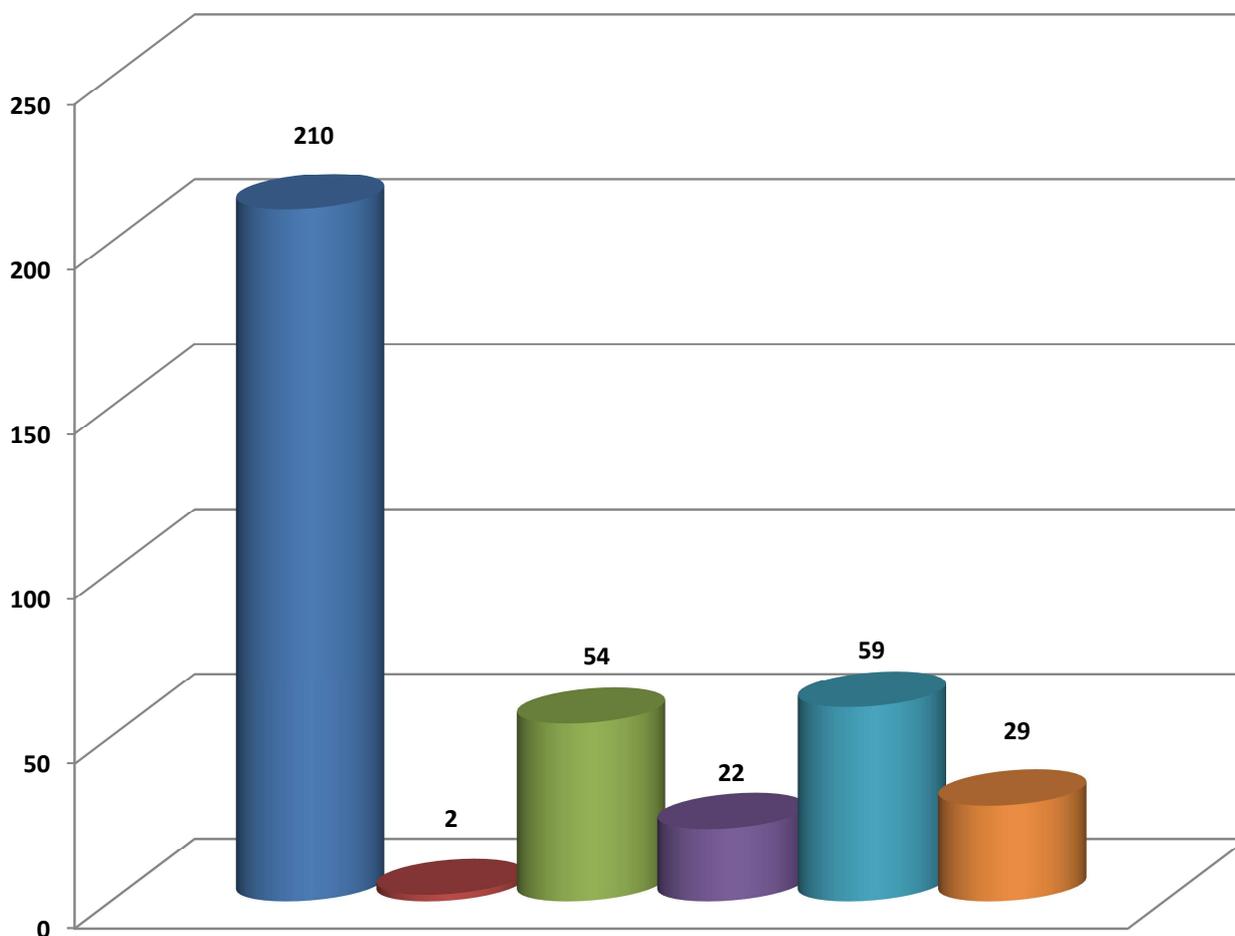


Foto: Luis Macedo

EVENTO: Reunião técnica com delegação de parlamentares da Comissão de Pesquisa, Tecnologia, Energia, Mineração e Meio Ambiente da Casa de Representantes da Indonésia, em visita de estudos ao Brasil. Tema: "O desenvolvimento de pesquisas em tecnologia espacial no Brasil e a regulamentação do setor".

LOCAL/HORÁRIO: Plenário 14, Anexo II da Câmara dos Deputados. 10h30.

3 – PROPOSIÇÕES APRECIADAS²



- TVRs aprovadas 210
- TVRs rejeitadas 2
- Projetos aprovados 54
- Projetos rejeitados 22
- Requerimentos aprovados 59
- Emendas orçamentárias aprovadas 29

SIGLAS
(Capítulos 3 e 4)

PDC – Projeto de decreto legislativo
 PFC – Proposta de fiscalização e controle
 PL – Projeto de lei
 TVR – Ato de concessão ou renovação de concessão de emissora de rádio e televisão

² Incluídos os projetos apensados.

3.1 – TVRs

DIA 14/03/12 - QUARTA-FEIRA - 2ª REUNIÃO

TVR Nº 2.695/11 - do Poder Executivo - (MSC 748/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 2 de agosto de 2010, que renova, por dez anos, a concessão outorgada à Rádio Bahia Nordeste de Paulo Afonso Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Paulo Afonso, Estado da Bahia".

RELATOR: deputado CLEBER VERDE.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

DIA 23/05/12 - QUARTA-FEIRA - 14ª REUNIÃO

TVR Nº 925/06 - do Poder Executivo - (MSC 260/2006) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2560, de 22 de novembro de 2002, que renova a permissão outorgada à Radiodifusão Mogiana Paulista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo".

RELATOR: deputado BETO MANSUR.

PARECER: pela rejeição.

Vista ao deputado Gilmar Machado, em 19/10/2011.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 1.665/09 - do Poder Executivo - (MSC 729/2009) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.016, de 23 de dezembro de 2008, que outorga permissão à Rádio Ultra FM Ltda para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Machado, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado EDUARDO AZEREDO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.592/10 - do Poder Executivo - (MSC 363/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria n.º 94, de 11 de março de 2010, que outorga permissão à Empresa de Comunicações Jatobá Ltda.; para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Perolândia, GO"

RELATOR: deputado IZALCI.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

DIA 30/05/12 - QUARTA-FEIRA – 16ª REUNIÃO

TVR Nº 2.942/11 - do Poder Executivo - (MSC 752/2010) - que "Submete à apreciação de Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 535, de 16 de junho de 2010, que renova, por dez anos, a permissão outorgada à Rádio Cidade Araçatuba Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Araçatuba, Estado de São Paulo".

RELATOR: deputado DUARTE NOGUEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.947/11 - do Poder Executivo - (MSC 752/2010) - que "Submete à apreciação de Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 638, de 6 de julho de 2010, que renova, por dez anos, a permissão outorgada à Sociedade Rádio Carijós Ltda., para

explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado MARCOS MONTES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 7/12 - do Poder Executivo - (MSC 104/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 45, de 17 de fevereiro de 2011, que outorga autorização à Associação Assistencial Dois de Julho, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Mata de São João, Estado da Bahia".

RELATOR: deputado GILMAR MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

DIA 27/06/12 - QUARTA-FEIRA – 17ª REUNIÃO

TVR Nº 2.949/11 - do Poder Executivo - (MSC 754/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de julho de 2010, que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Jaguariaíva Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Jaguariaíva, Estado do Paraná".

RELATOR: deputado ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA.

PARECER: pela rejeição.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 2.893/11 - do Poder Executivo - (MSC 751/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 351, de 15 de abril de 2010, que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Princesa Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná".

RELATOR: deputado BETO FARO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 3/12 - do Poder Executivo - (MSC 104/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 29, de 17 de fevereiro de 2011, que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária do Povoado Cauceira - Itaporanga D'Ajuda/SE, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itaporanga D'Ajuda, Estado de Sergipe".

RELATOR: deputado HELENO SILVA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 5/12 - do Poder Executivo - (MSC 104/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 34, de 17 de fevereiro de 2011, que outorga autorização à Associação Comunitária de Assistência Social, Humanista e Solidária - ACOLHER, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado EDUARDO AZEREDO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 6/12 - do Poder Executivo - (MSC 104/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 43, de 17 de fevereiro de 2011, que outorga autorização à Associação de Moradores da Rua Medina e Adjacências, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nanuque, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado PAULO ABI-ACKEL.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 8/12 - do Poder Executivo - (MSC 104/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 51, de 17 de fevereiro de 2011, que outorga autorização à Associação Cultural Amigos da Comunicação - Afonso Cláudio - ES, para

executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Afonso Cláudio, Estado do Espírito Santo".

RELATOR: deputado RODRIGO DE CASTRO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 12/12 - do Poder Executivo - (MSC 104/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 134, de 24 de maio de 2011, que outorga autorização à Associação Comunitária do Povoado de Lucaia, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Planalto, Estado da Bahia".

RELATOR: deputado ANTONIO IMBASSAHY.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 13/12 - do Poder Executivo - (MSC 104/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 135, de 24 de maio de 2011, que outorga autorização à Associação Social e Comunitária Monte Alternativas, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Tanquinho, Estado da Bahia".

RELATOR: deputado JOSÉ CARLOS ARAÚJO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 17/12 - do Poder Executivo - (MSC 104/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 147, de 24 de maio de 2011, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Santa Terezinha, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Terezinha, Estado de Santa Catarina".

RELATOR: deputado ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 39/12 - do Poder Executivo - (MSC 104/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 399, de 12 de setembro de 2011, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Cultural Socorrense, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Socorro, Estado de São Paulo".

RELATOR: deputado EMANUEL FERNANDES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 44/12 - do Poder Executivo - (MSC 103/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1280, de 07 de dezembro de 2010, que outorga permissão à Tipuana FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Leopoldina, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado PAULO ABI-ACKEL.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 51/12 - do Poder Executivo - (MSC 103/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 543, de 06 de dezembro de 2011, que outorga permissão à Rádio e TV Schappo Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado EDUARDO AZEREDO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 59/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 743, de 24 de agosto de 2010, que autoriza à Associação Cultural Comunitária Morumbi executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Jose dos Campos, Estado de São Paulo".

RELATOR: deputado EMANUEL FERNANDES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 63/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 764, de 24 de agosto de 2010, que autoriza à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural, Artístico e Social de Cerejeiras

executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cerejeiras, Estado de Rondônia".

RELATOR: deputado SIBÁ MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 65/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 790, de 26 de agosto de 2010, que autoriza à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Minas Novas executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Minas Novas, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado SARAIVA FELIPE.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 67/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 920, de 14 de outubro de 2010, que autoriza à Associação de Radiodifusão Comunitária, Desenvolvimento Social e Turístico de Pau D'arco executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pau D'arco, Estado de Tocantins".

RELATOR: deputado MANOEL JUNIOR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 71/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 926, de 14 de outubro de 2010, que autoriza à Associação Comunitária Portal do Benfica executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Fortaleza, Estado do Ceará".

RELATOR: deputado ARIOSTO HOLANDA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 85/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1186, de 24 de novembro de 2010, que autoriza ao Clube dos Pais do Granja Verde executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Betim, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado EDUARDO AZEREDO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 98/12 - do Poder Executivo - (MSC 120/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 23 de março de 2012, que outorga concessão à Fundação Costa Norte para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de Bertoga, Estado de São Paulo".

RELATOR: deputado EMANUEL FERNANDES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 99/12 - do Poder Executivo - (MSC 121/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 23 de março de 2012, que outorga concessão à Rádio Santa Catarina Ltda para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Joaçaba, Estado de Santa Catarina".

RELATOR: deputado ANTONIO IMBASSAHY.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

DIA 04/07/12 - QUARTA-FEIRA – 20ª REUNIÃO

TVR Nº 2.855/11 - do Poder Executivo - (MSC 749/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 412, de 5 de maio de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Maracajú - ASCOMA para

executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Maracajú, Estado do Mato Grosso do Sul".

RELATOR: deputado MARÇAL FILHO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 26/12 - do Poder Executivo - (MSC 104/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 195, de 06 de junho de 2011, que outorga autorização à Associação Arataquense de Radiodifusão Comunitária, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Arataca, Estado da Bahia".

RELATOR: deputado GILMAR MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 27/12 - do Poder Executivo - (MSC 104/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 196, de 06 de junho de 2011, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Piripá, Estado da Bahia".

RELATOR: deputado GILMAR MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 42/12 - do Poder Executivo - (MSC 103/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 954, de 15 de outubro de 2010, que outorga permissão à Deo Volente Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Lourenço, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado EDUARDO AZEREDO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 55/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 882, de 19 de dezembro de 2008, que autoriza à Associação Comunitária de Moradores de Dois Irmãos do Tocantins executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Dois Irmãos do Tocantins, Estado do Tocantins".

RELATOR: deputado JOSUÉ BENGTON.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 79/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1073, de 11 de novembro de 2010, que autoriza à Associação Comunitária Bonjesuense de Radiodifusão - ACBR executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Bom Jesus da Penha, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado GILMAR MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 87/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1231, de 30 de novembro de 2010, que autoriza à Associação Comunitária Caseirense executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Caseiros, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: deputado BIFFI.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

DIA 11/07/12 - QUARTA-FEIRA – 21ª REUNIÃO

TVR Nº 22/12 - do Poder Executivo - (MSC 104/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 168, de 06 de junho de 2011, que outorga autorização à ABCCI - Associação Beneficente da Comunidade Carente de Ibicaraí, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ibicaraí, Estado da Bahia".

RELATOR: deputado GILMAR MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 25/12 - do Poder Executivo - (MSC 104/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 193, de 06 de junho de 2011, que outorga autorização à Organização Não Governamental Para o Bem da Comunidade do Povoado Coruripe da Cal, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas".

RELATOR: deputado JOSÉ ROCHA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 31/12 - do Poder Executivo - (MSC 104/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 230, de 13 de junho de 2011, que outorga autorização à Associação Pilarense de Radiodifusão Comunitária, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pilar, Estado de Alagoas".

RELATOR: deputado AROLDE DE OLIVEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 32/12 - do Poder Executivo - (MSC 104/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 232, de 13 de junho de 2011, que outorga autorização à Associação Pró Cultura de Itapipoca - APROCI, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itapipoca, Estado do Ceará".

RELATOR: deputado AROLDE DE OLIVEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 43/12 - do Poder Executivo - (MSC 103/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1250, de 01 de dezembro de 2010, que outorga permissão à Empresa Cambuiense de Comunicação Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado MARCOS MONTES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 46/12 - do Poder Executivo - (MSC 103/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1337, de 16 de dezembro de 2010, que outorga permissão à Megga FM Ltda. - ME para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Capela, Estado de Sergipe".

RELATOR: deputado JOSIAS GOMES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 48/12 - do Poder Executivo - (MSC 103/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1414, de 28 de dezembro de 2010, que outorga permissão ao Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Bom Sucesso, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado FÁBIO RAMALHO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 54/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 878, de 19 de dezembro de 2008, que autoriza à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura do Rio da Conceição executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Rio da Conceição, Estado do Tocantins".

RELATOR: deputado JOSUÉ BENGTON.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 69/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 923, de 14 de outubro de 2010, que autoriza à Associação Beneficente de Vereda executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Vereda, Estado da Bahia".

RELATOR: deputado ANTONIO IMBASSAHY.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 70/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 925, de 14 de outubro de 2010, que autoriza à Associação Comunitária Aldeia Tinguatiba executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Antônio Cardoso, Estado da Bahia".

RELATOR: deputado JOSÉ ROCHA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 78/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1043, de 08 de novembro de 2010, que autoriza à Associação Fortaleza de São João executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ipujiara, Estado da Bahia".

RELATOR: deputado CLAUDIO CAJADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 82/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1094, de 16 de novembro de 2010, que autoriza à Associação Comunitária Lamarão em Ação - FM executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Lamarão, Estado da Bahia".

RELATOR: deputado ANTONIO IMBASSAHY.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 83/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1158, de 24 de novembro de 2010, que autoriza à Associação Comunitária de Apoio a Cultura do Município de Conceição de Almeida executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Conceição de Almeida, Estado da Bahia".

RELATOR: deputado JOSÉ ROCHA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 88/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1234, de 30 de novembro de 2010, que autoriza à Associação de Radiodifusão Comunitária Lageadense - ARCOL executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina".

RELATOR: deputado ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 113/12 - do Poder Executivo - (MSC 262/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 214, de 06 de junho de 2011, que outorga permissão à Alô FM - Sociedade Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado EDUARDO AZEREDO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 119/12 - do Poder Executivo - (MSC 269/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 15 de junho de 2012, que renova a concessão outorgada à TV Ômega Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de São Paulo, Estado de São Paulo".

RELATOR: deputado CARLINHOS ALMEIDA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 120/12 - do Poder Executivo - (MSC 269/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 15 de junho de 2012, que renova a concessão outorgada à TV Ômega Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro".

RELATOR: deputado CARLINHOS ALMEIDA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 121/12 - do Poder Executivo - (MSC 269/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 15 de junho de 2012, que renova a concessão outorgada à TV Ômega Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Fortaleza, Estado do Ceará".

RELATOR: deputado ANTONIO IMBASSAHY.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 122/12 - do Poder Executivo - (MSC 269/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 15 de junho de 2012, que renova a concessão outorgada à TV Ômega Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Recife, Estado de Pernambuco".

RELATOR: deputado BRUNO ARAÚJO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 123/12 - do Poder Executivo - (MSC 269/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 15 de junho de 2012, que renova a concessão outorgada à TV Ômega Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado CARLINHOS ALMEIDA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 128/12 - do Poder Executivo - (MSC 271/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 20 de junho de 2012, que renova a concessão outorgada à Rede Mulher de Televisão Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Araraquara, Estado de São Paulo".

RELATOR: deputado CARLINHOS ALMEIDA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

DIA 08/08/12 - QUARTA-FEIRA – 23ª REUNIÃO

TVR Nº 18/12 - do Poder Executivo - (MSC 104/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 149, de 24 de maio de 2011, que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária "Life FM", para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Adamantina, Estado de São Paulo".

RELATOR: deputado CARLINHOS ALMEIDA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 47/12 - do Poder Executivo - (MSC 103/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1357, de 17 de dezembro de 2010, que outorga permissão à Rádio Portal de Caxias Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Teresina, Estado do Piauí".

RELATOR: deputado MARCELO CASTRO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 49/12 - do Poder Executivo - (MSC 103/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 83, de 30 de março de 2011, que outorga permissão à S.P. Comunicações & Publicidade Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo".

RELATOR: deputado DUARTE NOGUEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 91/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1375, de 22 de dezembro de 2010, que autoriza à Associação de Radiodifusão Barreto FM executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Bento Fernandes, Estado do Rio Grande do Norte".

RELATOR: deputado MARCELO AGUIAR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 93/12 - do Poder Executivo - (MSC 102/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 697, de 11 de setembro de 2009, que renova a permissão outorgada à Rádio Itaimbé FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Francisco de Paula, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATORA: deputada LUIZA ERUNDINA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 97/12 - do Poder Executivo - (MSC 102/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 108, de 02 de maio de 2011, que renova a permissão outorgada à Rádio SP-1 Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Diadema, Estado de São Paulo".

RELATOR: deputado EMANUEL FERNANDES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 115/12 - do Poder Executivo - (MSC 262/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 349, de 17 de agosto de 2011, que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Alfa Centauro Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Mauaná, Estado do Pará".

RELATOR: deputado MARCELO CASTRO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

DIA 22/08/12 - QUARTA-FEIRA – 25ª REUNIÃO

TVR Nº 2.601/11 - do Poder Executivo - (MSC 718/2010) - que "Submete a à apreciação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 4 de setembro de 2009, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 do mesmo mês e ano, que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Tramandaí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Tramandaí, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: deputado AUREO.

PARECER: pela rejeição.

Vista ao deputado Décio Lima, em 27/06/2012.

REJEITADO O PARECER CONTRA OS VOTOS DOS DEPUTADOS AUREO, VILALBA E RONALDO NOGUEIRA.

DESIGNADO RELATOR DO VENCEDOR, DEPUTADO DÉCIO LIMA (PT-SC).

PARECER VENCEDOR, DEPUTADO DÉCIO LIMA (PT-SC), PELA APROVAÇÃO.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER VENCEDOR DO DEPUTADO DÉCIO LIMA. O PARECER DO RELATOR, DEPUTADO AUREO, PASSOU A CONSTITUIR VOTO EM SEPARADO.

TVR Nº 16/12 - do Poder Executivo - (MSC 104/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 142, de 24 de maio de 2011, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Camponesa, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Pedro das Missões, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: deputado SANDRO ALEX.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 41/12 - do Poder Executivo - (MSC 103/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 735, de 20 de agosto de 2010, que outorga permissão à Rádio Nova Princesa FM de Pitanga Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Pitanga, Estado do Paraná".

RELATOR: deputado SANDRO ALEX.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 72/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 927, de 14 de outubro de 2010, que autoriza à Associação Cultural Comunitária de Radiodifusão de Cruz Machado executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cruz Machado, Estado do Paraná".

RELATOR: deputado SANDRO ALEX.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 80/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1078, de 16 de novembro de 2010, que autoriza à Associação Comunitária e Cultural Jacuípe FM executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São José do Jacuípe, Estado da Bahia".

RELATOR: deputado WALDENOR PEREIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 90/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1374, de 22 de dezembro de 2010, que autoriza à Associação Serra do Camará executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Miguel, Estado do Rio Grande do Norte".

RELATOR: deputado PAULO WAGNER.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 108/12 - do Poder Executivo - (MSC 262/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 721, de 03 de agosto de 2010, que outorga permissão à Rádio Lavras FM Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Lavras, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado PAULO ABI-ACKEL.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 109/12 - do Poder Executivo - (MSC 262/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 791, de 26 de agosto de 2010, que outorga permissão ao Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Campanha, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado EDUARDO AZEREDO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 110/12 - do Poder Executivo - (MSC 262/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 870, de 23 de setembro de 2010, que outorga permissão à Rádio e Televisão Di Roma Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Caldas Novas, Estado de Goiás".

RELATOR: deputado MARCOS MONTES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 112/12 - do Poder Executivo - (MSC 262/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.029, de 05 de novembro de 2010, que outorga permissão à Alô FM - Sociedade Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Serro, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado FÁBIO RAMALHO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 117/12 - do Poder Executivo - (MSC 262/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 359, de 17 de agosto de 2011, que outorga permissão à Rádio Santa Cruz AM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Norte".

RELATOR: deputado PAULO WAGNER.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 118/12 - do Poder Executivo - (MSC 262/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 545, de 06 de dezembro de 2011, que outorga permissão ao Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de

dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado FÁBIO RAMALHO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 142/12 - do Poder Executivo - (MSC 273/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 204, de 06 de junho de 2011, que autoriza à Associação ONG Rádio Comunitária Mão Amiga executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro".

RELATOR: deputado AROLDE DE OLIVEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 150/12 - do Poder Executivo - (MSC 273/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 261, de 08 de julho de 2011, que autoriza à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura do Município de Cascavel executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cascavel, Estado do Paraná".

RELATOR: deputado SANDRO ALEX.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 175/12 - do Poder Executivo - (MSC 277/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 72, de 22 de março de 2011, que autoriza à Associação Cultural Rádio Comunitária Turvo executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Turvo, Estado do Paraná".

RELATOR: deputado SANDRO ALEX.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 176/12 - do Poder Executivo - (MSC 277/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 120, de 10 de maio de 2011, que autoriza à Associação Cultural da Integração e Desenvolvimento de Quatro Barras (ACIDQB) executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Quatro Barras, Estado do Paraná".

RELATOR: deputado SANDRO ALEX.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 180/12 - do Poder Executivo - (MSC 277/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 144, de 24 de maio de 2011, que autoriza à Associação Comunitária, Cultural e de Radiodifusão de Três Arroios - ACERATRES executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Três Arroios, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: deputado AROLDE DE OLIVEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 186/12 - do Poder Executivo - (MSC 277/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 173, de 06 de junho de 2011, que autoriza à Associação Comunitária Unidos de Bonito de Minas executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Bonito de Minas, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado EDUARDO AZEREDO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 191/12 - do Poder Executivo - (MSC 277/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 186, de 06 de junho de 2011, que autoriza à Associação de Comunicação e Cultura de Treviso executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Treviso, Estado de Santa Catarina".

RELATOR: deputado ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 199/12 - do Poder Executivo - (MSC 286/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 22 de junho de 2012, que outorga concessão à Empresa de Comunicação Piemonte Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Campina Grande, Estado da Paraíba".

RELATOR: deputado MANOEL JUNIOR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 202/12 - do Poder Executivo - (MSC 287/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 775, de 20 de novembro de 2008, que autoriza à Associação da Rádio Comunitária Shalon FM executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Goiânia, Estado de Goiás".

RELATOR: deputado AROLDE DE OLIVEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 207/12 - do Poder Executivo - (MSC 287/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 744, de 24 de agosto de 2010, que autoriza à Sociedade Luiza Távora executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Potengi, Estado do Ceará".

RELATOR: deputado ARIOSTO HOLANDA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 208/12 - do Poder Executivo - (MSC 287/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 751, de 24 de agosto de 2010, que autoriza à Associação Assistencial e Cultural Baraunense executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Baraúna, Estado do Rio Grande do Norte".

RELATOR: deputado PAULO WAGNER.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 214/12 - do Poder Executivo - (MSC 287/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 938, de 14 de outubro de 2010, que autoriza à Associação Radiodifusão Cultural de Triunfo executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: deputado AROLDE DE OLIVEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 217/12 - do Poder Executivo - (MSC 287/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1041, de 08 de novembro de 2010, que autoriza à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Piên executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Piên, Estado do Paraná".

RELATOR: deputado SANDRO ALEX.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

DIA 05/09/12 - QUARTA-FEIRA – 26ª REUNIÃO

TVR Nº 2.548/10 - do Poder Executivo - (MSC 363/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 993, de 23 de dezembro de 2008, que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Estrela Dalva Ltda; para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Iguapé, SP".

RELATOR: deputado DUARTE NOGUEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 30/12 - do Poder Executivo - (MSC 104/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 201, de 06 de junho de 2011, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Sangão, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Sangão, Estado de Santa Catarina".

RELATOR: deputado ESPERIDIÃO AMIN.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 33/12 - do Poder Executivo - (MSC 104/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 264, de 08 de julho de 2011, que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Cafezal do Sul, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cafezal do Sul, Estado do Paraná".

RELATOR: deputado HERMES PARCIANELLO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 75/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 937, de 14 de outubro de 2010, que autoriza à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Juranda executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Juranda, Estado do Paraná".

RELATOR: deputado HERMES PARCIANELLO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 76/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 943, de 14 de outubro de 2010, que autoriza à Associação Comunitária Amigos Pratense executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nova Prata do Iguaçú, Estado do Paraná".

RELATOR: deputado HERMES PARCIANELLO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 92/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1386, de 22 de dezembro de 2010, que autoriza à Associação dos Amigos Bocainenses executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Bocaina de Minas, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado RODRIGO DE CASTRO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 95/12 - do Poder Executivo - (MSC 102/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 873, de 23 de setembro de 2010, que renova a permissão outorgada à Rádio 99 FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina".

RELATOR: deputado ESPERIDIÃO AMIN.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 96/12 - do Poder Executivo - (MSC 102/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 56, de 17 de fevereiro de 2011, que renova a permissão outorgada ao Sistema Paranaense de Comunicação Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Londrina, Estado do Paraná".

RELATOR: deputado SANDRO ALEX.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 104/12 - do Poder Executivo - (MSC 260/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 124, de 17 de maio de 2011, que renova a permissão outorgada à Rádio Triângulo FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Candelária, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: deputado HERMES PARCIANELLO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 105/12 - do Poder Executivo - (MSC 260/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 440, de 13 de outubro de 2011, que renova a permissão outorgada à Fundação Educacional Cultural e Assistencial de Pinheiro - FECAP para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, com fins exclusivamente educativos, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Pinheiro, Estado do Maranhão".

RELATOR: deputado RICARDO ARCHER.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 106/12 - do Poder Executivo - (MSC 261/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 58, de 20 de janeiro de 2004, que outorga permissão à Fundação Cultural São Judas Tadeu para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, com fins exclusivamente educativos, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Alvorada do Tocantins, Estado do Tocantins".

RELATOR: deputado JÚLIO CAMPOS.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 107/12 - do Poder Executivo - (MSC 261/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 61, de 20 de janeiro de 2004, que outorga permissão à Fundação Cultural São Judas Tadeu para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, com fins exclusivamente educativos, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Paraíso do Tocantins, Estado do Tocantins".

RELATOR: deputado JÚLIO CAMPOS.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 126/12 - do Poder Executivo - (MSC 271/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 20 de junho de 2012, que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Marajoara Ltda para explorar , pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Belém, Estado do Pará".

RELATOR: deputado MILTON MONTI.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 133/12 - do Poder Executivo - (MSC 272/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 20, de 20 de janeiro de 2012, que autoriza à Associação Comunitária Delta do Jacuí executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATORA: deputada LUIZA ERUNDINA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 135/12 - do Poder Executivo - (MSC 272/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 115, de 02 de março de 2012, que autoriza à Associação Mogiana dos Profissionais de Rádio e TV executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo".

RELATOR: deputado EMANUEL FERNANDES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 147/12 - do Poder Executivo - (MSC 273/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 238, de 13 de junho de 2011, que autoriza à Associação de Rádio Difusão Comunitária de Correia Pinto Voz da Terra FM executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina".

RELATOR: deputado HERMES PARCIANELLO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 149/12 - do Poder Executivo - (MSC 273/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 260, de 08 de julho de 2011, que autoriza à Associação Comunitária Rádio Integração FM executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná".

RELATOR: deputado HERMES PARCIANELLO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 153/12 - do Poder Executivo - (MSC 273/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 324, de 01 de agosto de 2011, que autoriza à Associação Cultural e Comunitária Termas de Ibirá executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ibirá, Estado de São Paulo".

RELATOR: deputado DUARTE NOGUEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 154/12 - do Poder Executivo - (MSC 273/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 340, de 17 de agosto de 2011, que autoriza à Associação Comunitária e Beneficente Amigos do Rio Pau D'Arco executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pau D'Arco, Estado do Pará".

RELATOR: deputado SALVADOR ZIMBALDI.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 155/12 - do Poder Executivo - (MSC 273/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 346, de 17 de agosto de 2011, que autoriza à Associação Cultural Comunitária de Cruz das Posses executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Sertãozinho, Estado de São Paulo".

RELATOR: deputado DUARTE NOGUEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 158/12 - do Poder Executivo - (MSC 273/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 395, de 12 de setembro de 2011, que autoriza à Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural do Graça - ASCACG executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Graça, Estado do Ceará".

RELATOR: deputado ARIOSTO HOLANDA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 170/12 - do Poder Executivo - (MSC 277/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 41, de 17 de fevereiro de 2011, que autoriza à Associação Comunitária do Bairro Volta da Capela executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Barra Longa, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado RODRIGO DE CASTRO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 171/12 - do Poder Executivo - (MSC 277/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 46, de 17 de fevereiro de 2011, que autoriza à Associação de Comunicação Comunitária de Sobradinho - Bahia executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Sobradinho, Estado da Bahia".

RELATOR: deputado JOSIAS GOMES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 181/12 - do Poder Executivo - (MSC 277/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 150, de 24 de maio de 2011, que autoriza à Associação Comunitária do Setor Fama e Região - ASCOMFAR executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Goiânia, Estado de Goiás".

RELATOR: deputado ARIOSTO HOLANDA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 182/12 - do Poder Executivo - (MSC 277/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 155, de 24 de maio de 2011, que autoriza à Associação Comunitária Ambiental do Povoado Ipê executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Paulo das Missões, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: deputado ARIOSTO HOLANDA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 187/12 - do Poder Executivo - (MSC 277/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 174, de 06 de junho de 2011, que autoriza à Associação Comunitária Pedrabonitense de Radiodifusão executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pedra Bonita, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado RODRIGO DE CASTRO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 189/12 - do Poder Executivo - (MSC 277/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 181, de 06 de junho de 2011, que autoriza à Associação Comunitária e Cultural de Salvador do Sul executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Salvador do Sul, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATORA: deputada LUIZA ERUNDINA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 196/12 - do Poder Executivo - (MSC 277/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 174, de 21 de março de 2012, que autoriza à Associação Rádio Comunitária Ribeira FM executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Darcinópolis, Estado do Tocantins".

RELATOR: deputado ARIOSTO HOLANDA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 203/12 - do Poder Executivo - (MSC 287/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 513, de 10 de junho de 2010, que autoriza à ACAR - Associação Cultural dos Amigos Rochedenses executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Rochedo de Minas, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado RODRIGO DE CASTRO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 209/12 - do Poder Executivo - (MSC 287/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 752, de 24 de agosto de 2010, que autoriza à Associação dos Filhos e Amigos de São Marcos executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Major Isidoro, Estado de Alagoas".

RELATOR: deputado ANTONIO IMBASSAHY.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 210/12 - do Poder Executivo - (MSC 287/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 754, de 24 de agosto de 2010, que autoriza à Associação dos Nordestinos de Campos do Jordão e Região executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Campos do Jordão, Estado de São Paulo".

RELATOR: deputado EMANUEL FERNANDES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 221/12 - do Poder Executivo - (MSC 287/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1083, de 16 de novembro de 2010, que autoriza à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura São Pedro executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ubarana, Estado de São Paulo".

RELATOR: deputado MILTON MONTI.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 227/12 - do Poder Executivo - (MSC 287/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1173, de 24 de novembro de 2010, que autoriza à Associação Movimento Comunitário Canoas executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Paraibuna, Estado de São Paulo".

RELATOR: deputado SALVADOR ZIMBALDI.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

DIA 31/10/12 - QUARTA-FEIRA – 27ª REUNIÃO

TVR Nº 2/12 - do Poder Executivo - (MSC 104/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 23, de 17 de fevereiro de 2011, que outorga autorização à Sociedade Organizada para o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável de Normandia - SODLIS, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Normandia, Estado de Roraima".

RELATOR: deputado SIBÁ MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 4/12 - do Poder Executivo - (MSC 104/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 33, de 17 de fevereiro de 2011, que outorga autorização à Associação Eldorado Santaritense, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Rita D'Oeste, Estado de São Paulo".

RELATOR: deputado MARCELO AGUIAR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 15/12 - do Poder Executivo - (MSC 104/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 141, de 24 de maio de 2011, que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Cipoense, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Capão do Cipó, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: deputado RONALDO NOGUEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 23/12 - do Poder Executivo - (MSC 104/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 175, de 06 de junho de 2011, que outorga autorização à ONG Cultural Goiabalense, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São José do Goiabal, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado PAULO ABI-ACKEL.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 24/12 - do Poder Executivo - (MSC 104/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 183, de 06 de junho de 2011, que outorga autorização à Associação Radiodifusão Comunitária Betel, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: deputado RONALDO NOGUEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 28/12 - do Poder Executivo - (MSC 104/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 198, de 06 de junho de 2011, que outorga autorização à Associação Movimento Comunitário Rádio Comunitária 94,5 FM, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Rita, Estado da Paraíba".

RELATOR: deputado RUY CARNEIRO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 29/12 - do Poder Executivo - (MSC 104/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 200, de 06 de junho de 2011, que outorga autorização à Associação Comunitária Amanhecer Beneficente, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro".

RELATOR: deputado FELIPE BORNIER.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 36/12 - do Poder Executivo - (MSC 104/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 314, de 01 de agosto de 2011, que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária de Nova Belém - ADNOBE, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nova Belém, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado FÁBIO RAMALHO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 37/12 - do Poder Executivo - (MSC 104/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 319, de 01 de agosto de 2011, que outorga autorização à Associação Comunitária Coqueirense, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Coqueiros do Sul, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: deputado RONALDO NOGUEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 45/12 - do Poder Executivo - (MSC 103/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1298, de 09 de dezembro de 2010, que outorga permissão à Tipuana FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado PAULO ABI-ACKEL.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 50/12 - do Poder Executivo - (MSC 103/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 360, de 17 de agosto de 2011, que outorga permissão à Empresa de Comunicações Jornal das Missões Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: deputado RONALDO NOGUEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 52/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 489, de 13 de agosto de 2008, que autoriza à Associação de Comunicação e Desenvolvimento Artístico e Cultural executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Faria Lemos, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado PAULO ABI-ACKEL.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 57/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 701, de 29 de julho de 2010, que autoriza à Associação Candioteense de Incentivo à Arte e à Cultura - ACIAC executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Candiota, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: deputado RONALDO NOGUEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 64/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 789, de 26 de agosto de 2010, que autoriza à Associação Comunitária Serafinense de Comunicação - ACSEC executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Serafina Corrêa, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: deputado RONALDO NOGUEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 73/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 928, de 14 de outubro de 2010, que autoriza à Associação Comunitária Parque dos Pinhos - ASSCOMPP executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cidreira, estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: deputado RONALDO NOGUEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 77/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 948, de 14 de outubro de 2010, que autoriza à Associação Pró-Rádio Comunitária Cidadania FM executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: deputado RONALDO NOGUEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 84/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1167, de 24 de novembro de 2010, que autoriza à Associação Cultural e Desenvolvimento Social de Miraguaí - ACODESMI executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Miraguaí, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: deputado RONALDO NOGUEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 89/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1274, de 06 de dezembro de 2010, que autoriza à Associação Cultural Vale do Sol executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Vale do Sol, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: deputado RONALDO NOGUEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 100/12 - do Poder Executivo - (MSC 122/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 23 de março de 2012, que renova a concessão outorgada à TV Santa Maria Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: deputado MANOEL SALVIANO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 101/12 - do Poder Executivo - (MSC 123/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 23 de março de 2012, que renova a concessão outorgada à Rádio Princesa da Mata Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Muriaé, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado FÁBIO RAMALHO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 124/12 - do Poder Executivo - (MSC 271/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 20 de junho de 2012, que renova a concessão outorgada à TV Cabralia Ltda para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itabuna, Estado da Bahia".

RELATOR: deputado ANTONIO IMBASSAHY.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 125/12 - do Poder Executivo - (MSC 271/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 20 de junho de 2012, que renova a concessão outorgada à Televisão Goyá Ltda para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Goiânia, Estado de Goiás".

RELATOR: deputado MILTON MONTI.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 129/12 - do Poder Executivo - (MSC 271/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 20 de junho de 2012, que renova a concessão outorgada à TV Record de Franca S.A. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Franca, Estado de São Paulo".

RELATOR: deputado JOSÉ ROCHA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 130/12 - do Poder Executivo - (MSC 272/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 171, de 10 de abril de 2008, que autoriza à Associação de Radiodifusão Comunitária Marimba de Betim executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Betim, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado FÁBIO RAMALHO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 131/12 - do Poder Executivo - (MSC 272/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 184, de 06 de junho de 2011, que autoriza à Associação Beneficente, Cultural e de Radiodifusão Comunitária de Orleans executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Orleans, Estado de Santa Catarina".

RELATOR: deputado DÉCIO LIMA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 144/12 - do Poder Executivo - (MSC 273/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 233, de 13 de junho de 2011, que autoriza à Associação de Radiodifusão Comunitária de Piaçu - ARCOP executar, pelo prazo de dez

anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Muniz Freire - Distrito de Piaçu, Estado do Espírito Santo".

RELATOR: deputado PAULO FOLETTTO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 145/12 - do Poder Executivo - (MSC 273/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 236, de 13 de junho de 2011, que autoriza à Associação Arroio-Grandense de Difusão Cultural executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: deputado PASTOR EURICO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 146/12 - do Poder Executivo - (MSC 273/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 237, de 13 de junho de 2011, que autoriza à Associação Comunitária Bomprogressense de Comunicação executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Bom Progresso, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: deputado PASTOR EURICO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 151/12 - do Poder Executivo - (MSC 273/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 312, de 01 de agosto de 2011, que autoriza à Associação Comunitária e Cultural de Jerônimo Monteiro executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jerônimo Monteiro, Estado do Espírito Santo".

RELATOR: deputado PAULO FOLETTTO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 156/12 - do Poder Executivo - (MSC 273/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 364, de 17 de agosto de 2011, que autoriza à Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Moradores do Bairro Adelaide Menezes executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Sapeaçu, Estado da Bahia".

RELATOR: deputado RONALDO NOGUEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 160/12 - do Poder Executivo - (MSC 273/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 459, de 13 de outubro de 2011, que autoriza à Associação de Desenvolvimento Social e Cultural de Belo Vale "ADESC-BV" executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Belo Vale, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado FÁBIO RAMALHO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 161/12 - do Poder Executivo - (MSC 273/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 461, de 13 de outubro de 2011, que autoriza à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura dos Amigos de Itamarandiba executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itamarandiba, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado SARAIVA FELIPE.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 163/12 - do Poder Executivo - (MSC 276/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 21 de junho de 2012, que renova a concessão outorgada ao Portal Radiodifusão Ltda para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: deputado RONALDO NOGUEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 166/12 - do Poder Executivo - (MSC 277/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 27, de 17 de fevereiro de 2011, que autoriza à Associação Comunitária Unidos por Faxinal executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina".

RELATOR: deputado RUY CARNEIRO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 168/12 - do Poder Executivo - (MSC 277/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 35, de 17 de fevereiro de 2011, que autoriza à Associação Comunitária Riachense Amigos da Cultura - ACRAC executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Riachinho, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado MARCOS MONTES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 169/12 - do Poder Executivo - (MSC 277/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 39, de 17 de fevereiro de 2011, que autoriza à Associação Cultural e de Radiodifusão Comunitária de Curionópolis - ARCC executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Curionópolis, Estado do Pará".

RELATOR: deputado JOSUÉ BENGTON.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 172/12 - do Poder Executivo - (MSC 277/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 47, de 17 de fevereiro de 2011, que autoriza à Associação de Promoção do Desenvolvimento do Semi-Árido executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ourolândia, Estado da Bahia".

RELATOR: deputado RONALDO NOGUEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 173/12 - do Poder Executivo - (MSC 277/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 52, de 17 de fevereiro de 2011, que autoriza à Associação de Difusão Comunitária Alternativa FM executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Roque do Canaã, Estado do Espírito Santo".

RELATOR: deputado PAULO FOLETTO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 178/12 - do Poder Executivo - (MSC 277/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 129, de 19 de maio de 2011, que autoriza à Associação Beneficente e Cultural Comunitária Nossa Senhora do Carmo executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado MARCOS MONTES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 179/12 - do Poder Executivo - (MSC 277/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 133, de 24 de maio de 2011, que autoriza à Associação Comunitária Marluse Veiga Araújo executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Piraí do Norte, Estado da Bahia".

RELATOR: deputado RONALDO NOGUEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 184/12 - do Poder Executivo - (MSC 277/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 169, de 06 de junho de 2011, que autoriza à Associação do Movimento de Radiodifusão Comunitária de Lajedão executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Lajedão, Estado da Bahia".

RELATOR: deputado JOSÉ ROCHA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 185/12 - do Poder Executivo - (MSC 277/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 172, de 06 de junho de 2011, que autoriza ao Instituto Manoel Francisco de Comunicação e Desenvolvimento Sócio-Ambiental de

Paulo Afonso executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Paulo Afonso, Estado da Bahia".

RELATOR: deputado JOSÉ ROCHA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 198/12 - do Poder Executivo - (MSC 286/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 22 de junho de 2012, que outorga concessão à Rádio e Televisão Século 21 Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Campanha, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado EDUARDO AZEREDO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 200/12 - do Poder Executivo - (MSC 286/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 22 de junho de 2012, que outorga concessão às Rede Mundial de Rádio e Televisão Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: deputado DÉCIO LIMA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 204/12 - do Poder Executivo - (MSC 287/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 526, de 14 de junho de 2010, que autoriza à Associação Beneficente São Francisco de Assis de Medeiros-MG executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Medeiros, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado MARCOS MONTES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 216/12 - do Poder Executivo - (MSC 287/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 941, de 14 de outubro de 2010, que autoriza à Associação Rádio Comunitária de Marataizes executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Marataizes, Estado do Espírito Santo".

RELATOR: deputado PAULO FOLETTO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 222/12 - do Poder Executivo - (MSC 287/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1092, de 16 de novembro de 2010, que autoriza à Associação Comunitária Cultural e Esportiva de Doutor Ulysses - Paraná executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Doutor Ulysses, Estado do Paraná".

RELATOR: deputado ELIENE LIMA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 223/12 - do Poder Executivo - (MSC 287/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1101, de 16 de novembro de 2010, que autoriza à Associação Caibateense de Comunicação, Cultura e Cidadania executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Caibaté, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: deputado RONALDO NOGUEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 224/12 - do Poder Executivo - (MSC 287/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1168, de 24 de novembro de 2010, que autoriza à Associação Comunitária Victorense de Comunicação executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Victor Graeff, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: deputado RUY CARNEIRO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 225/12 - do Poder Executivo - (MSC 287/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1169, de 24 de novembro de 2010, que autoriza à Associação de Difusão Comunitária de Barão executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Barão, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: deputado RUY CARNEIRO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 226/12 - do Poder Executivo - (MSC 287/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1170, de 24 de novembro de 2010, que autoriza à Sociedade Beneficente Glória In Excelsis executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Boa Vista do Cadeado, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: deputado DÉCIO LIMA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 228/12 - do Poder Executivo - (MSC 287/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1179, de 24 de novembro de 2010, que autoriza à Sociedade Civil Acauã executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Salvador, Estado da Bahia".

RELATOR: deputado RONALDO NOGUEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

DIA 07/11/12 - QUARTA-FEIRA – 28ª REUNIÃO

TVR Nº 114/12 - do Poder Executivo - (MSC 262/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 215, de 06 de junho de 2011, que outorga permissão à Ocan Comunicação Digital SE Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Canaã dos Carajás, Estado do Pará".

RELATOR: deputado ALEXANDRE CARDOSO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 136/12 - do Poder Executivo - (MSC 272/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 128, de 02 de março de 2012, que autoriza à Associação Resgate Cultural executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Guaraí, Estado do Tocantins".

RELATOR: deputado SIBÁ MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 137/12 - do Poder Executivo - (MSC 272/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 170, de 21 de março de 2012, que autoriza à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Fortaleza do Tabocão executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Fortaleza do Tabocão, Estado do Tocantins".

RELATOR: deputado SIBÁ MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 138/12 - do Poder Executivo - (MSC 272/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 191, de 02 de abril de 2012, que autoriza à Associação Rádio Comunitária Clube FM executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Sítio Novo, Estado do Tocantins".

RELATOR: deputado SIBÁ MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 165/12 - do Poder Executivo - (MSC 277/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 22, de 17 de fevereiro de 2011, que autoriza à Associação Educadora e Cultural de Extrema executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Porto Velho, Estado de Rondônia".

RELATOR: deputado SIBÁ MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 194/12 - do Poder Executivo - (MSC 277/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 72, de 10 de fevereiro de 2012, que autoriza à Associação Rádio Comunitária Kennedy FM executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Presidente Kennedy, Estado do Tocantins".

RELATOR: deputado JOSUÉ BENGTON.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 197/12 - do Poder Executivo - (MSC 286/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 22 de junho de 2012, que outorga concessão ao Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Macapá, Estado do Amapá".

RELATOR: deputado SIBÁ MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

DIA 14/11/12 - QUARTA-FEIRA – 29ª REUNIÃO

TVR Nº 34/12 - do Poder Executivo - (MSC 104/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 265, de 08 de julho de 2011, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Rio Bom-ARDCRB, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Rio Bom, Estado do Paraná".

RELATOR: deputado PROFESSOR SÉRGIO DE OLIVEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 68/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 922, de 14 de outubro de 2010, que autoriza à Associação Comunitária Cultural Ambiental de Diamante do Sul executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Diamante do Sul, Estado do Paraná".

RELATOR: deputado PROFESSOR SÉRGIO DE OLIVEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 134/12 - do Poder Executivo - (MSC 272/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 64, de 10 de fevereiro de 2012, que autoriza à Associação Rádio Comunitária Barrolândia FM executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Barrolândia, Estado do Tocantins".

RELATORA: deputada MARINA SANTANNA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 159/12 - do Poder Executivo - (MSC 273/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 458, de 13 de outubro de 2011, que autoriza à Associação Comunitária Amor Verdadeiro executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São José do Divino, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado PAULO ABI-ACKEL.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 218/12 - do Poder Executivo - (MSC 287/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1048, de 08 de novembro de 2010, que autoriza à Associação de Radiodifusão Domingos Martins executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo".

RELATOR: deputado PAULO ABI-ACKEL.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 229/12 - do Poder Executivo - (MSC 287/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1279, de 06 de dezembro de 2010, que autoriza à Associação Comunitária de Radiodifusão do Primeiro de Maio executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado PAULO ABI-ACKEL.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

DIA 21/11/12 - QUARTA-FEIRA – 31ª REUNIÃO

TVR Nº 10/12 - do Poder Executivo - (MSC 104/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 94, de 28 de abril de 2011, que outorga autorização à Associação Felicidade, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Camaçari, Estado da Bahia".

RELATOR: deputado JOSÉ ROCHA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 53/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 877, de 19 de dezembro de 2008, que autoriza à Associação de Voluntários ao Desenvolvimento Sustentável do Bico do Papagaio - AVDESBIP executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Maurilândia do Tocantins, Estado do Tocantins".

RELATORA: deputada MARINA SANTANNA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 81/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1089, de 16 de novembro de 2010, que autoriza à Associação de Comunicação, Cultura e Desporto de Vila Nova do Piauí executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Vila Nova do Piauí, Estado do Piauí".

RELATOR: deputado MARCELO CASTRO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 103/12 - do Poder Executivo - (MSC 260/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 64, de 03 de março de 2011, que renova a permissão outorgada à Digital Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: deputado SANDRO ALEX.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 140/12 - do Poder Executivo - (MSC 273/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 197, de 06 de junho de 2011, que autoriza à Associação dos Moradores do Bairro de Furnas executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São José da Barra, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado GILMAR MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 141/12 - do Poder Executivo - (MSC 273/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 199, de 06 de junho de 2011, que autoriza à Associação Comunitária de Radiodifusão de Cajazeiras executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pio IX, Estado do Piauí".

RELATOR: deputado MARCELO CASTRO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 152/12 - do Poder Executivo - (MSC 273/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 317, de 01 de agosto de 2011, que autoriza à Associação Comunitária de Radiodifusão Vitória FM de Passagem Franca do Piauí executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Passagem Franca do Piauí, Estado do Piauí".

RELATOR: deputado MARCELO CASTRO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 177/12 - do Poder Executivo - (MSC 277/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 126, de 17 de maio de 2011, que autoriza à Associação Progresso do Distrito do Bezerra - APDB executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Formosa, Estado de Goiás".

RELATOR: deputado IZALCI.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 188/12 - do Poder Executivo - (MSC 277/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 178, de 06 de junho de 2011, que autoriza à Associação Comunitária de Pequenos Produtores Rurais e Moradores do Bairro Comandante José Dias executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Caracol, Estado do Piauí".

RELATOR: deputado MARCELO CASTRO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 219/12 - do Poder Executivo - (MSC 287/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1050, de 08 de novembro de 2010, que autoriza à Associação de Radiodifusão Comunitária da Região Quilombola de Formigueiro executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Formigueiro, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: deputado GILMAR MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

DIA 28/11/12 - QUARTA-FEIRA – 34ª REUNIÃO

TVR Nº 1.595/09 - do Poder Executivo - (MSC 720/2009) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 17 de julho de 2009, publicado no Diário Oficial da União do dia 20 subsequente, que renova a autorização do Estado de Goiás para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas, no município de Goiânia, Estado de Goiás".

RELATOR: deputado SILAS CÂMARA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 9/12 - do Poder Executivo - (MSC 104/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 89, de 20 de abril de 2011, que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores do Bairro de Santo Antônio, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Candeias, Estado da Bahia".

RELATOR: deputado CLAUDIO CAJADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 14/12 - do Poder Executivo - (MSC 104/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 140, de 24 de maio de 2011, que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Cidade FM, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Vilhena, Estado de Rondônia".

RELATOR: deputado SILAS CÂMARA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 19/12 - do Poder Executivo - (MSC 104/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 151, de 24 de maio de 2011, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Salgadalia, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Conceição do Coité, Estado da Bahia".

RELATOR: deputado CLAUDIO CAJADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 20/12 - do Poder Executivo - (MSC 104/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 165, de 06 de junho de 2011, que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Social de Várzea

Nova, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Rita, Estado da Paraíba".

RELATOR: deputado RUY CARNEIRO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 74/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 935, de 14 de outubro de 2010, que autoriza à Associação Comunitária dos Moradores de Mituaçu executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Conde, Estado da Paraíba".

RELATOR: deputado RUY CARNEIRO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 102/12 - do Poder Executivo - (MSC 260/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 888, de 04 de outubro de 2010, que renova a permissão outorgada à Master Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: deputado DÉCIO LIMA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 127/12 - do Poder Executivo - (MSC 271/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 20 de junho de 2012, que renova a concessão outorgada à Empresa Portoalegrense de Comunicação Ltda para explorar , pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: deputado AUGUSTO COUTINHO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 162/12 - do Poder Executivo - (MSC 276/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 21 de junho de 2012, que renova a concessão outorgada à Rádio Santa Cruz AM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Norte".

RELATOR: deputado PAULO WAGNER.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 167/12 - do Poder Executivo - (MSC 277/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 31, de 17 de fevereiro de 2011, que autoriza à Associação Comunitária de Radiodifusão de Macedônia executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Macedônia, Estado de São Paulo".

RELATOR: deputado NEWTON LIMA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 190/12 - do Poder Executivo - (MSC 277/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 182, de 06 de junho de 2011, que autoriza à Associação Comunitária Cultural e de Radiodifusão de Sertão Santana - ACORASERTÃO executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Sertão Santana, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: deputado RUY CARNEIRO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 205/12 - do Poder Executivo - (MSC 287/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 662, de 21 de julho de 2010, que autoriza à Associação de Amigos da Radiodifusão Comunitária de Campina das Missões executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Campina das Missões, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: deputado RUY CARNEIRO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

DIA 05/12/12 - QUARTA-FEIRA – 36ª REUNIÃO

TVR Nº 2.777/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 410, de 4 de maio de 2010, que outorga permissão à Gtoll Telecomunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média no município de Clevelândia, Estado do Paraná".

RELATOR: deputado PROFESSOR SÉRGIO DE OLIVEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 148/12 - do Poder Executivo - (MSC 273/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 239, de 13 de junho de 2011, que autoriza à Associação Cultural Artística de Cerquillo executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cerquillo, Estado de São Paulo".

RELATOR: deputado ABELARDO CAMARINHA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 192/12 - do Poder Executivo - (MSC 277/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 189, de 06 de junho de 2011, que autoriza à Associação Cultural Parque Rio São Lourenço executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Juquitiba, Estado de São Paulo".

RELATOR: deputado MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

DIA 12/12/12 - QUARTA-FEIRA – 39ª REUNIÃO

TVR Nº 56/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 700, de 29 de julho de 2010, que autoriza à Associação Comunitária Rádio FM Espírito Santo executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Espírito Santo, Estado do Rio Grande do Norte".

RELATOR: deputado PAULO WAGNER.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

TVR Nº 132/12 - do Poder Executivo - (MSC 272/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 10, de 20 de janeiro de 2012, que autoriza à Associação Rádio Comunitária Terra Nova FM executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nova Olinda, Estado do Tocantins".

RELATOR: deputado AUREO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

3.2 – PROJETOS

DIA 28/03/12 - QUARTA-FEIRA – 5ª REUNIÃO

PL Nº 960/03 - do Sr. Rogério Teófilo - que "Revoga o parágrafo único do art. 13 do Decreto - Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967". (Apensado: PL 991/03).

RELATOR: deputado GILMAR MACHADO.

PARECER: pela aprovação deste, do PL 991/03, apensado, e das Emendas 1 e 2/11 apresentadas ao substitutivo, com substitutivo.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

DIA 11/04/12 - QUARTA-FEIRA – 6ª REUNIÃO

PL Nº 691/07 - do Senado Federal - que "Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações para determinar a aplicação de recursos em educação e em ciência e tecnologia".

RELATOR: deputado JULIO CAMPOS.

PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

DIA 18/04/12 - QUARTA-FEIRA – 7ª REUNIÃO

PL Nº 5.657/09 - do Senado Federal - que "Altera o art. 19 do Regulamento a que se refere o Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, que regula a profissão de Leiloeiro ao território da República, para incluir como competência dos leiloeiros a venda em hasta pública ou público pregão por meio da rede mundial de computadores".

RELATOR: deputado RATINHO JUNIOR.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

PDC Nº 524/11 - da CREDN - que "Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Europeia de Energia Atômica na Área de Pesquisa sobre Energia de Fusão, assinado em Brasília, em 27 de novembro de 2009".

RELATOR: deputado EMANUEL FERNANDES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

PL Nº 1.269/11 - do Sr. Aureo - que "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, dispondo sobre a homologação junto à Anatel dos contratos firmados entre operadoras de telecomunicações e empresas terceirizadas".

RELATOR: deputado ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA.

PARECER: pela rejeição.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

PL Nº 3.078/11 - do Poder Executivo - que "Altera o Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer os fusos horários do Estado do Acre e do Estado do Amazonas".

RELATOR: deputado MARCELO CASTRO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

DIA 09/05/12 - QUARTA-FEIRA – 11ª REUNIÃO

PL Nº 870/11 - do Sr. Giovanni Cherini - que "Dispõe acerca da veiculação de informes oficiais de alerta à população sobre riscos causados por fenômenos meteorológicos". (Apensado: PL 1.229/11).

RELATOR: deputado SANDRO ALEX.

PARECER: pela aprovação deste e do PL 1.229/11, apensado, com substitutivo.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

DIA 23/05/12 - QUARTA-FEIRA – 14ª REUNIÃO

PL Nº 84-E/99 - do Sr. Luiz Piauhyllino - que "Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, suas penalidades e dá outras providências".

RELATOR: deputado EDUARDO AZEREDO.

PARECER: parecer com complementação de voto, do deputado Eduardo Azeredo (PSDB-MG), pela aprovação do substitutivo do Senado Federal, da seguinte forma: a) pela rejeição do artigo 9º do substitutivo do Senado Federal para manter o artigo 7º do texto original do PL 84, de 1999, aprovado pelo plenário da Câmara dos Deputados em novembro de 2003; b) pela aprovação dos artigos 15, 18 e 19 do substitutivo do Senado; c) pela aprovação da ementa do substitutivo, exceto as expressões "de rede de computadores, ou" e "dispositivos de comunicação ou"; d) pela aprovação do artigo 1º, exceto as expressões "de rede de computadores, ou" e "dispositivos de comunicação ou"; e) pela rejeição dos artigos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 10º, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 20, 21 e 22.

APROVADO O PARECER, CONTRA O VOTO DO DEPUTADO MIRO TEIXEIRA.

PL Nº 2.115/11 - do Sr. André Dias - que "Estabelece a obrigatoriedade da adoção de legenda em filmes, programas de televisão, séries, telenovelas e peças teatrais cuja produção tenha sido financiada ou patrocinada com o uso de recursos públicos".

RELATOR: deputado EDUARDO AZEREDO.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

PL Nº 3.021/11 - do Sr. Rubens Bueno - que "Acrescenta o inciso III ao art. 30 da Lei nº 11.196, de 2005, que "Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica".

RELATOR: deputado SANDRO ALEX.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

DIA 30/05/12 - QUARTA-FEIRA – 16ª REUNIÃO

PL Nº 7.759/10 - do Senado Federal - Renato Casagrande (PSB-ES) - que "Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para disciplinar a arrecadação da contribuição devida ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust)".

RELATOR: deputado FABIO RAMALHO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

PL Nº 738/11 - do Sr. Luiz Otávio - que "Acrescenta alínea ao inciso I do art. 23 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo, para incluir canal reservado ao Comando do Exército Brasileiro".

RELATOR: deputado AROLDE DE OLIVEIRA.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

DIA 27/06/12 - QUARTA-FEIRA – 17ª REUNIÃO

PL Nº 190/11 - do Sr. Weliton Prado - que "Obriga a prestadora do serviço de banda larga a justificar por escrito ao solicitante o motivo da impossibilidade de instalação do serviço no endereço solicitado".

RELATOR: deputado AUREO.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

PL Nº 2.190/11 - do Sr. Miriquinho Batista - que "Dispõe sobre a padronização dos sítios oficiais da Administração Pública Direta e Indireta na rede mundial de computadores".

RELATOR: deputado AROLDE DE OLIVEIRA.

PARECER pela aprovação, com substitutivo.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER, COM COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO.

DIA 04/07/12 - QUARTA-FEIRA – 20ª REUNIÃO

PL Nº 6.685/06 - do Senado Federal - que "Acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 5º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para conceder preferência, no financiamento de equipamentos de telecomunicações, a produtos que utilizem *software* aberto".

RELATOR: deputado JOSÉ ROCHA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER, COM COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO.

DIA 11/07/12 - QUARTA-FEIRA – 21ª REUNIÃO

PL Nº 2.622/07 - do Sr. Vanderlei Macris - que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de os fabricantes de aparelhos de televisão alertarem o consumidor final sobre a compatibilidade do equipamento com o padrão de transmissão digital".

RELATOR: deputado ANTONIO IMBASSAHY.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

PL Nº 2.912/11 - do Sr. Sandro Alex - que "Altera o *caput* do art. 45 e o § 1º do art. 46 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que "Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal".

RELATOR: deputado SILAS CAMARA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

PL Nº 3.219/12 - do Sr. Paulo Feijó - que "Dispõe sobre identificação da profissão ou atividade laborativa de pessoas aposentadas nos meios de comunicação".

RELATOR: deputado IZALCI.

PARECER: pela rejeição.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

DIA 08/08/12 - QUARTA-FEIRA – 23ª REUNIÃO

PL Nº 6.361/09 - do Senado Federal - que "Altera o art. 4º da Lei nº 4.898, de 9 e dezembro e 1965, que regula o direito e Representação e o processo e Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade, para incluir as alíneas "j", "k", "l" e "m". (Apensados: PLs 2.856/97, 3.067/97, 3.349/97, 3.577/97, 40/99 e 1.072/99).

RELATOR: deputado SILAS CAMARA.

PARECER: pela aprovação dos PLs 2.856/97, 3.067/97, 3.349/97, 3.577/97, 40/99 e 1.072/99, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PL 6.361/09.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

PL Nº 66/11 - do Sr. Otávio Leite - que "Determina que as empresas prestadoras de serviços de televisão por assinatura, ficam obrigadas a disponibilizar ao público grade de programação formatada numa específica sequência crescente de números identificadores de canais, e dá outras providências".

RELATOR: deputado ANTONIO IMBASSAHY.

PARECER: pela rejeição.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

PL Nº 1.893/11 - do Sr. Renzo Braz - que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas prestadoras do serviço de telefonia móvel garantir a cobertura total em localidades com população maior que mil habitantes".

RELATOR: deputado ANTONIO IMBASSAHY.

RELATOR: pela rejeição.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

PL Nº 3.532/12 - do Sr. Irajá Abreu - que "Cria incentivos fiscais para a pesquisa, o desenvolvimento, a produção e a venda de mecanismos de detecção do nível de álcool do organismo do condutor de veículo automotor".

RELATOR: deputado GILMAR MACHADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

DIA 31/10/12 - QUARTA-FEIRA – 27ª REUNIÃO

PL Nº 1.402/99 - do Sr. Dr. Evilásio - que "Modifica a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, estabelecendo restrições à propaganda de medicamentos e terapias". (Apensados: PLs 1.739/99, 2.322/00, 2.117/99, 2.191/99, 2.880/00, 3.513/00, 3.752/00, 4.572/01, 5.211/05, 5.532/01, 7.571/06, 3.511/08, 5.729/09, 5.924/09, 6.724/10, 404/11 e 4.286/12).

RELATOR: deputado JOSIAS GOMES.

PARECER: pela aprovação dos PLs 1.739/99, 2.880/00, 3.752/00, 5.532/01, 5.211/05 e 5.924/09, apensados, com substitutivo, e pela rejeição dos PLs 1.402/99, 2.117/99, 2.191/99, 3.513/00, 4.572/01, 7.571/06, 3.511/08, 5.729/09, 6.724/10, 4.286/12, 2.322/00 e 404/11, apensados.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER, COM COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO.

PL Nº 3.647/12 - do Sr. Carlos Bezerra - que "Acrescenta inciso ao § 4º do art. 14 da Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, para incluir entre os serviços de Tecnologia da Informação e de Tecnologia da Informação e Comunicação o treinamento em informática".

RELATOR: deputado AROLDE DE OLIVEIRA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

DIA 07/11/12 - QUARTA-FEIRA – 28ª REUNIÃO

PL Nº 1.592/11 - do Sr. Geraldo Resende - que "Proíbe o uso de robôs, softwares e programas de lances nos pregões eletrônicos". (Apensado: PL 2.631/11).

RELATOR: deputado AROLDE DE OLIVEIRA.

PARECER: pela aprovação deste e do PL 2.631/11, apensado, com substitutivo.

APROVADO O PARECER, CONTRA O VOTO DO DEPUTADO CARLINHOS ALMEIDA.

PL Nº 3.216/12 - do Sr. Romero Rodrigues - que "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, obrigando as operadoras de telefonia celular a encaminharem gratuitamente as mensagens curtas de texto de seus assinantes destinadas aos serviços públicos de emergência da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros".

RELATOR: deputado MIRO TEIXEIRA.

PARECER: pela aprovação, com emenda.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

DIA 21/11/12 - QUARTA-FEIRA – 31ª REUNIÃO

PL Nº 2.410/11 - do Sr. Taumaturgo Lima - que "Acrescenta artigo à Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que 'Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências'".

RELATOR: deputado ANTONIO IMBASSAHY.

PARECER: pela rejeição deste e da Emenda 1/11 apresentada ao projeto.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

PL Nº 3.728/12 - do Sr. Ariosto Holanda - que 'Dispõe sobre o apoio tecnológico a micro e pequenas empresas e dá outras providências'.

RELATOR: deputado ELIENE LIMA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

DIA 05/12/12 - QUARTA-FEIRA – 36ª REUNIÃO

PL Nº 757/03 - do Sr. José Carlos Martinez - que "Proíbe as prestadoras dos serviços móvel celular e móvel pessoal de utilizarem o serviço de mensagem para a veiculação de propaganda comercial". (Apensados: PLs 2.387/03, 2.404/03, 3.095/08, 3.996/08, 4.414/08, 4.517/08, 4.954/09, 4.996/09, 866/07, 2.766/03, 3.159/08 e 6.593/06).

RELATOR: deputado PAULO ABI-ACKEL.

PARECER: pela aprovação deste e dos PLs 2.387/03, 2.766/03, 6.593/06, 3.159/08, 2.404/03, 866/07, 3.095/08, 3.996/08, 4.414/08, 4.517/08, 4.954/09 e 4.996/09, apensados, com substitutivo.

VISTA AO DEPUTADO NEWTON LIMA, EM 14/12/11.

O DEPUTADO GILMAR MACHADO APRESENTOU VOTO EM SEPARADO EM 02/04/12.

APROVADO O PARECER, CONTRA O VOTO DO DEPUTADO GILMAR MACHADO.

PL Nº 6.412/09 - do Sr. Paulo Pimenta - que "Determina a oferta de canais avulsos no serviço de televisão por assinatura".

RELATOR: deputado ROMERO RODRIGUES.

PARECER: pela rejeição.

O DEPUTADO AROLDE DE OLIVEIRA APRESENTOU VOTO EM SEPARADO EM 10/07/12.

APROVADO O PARECER CONTRA OS VOTOS DOS DEPUTADOS AROLDE DE OLIVEIRA, RONALDO NOGUEIRA E PROFESSOR SÉRGIO DE OLIVEIRA.

PL Nº 7.133/10 - do Sr. Edmilson Valentim - que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de adoção de carregadores de terminais de telefonia celular com interfaces e propriedades elétricas padronizadas”. (Apensado: PL 7.262/10).

RELATOR: deputado ROMERO RODRIGUES.

PARECER: pela rejeição deste e do PL 7.262/10, apensado.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

PL Nº 7.342/10 - do Senado Federal - que “Acrescenta § 5º ao art. 68 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para determinar ao Titular do Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais a utilização da internet para a remessa, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), do registro dos óbitos mensalmente ocorridos”. (Apensados: PLs 920/11 e 3.914/12).

RELATOR: deputado PAULO FOLETTO.

PARECER: pela aprovação deste e dos PLs 920/11 e 3.914/12, apensados, com substitutivo.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

PL Nº 3.404/12 - da Sra. Sandra Rosado - que “Disciplina a utilização do espectro de radiofrequências destinado aos serviços de radiodifusão de sons e imagens”.

RELATOR: deputado SANDRO ALEX.

PARECER: pela rejeição.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

PL Nº 3.584/12 - do Sr. Edmar Arruda - que “Obriga os veículos de comunicação social a divulgar números de telefone de utilidade pública”.

RELATOR: deputado PROFESSOR SÉRGIO DE OLIVEIRA.

PARECER: pela aprovação deste e das Emendas 1 e 2/12 apresentadas ao projeto, com substitutivo.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

DIA 12/12/12 - QUARTA-FEIRA – 39ª REUNIÃO

PL Nº 3.337/12 - do Sr. José Otávio Germano - que “Determina a substituição integral de medidores de energia elétrica eletromecânicos por medidores eletrônicos e dá outras providências”.

RELATOR: deputado EDUARDO AZEREDO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.

3.3 – REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO Nº 104/12 - do Sr. Sandro Alex - que "Requer convidar o Sr. MARCO ANTONIO RAUPP, Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, para em audiência pública prestar informações sobre as ações prioritárias planejadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para 2012". Os deputados Eduardo Azeredo, Sibá Machado, Silas Câmara e Ruy Carneiro subscreveram o requerimento.

APROVADO em 14/03/12.

Evento realizado em 25/04/12.

REQUERIMENTO Nº 105/12 - do Sr. Sandro Alex - que "Requer convidar o Sr. PAULO BERNARDO, Ministro das Comunicações, para em audiência pública prestar informações sobre as ações prioritárias do Ministério das Comunicações previstas para 2012". Os deputados Sibá Machado, Ruy Carneiro, Emiliano José e Silas Câmara subscreveram o requerimento.

APROVADO em 14/03/12.

Evento realizado em 20/03/12.

REQUERIMENTO Nº 106/12 - do Sr. Francisco Floriano - que "Requer a realização de audiência pública para discutir a qualidade dos serviços de telecomunicações prestados pela operadora NEXTEL". O deputado Silas Câmara subscreveu o requerimento.

APROVADO em 21/03/12.

Evento realizado em 07/08/12.

REQUERIMENTO Nº 107/12 - do Sr. Sibá Machado - (PL 5534/2009) - que "Requer a realização de audiência pública para discutir o PL nº 5534/09, que veda a transmissão de lutas marciais pelas emissoras de televisão na forma que especifica e dá outras providências". Os deputados Silas Câmara, Sandro Alex e Pastor Eurico subscreveram o requerimento. Aditamento: Aprovada a extensão do convite ao Senador Magno Malta.

APROVADO em 21/03/12, estendendo-se o convite ao Senador Magno Malta.

REQUERIMENTO Nº 108/12 - do Sr. Ruy Carneiro - que "Requer a extensão, por 180 dias, dos trabalhos da Subcomissão Especial destinada a acompanhar as ações do Plano Nacional de Banda Larga - PNBL".

APROVADO em 21/03/12.

REQUERIMENTO Nº 109/12 - da Sra. Luiza Erundina - que "Requer a realização de audiência pública para discutir a classificação indicativa de diversões públicas e de programas de rádio e televisão".

APROVADO em 21/03/12.

REQUERIMENTO Nº 110/12 - da Sra. Luiza Erundina - que "Requer a realização de audiência pública para debater a parceria da TV Cultura, mantida pela Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e TV Educativas com empresas privadas, para a produção e veiculação de conteúdo".

APROVADO em 21/03/12.

REQUERIMENTO Nº 111/12 - dos Srs. Manoel Junior e Sandro Alex - que "Requer a extensão dos trabalhos da Subcomissão Especial de Rádio Digital por 180 dias".

APROVADO em 21/03/12.

REQUERIMENTO Nº 112/12 - do Sr. Eduardo Azeredo - que "Solicita complementação de informações ao Senhor Ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, sobre o cumprimento, pela indústria automobilística dos prazos de implantação do percentual da produção de veículos com o equipamento suplementar de segurança passiva - Air Bag, conforme determina a Lei 11.910 de 18 de março de 2009, regulamentada pela Resolução nº 311, de 03 de abril de 2009, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN".

APROVADO em 21/03/12.

REQUERIMENTO Nº 113/12 - do Sr. Duarte Nogueira - que "Solicita que sejam convidados o Sr. Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, o Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel e Pessoal - SindiTelebrasil, o Presidente da Associação dos Engenheiros de Telecomunicações - AET, o Procurador Regional da República dos Direitos do Cidadão na Paraíba, e a Advogada do Programa e Orientação e Proteção ao Consumidor do Estado de São Paulo - PROCON/SP, para em Reunião de audiência pública em conjunto com a Comissão de Defesa do Consumidor, prestarem esclarecimentos e discutir a deficiência na prestação de serviços e o não cumprimento das normas do Sistema de Atendimento ao Consumidor". O deputado Sandro Alex subscreveu o requerimento.

APROVADO em 21/03/12.

Evento realizado em 15/05/12.

REQUERIMENTO Nº 114/12 - da Sra. Luciana Santos - que "Requer a prorrogação do prazo de funcionamento da Subcomissão Especial para Analisar Formas de Financiamento de Mídia Alternativa por prazo mínimo de 180 dias".
APROVADO em 21/03/12.

REQUERIMENTO Nº 115/12 - do Sr. Ruy Carneiro - que "Requer a realização de audiência pública nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, para discutir a relevância tecnológica, econômica e estratégica da computação em nuvem (também conhecida por *Cloud Computing*) para a competitividade nacional".
APROVADO em 21/03/12.
Evento realizado em 24/04/12.

REQUERIMENTO Nº 116/12 - do Sr. Júlio Campos - que "Solicita realização de audiência pública para discussão dos problemas que afligem os direitos do consumidor pela empresa B2W, de vendas pela internet".
APROVADO em 28/03/12.

REQUERIMENTO Nº 117/12 - da Sra. Jô Moraes e outros - que "Requer a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, para debater as providências a serem tomadas pelo Governo Brasileiro para recuperar e fortalecer o Programa Antártico Brasileiro - PROANTAR após o acidente na Estação Antártica Comandante Ferraz". Aditamento: Alterado o texto da ementa, que passou a ter a seguinte redação: "*Requer a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional para debater a Ciência Antártica na qual se encontra o Programa Antártico*" (RD de 28/03/12).
APROVADO em 21/03/12.
Evento realizado em 11/04/12.

REQUERIMENTO Nº 118/12 - do Sr. Paulo Teixeira - que "Requer a realização de seminário Conjunto com as Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Urbano desta Casa para debater o tema de construções sustentáveis".
APROVADO em 28/03/12.

REQUERIMENTO Nº 119/12 - do Sr. Sibá Machado - que "Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura e a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, para discutir sobre o tema: Educação, Ciência e Tecnologia na Amazônia". Aditamento: Aprovada a conversão em seminário (RD de 09/05/12).
APROVADO em 11/04/12.
Evento realizado em 28/06/12.

REQUERIMENTO Nº 120/12 - do Sr. Eli Correa Filho - (REQ 116/2012) - que "Solicita a inclusão de convidados a participar da audiência pública a fim de discutir os problemas que afligem os direitos do consumidor pela empresa B2W, de vendas pela internet".
APROVADO em 11/04/12.

REQUERIMENTO Nº 121/12 - do Sr. Antonio Imbassahy - que "Requer que seja realizada reunião de audiência pública com a presença do Senhor: Marco Antonio Raupp - Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação, Glaucius Oliva - Presidente do CNPq e Jorge Almeida Guimarães - Presidente da CAPES para discussão acerca do funcionamento do Programa Ciência sem Fronteiras".
APROVADO em 11/04/12.
Evento realizado em 25/04/12.

REQUERIMENTO Nº 122/12 - do Sr. Arolde de Oliveira - que "Solicita a realização de audiência pública para discussão do tema 'A cessão compulsória, por parte das emissoras de radiodifusão, de horário para veiculação de mensagens obrigatórias".
APROVADO em 09/05/12, com a extensão do convite ao Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC).
Evento realizado em 27/11/12.

REQUERIMENTO Nº 123/12 - dos Srs. Luciana Santos e Eduardo Azeredo - que "Requer a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional para discutir o Programa Ciência Sem Fronteiras".
APROVADO em 18/04/12.
Evento realizado em 25/04/12.

REQUERIMENTO Nº 124/12 - do Sr. Eduardo Azeredo - que "Requer a realização de seminário conjunto com as Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Finanças e Tributação; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e com a participação da Comissão de Assuntos Econômicos, do Senado Federal, em parceria com a Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Nacional e a Fundação Milton Campos, com a finalidade de debater a atual desindustrialização e desaceleração da economia".
APROVADO em 09/05/12.
Evento realizado em 22 e 23/05/12.

REQUERIMENTO Nº 125/12 - do Sr. Sandro Alex - que "Requer a realização de seminário para debater o futuro da Rádio AM e a digitalização da radiodifusão no Brasil".

APROVADO em 09/05/12, estendendo-se o convite a Orlando Guilhon, vice-presidente da Associação das Rádios Públicas do Brasil (Arpub), e a Takashi Tomé, pesquisador do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD). Observação: o seminário foi convertido em audiência pública na reunião deliberativa de 21/11/12.

Evento realizado em 05/12/12.

REQUERIMENTO Nº 126/12 - do Sr. Sandro Alex - que "Requer a realização de audiência pública para debater a respeito do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL) e do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)".

APROVADO em 09/05/12, com a extensão do convite a Rosane Bertotti, coordenadora-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC); a Veridiana Alimonti, advogada do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec); e a Eduardo Levy, diretor-executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil).

REQUERIMENTO Nº 127/12 - do Sr. Duarte Nogueira - (REQ 113/2012) - que "Requer a inclusão de convidada a participar da audiência pública a fim de discutir a deficiência na prestação dos serviços de telefonia e o não cumprimento das normas do SAC".

O deputado Sandro Alex subscreveu o requerimento.

APROVADO em 09/05/12.

Evento realizado em 15/05/12.

REQUERIMENTO Nº 128/12 - do Sr. Sibá Machado - que "Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura e a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, para discutir os programas na área de educação, ciência e tecnologia, desenvolvidos pelos estados da Região Amazônica e as possibilidades de novas parcerias, maior interação e ações conjuntas entre os estados, e com o governo federal".

APROVADO em 09/05/12, transformando-se o evento em seminário.

Evento realizado em 28/06/12.

REQUERIMENTO Nº 129/12 - do Sr. Ariosto Holanda - (REQ 124/2012) - que "Requer a inclusão de convidado a participar do seminário conjunto com as Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Finanças e Tributação; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e com a participação da Comissão de Assuntos Econômicos, do Senado Federal, em parceria com a Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Nacional e a Fundação Milton Campos, com a finalidade de debater a atual desindustrialização e desaceleração da economia". O deputado Paulo Foletto subscreveu o requerimento.

APROVADO em 09/05/12.

Evento realizado em 22 e 23/05/12.

REQUERIMENTO Nº 130/12 - da Sra. Luiza Erundina - que "Requer a inclusão de convidada na audiência pública para 'debater a parceria da TV Cultura, mantida pela Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e TV Educativas, com empresas privadas para a produção e veiculação de conteúdo, conforme Requerimento nº 110/2012'".

APROVADO em 16/05/12.

REQUERIMENTO Nº 131/12 - do Sr. Ruy Carneiro - que "Requer informações ao Ministro das Comunicações sobre a inclusão de municípios paraibanos no Plano Nacional de Banda Larga (PNBL)".

APROVADO em 30/05/12.

REQUERIMENTO Nº 132/12 - do Sr. Ruy Carneiro - que "Requer informações ao Ministro das Comunicações quanto o número de rádios comunitárias existentes, atualmente, nos municípios paraibanos".

APROVADO em 30/05/12.

REQUERIMENTO Nº 133/12 - do Sr. Salvador Zimbaldi - (PL 5921/2001) - que "Requer a realização de audiência pública para debater a respeito do PL nº 5921/2011, que proíbe a publicidade e propaganda para a venda de produtos infantis".

APROVADO em 30/05/12, subscrito pelo deputado Júlio Campos, com a extensão do convite à Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão) e à ABA (Associação Brasileira de Anunciantes).

Evento realizado em 03/07/12.

REQUERIMENTO Nº 134/12 - da Sra. Luiza Erundina - que "Requer a realização de audiência pública para debater a prática de subconcessão, arrendamento ou alienação a terceiros promovida por concessionários de serviços públicos de radiodifusão sonora e de sons e imagens sem a autorização competente".

APROVADO em 27/06/12.

REQUERIMENTO Nº 135/12 - do Sr. Aureo - que "Requer a realização de audiência pública para discutir as incompatibilidades entre as normas federais de instalação de antenas de telefonia celular e as legislações municipais de uso e ocupação do solo".

APROVADO em 30/05/12, subscrito pelo deputado Júlio Campos.

REQUERIMENTO Nº 136/12 - do Sr. Gilmar Machado e outros - que "Requerem a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias para debater a dignidade humana e os meios de comunicação e a constituição de um Grupo de Trabalho para tratar sobre o mesmo tema".

APROVADO em 27/06/12.

Evento realizado em 13/06/12, com a participação da comissão.

REQUERIMENTO Nº 137/12 - do Sr. Sandro Alex - que "Requer a realização de audiência pública para debater questões de tecnologia, inovação, treinamento e manutenção na aviação".

APROVADO em 27/06/12, convidando-se também Carlos Abner, Diretor da IATA (Associação Internacional de Transporte Aéreo).

REQUERIMENTO Nº 138/12 - da Sra. Luiza Erundina - (PL 5921/2001) - que "Requer a inclusão de convidados na audiência pública "para debater a respeito do PL nº 5921/2001, que proíbe a publicidade e propaganda para a venda de produtos infantis." conforme Requerimento nº133/2012 do deputado Salvador Zimbaldi".

APROVADO em 27/06/12, com a extensão do convite à Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia).

Evento realizado em 03/07/12.

REQUERIMENTO Nº 139/12 - do Sr. Ruy Carneiro - que "Requer a realização de audiência pública nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, para discutir os desafios legais, econômicos e sociais relativos à Proteção de Dados Pessoais e Privacidade no Brasil".

APROVADO em 04/07/12.

REQUERIMENTO Nº 140/12 - da Sra. Luciana Santos - que "Requer a realização de audiência pública para analisar formas de financiamento de Mídias Alternativas".

APROVADO em 27/06/12, estendendo-se o convite à Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert).

REQUERIMENTO Nº 141/12 - do Sr. Antonio Imbassahy - que "Requer que seja realizada reunião de audiência pública com a presença da Senhora Miriam Belchior - Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, e dos Senhores Marco Antonio Raupp -Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação, Guido Mantega - Ministro da Fazenda, Reginaldo dos Santos - Diretor Geral da Alcântara Cyclone Space, e José Raimundo Braga Coelho Presidente da Agência Espacial Brasileira para discussão acerca do funcionamento da Binacional Alcântara Cyclone Space".

APROVADO em 11/07/12, excluindo-se os ministros Miriam Belchior (Planejamento) e Guido Mantega (Fazenda) e ampliando-se o objeto do debate para o conjunto do programa espacial brasileiro.

REQUERIMENTO Nº 142/12 - do Sr. Antonio Imbassahy - que "Requer a realização de seminário com a finalidade de debater os 15 anos de vigência da Lei Geral de Telecomunicações - LGT (Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997)".

APROVADO em 11/07/12.

REQUERIMENTO Nº 144/12 - do Sr. Eduardo Azeredo - que "Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações a respeito das condições de oferta do "Sky Livre" no Estado de Minas Gerais, em face de denúncia de propaganda enganosa na prestação do serviço".

APROVADO em 08/08/12.

REQUERIMENTO Nº 145/12 - do Sr. Manoel Junior - que "Requer a extensão dos trabalhos da Subcomissão Especial de Rádio Digital por 90 dias".

APROVADO em 05/09/12.

REQUERIMENTO Nº 146/12 - da Sra. Luiza Erundina - que "Requer a realização de audiência pública para debater o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional".

APROVADO em 05/09/12.

Evento realizado em 20/11/12.

REQUERIMENTO Nº 147/12 - da Sra. Luciana Santos - que "Requer a prorrogação dos trabalhos da Subcomissão Especial para Analisar Formas de Financiamento de Mídia Alternativa por prazo mínimo de 90 dias". O deputado Sibá Machado subscreveu o requerimento.

APROVADO em 05/09/12.

REQUERIMENTO Nº 148/12 - do Sr. Sandro Alex - que "Requer a realização de audiência pública para debater o 'Programa Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia da Informação - TI Maior', lançado em 20/08/2012, pelo Poder Executivo, para estimular o desenvolvimento e a produção de software no Brasil".

APROVADO em 05/09/12.

REQUERIMENTO Nº 149/12 - do Sr. Salvador Zimbaldi - (PDC 583/2012) - que "Requer a realização de audiência pública para debater o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 583/2012 e a alteração da jornada de trabalho na Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)".

APROVADO em 31/10/12, estendendo-se o convite ao Presidente do Conselho Consultivo da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), Cláudio Marcelo Siena.

REQUERIMENTO Nº 150/12 - do Sr. Eduardo Azeredo - que "Requer a realização de audiência pública para debater assuntos gerais vinculados ao setor de telecomunicações, especialmente os planos de investimentos elaborados pelas operadoras de telefonia celular para a melhoria da qualidade dos serviços".

APROVADO em 31/10/12, estendendo-se o convite ao Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil), Eduardo Levy.

Evento realizado em 11/12/12.

REQUERIMENTO Nº 151/12 - do Sr. Arolde de Oliveira - (REQ 122/2012) - que "Requer a inclusão de convidado para a audiência pública sobre a cessão compulsória, por parte das emissoras de radiodifusão, de horário para veiculação de mensagens obrigatórias".

APROVADO em 31/10/12.

Evento realizado em 27/11/12.

REQUERIMENTO Nº 152/12 - do Sr. Júlio Campos - que "Requer a realização de audiência pública para debater as políticas de incentivo ao desenvolvimento de tecnologias voltadas aos deficientes visuais".

APROVADO em 31/10/12.

REQUERIMENTO Nº 153/12 - do Sr. Izalci - que "Requer a realização de audiência pública na COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA para debater o Programa Ciência sem Fronteira, uma vez que o mesmo, em seu formato atual, não contempla diversas áreas importantes para a competitividade por meio da inovação".

APROVADO em 31/10/12.

Evento realizado em 13/12/12.

REQUERIMENTO Nº 154/12 - do Sr. Milton Monti - (REQ 146/2012) - que "Requer a inclusão na relação de convidados para a audiência pública destinada a debater o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional da entidade que menciona".

APROVADO em 31/10/12.

Evento realizado em 20/11/12.

REQUERIMENTO Nº 156/12 - do Sr. Sandro Alex - que "Requer a realização de audiência pública para debater a influência das pesquisas eleitorais no comportamento do eleitorado e a sua divulgação pela mídia em tempo real".

APROVADO em 07/11/12.

REQUERIMENTO Nº 157/12 - do Sr. Eduardo Azeredo - que "Requer a realização de audiência pública para discutir o papel e a atuação dos Correios no atual cenário de mudanças tecnológicas".

APROVADO em 07/11/12, estendendo-se o convite a representante da empresa Rio Linhas Aéreas S.A.

Evento realizado em 04/12/12.

REQUERIMENTO Nº 158/12 - do Sr. Arolde de Oliveira - (REQ 157/2012) - que "Requer a inclusão de convidado para audiência pública dos Correios para discutir o papel e a atuação no atual cenário de mudanças tecnológicas".

APROVADO em 21/11/12.

Evento realizado em 04/12/12.

REQUERIMENTO Nº 159/12 - da Sra. Luciana Santos - que "Requer a realização de audiência pública para analisar formas de financiamento de Mídias Alternativas".

APROVADO em 21/11/12.

Evento realizado em 12/12/12.

REQUERIMENTO Nº 160/12 - da Sra. Luciana Santos - que "Requer a realização de uma mesa redonda a ser realizada no estado de Pernambuco, para analisar formas de financiamento de Mídias Alternativas". Aditamento: Aprovada a extensão do convite ao Secretário de Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Marcelino Granja.

APROVADO em 21/11/12.

REQUERIMENTO Nº 161/12 - da Sra. Luciana Santos - que "Requer a prorrogação dos trabalhos da Subcomissão Especial para Analisar Formas de Financiamento de Mídia Alternativa por prazo de 180 dias".

APROVADO em 28/11/12.

REQUERIMENTO Nº 162/12 - do Sr. Eduardo Azeredo - (REQ 157/2012) - que "Requer a inclusão de convidado em audiência pública dos Correios".

APROVADO EM 28/11/12.

Evento realizado em 04/12/12.

REQUERIMENTO Nº 163/12 - dos Srs. Duarte Nogueira e Carlos Sampaio - que "Requerem que seja convidado Sr. Jefferson Carlos Carús Guedes, vice-presidente jurídico da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, para comparecer nesta Comissão a fim de prestar esclarecimentos acerca dos fatos apurados na Operação Porto Seguro, deflagrada pelo Departamento de Polícia Federal, em 23/11/12".

APROVADO em 05/12/12, contra os votos dos deputados Paulo Foletto, Eliene Lima, Professor Sérgio de Oliveira e Pastor Eurico.

REQUERIMENTO Nº 164/12 - da Sra. Luciana Santos - (REQ 159/2012) - que "Requer a inclusão de convidado em audiência pública".

APROVADO em 12/12/12.

Evento realizado em 12/12/12.

3.4 – EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS

A – EMENDAS À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0003/2012 - LDO

Data: 27/06/2012
Hora: 15:37
Página: 1 de 5

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

EMENTA

Aquisição de Meios Blindados

PROGRAMA

2058 Política Nacional de Defesa

AÇÃO

20PZ Aquisição de Meios Blindados

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Meio blindado adquirido (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

64

JUSTIFICATIVA

A "Nova Família de Blindados Sobre Rodas (NFER)" é um projeto estratégico do Exército que visa a obtenção de novas capacidades de proteção blindada, poder de fogo e deslocamento estratégico e tático, permitindo a substituição das viaturas ENGESA, com mais de 30 anos de utilização, pelo blindado GUARANI. Considerando que o blindado é um sistema complexo que envolve diferentes áreas do conhecimento humano, o projeto permitirá a obtenção de modernas tecnologias que contribuirão para a inovação e a pesquisa no meio civil, constituindo-se em um vetor de transformação da indústria nacional de defesa. No curso da instalação do projeto haverá geração de cerca de 9.000 (nove mil) empregos diretos e indiretos em inúmeras áreas da cadeia produtiva dos blindados, incluindo chassi, sistema de armas e comando e controle, entre outros. São empresas parceiras do projeto: IVECO - Sete Lagoas (MG), IMBEL - Rio de Janeiro (RJ), USIMINAS - Ipatinga (MG), VILLARES - Sumaré (SP), Aeroeletrônica - Porto Alegre (RS), ARES - Nova Iguaçu (RJ). O projeto, face à sua amplitude e complexidade, com o envolvimento da indústria nacional, inclusive com a instalação de novas plantas industriais, deve ser inserida em anexo ao PLDO 2013 como prioridade de execução para a consecução das metas pretendidas no ano de 2013.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - CCTCI



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0003/2012 - LDO

Data: 27/06/2012

Hora: 15:37

Página: 2 de 5

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

EMENTA

Fomento aos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia - INCTs

PROGRAMA

2021 Ciência, Tecnologia e Inovação

AÇÃO

20HZ Fomento aos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia - INCTs

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Instituto apoiado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

40

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa dar condições adequadas de funcionamento a instituições de pesquisa que se destaquem no cenário Nacional pela competência técnico-científica em áreas estratégicas para o País; ampliar e ajustar a base técnico-científica Nacional às necessidades do mercado.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - CCTCI



CONGRESSO NACIONAL
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
 PLN 0003/2012 - LDO

Data: 27/06/2012

Hora: 15:37

Página: 3 de 5

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

EMENTA

Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares

PROGRAMA

2058 Política Nacional de Defesa

AÇÃO

123G Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

ACRÉSCIMO DE META

Infraestrutura implantada (% de execução física)

21

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei não contempla anexo de metas e prioridades, apenas limitando-se a inserir no Art 4º que tais metas e prioridades correspondem às ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e ao Programa Brasil sem Miséria (PBSM). Sugere-se a inclusão de despesas relacionadas a acordos de Cooperação Internacional que prevêem transferência de tecnologia.

A proposta visa "evidenciar" esse projeto, tornando-o viável a alocação de recursos em patamares adequados para sua tempestiva execução.

Alerta-se que a alocação insuficiente de recursos, inexoravelmente, acarreta atrasos nos projetos e o descumprimento de acordos firmados com outros Países, trazendo prejuízos à imagem do Brasil, e a nossa posição de "global player", conquistado ao longo dos últimos anos.

Exemplo de projeto decorrente de Acordo de Cooperação Internacional é o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), cujo objetivo primordial é dotar o Brasil com o primeiro submarino de propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no País. Ao seu término, contaremos com mais quatro submarinos convencionais e um à propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval de apoio específico para dar suporte à operação e manutenção desses meios operativos.

A sua característica mais marcante reside na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico e aquele que precisa ser alcançado para permitir a concepção do submarino de propulsão nuclear.

Releva mencionar que o PROSUB pauta-se na segurança nacional, relacionada com a proteção dos interesses brasileiros na Plataforma Continental, da qual extrai diversas riquezas biológicas e minerais e cerca de 90% do petróleo. Deve-se levar em conta, também, a proteção às embarcações que transportam aproximadamente 95% dos produtos do comércio exterior.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONSIDERAÇÃO NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - CCTCI



CONGRESSO NACIONAL
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
 PLN 0003/2012 - LDO

Data: 27/06/2012

Hora: 15:37

Página: 4 de 5

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

EMENTA

Implantação do Complexo Espacial de Alcântara

PROGRAMA

2056 Política Espacial

AÇÃO

7P40 Implantação do Complexo Espacial de Alcântara - CEA

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

ACRÉSCIMO DE META

Infraestrutura implantada (% de execução física)

25

JUSTIFICATIVA

Descrição: Construção das obras complementares da infraestrutura geral do CLA para apoio aos lançamentos previstos no PNAE, bem como aos sítios de lançamentos comerciais. A ação visa atender também medidas sociais e ambientais compensatórias, estabelecidas pelos órgãos de licenciamento ambiental.

Finalidade: Implantar um Complexo Espacial, com uma concepção civil, que possa explorar os serviços de lançamento em bases comerciais e possibilite uma convivência integrada das atividades do Complexo com as das comunidades locais, evitando-se a necessidade de deslocamentos de novos contingentes de famílias residentes na região.

Esta Comissão está atenta aos desenvolvimento do Programa Aeroespacial Brasileiro, sendo que a existência de tratado internacional entre Brasil e Ucrânia para desenvolvimento de tecnologia de lançamento demanda o desenvolvimento da base de lançamento de Alcântara, o que justifica a inclusão desta ação como prioridade para 2013.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - CCTCI



CONGRESSO NACIONAL
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
 PLN 0003/2012 - LDO

Data: 27/06/2012
 Hora: 15:37
 Página: 5 de 5

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

EMENTA

Implantação do Sistema de Defesa Cibernético

PROGRAMA

2058 Política Nacional de Defesa

AÇÃO

147F Implantação do Sistema de Defesa Cibernética

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

ACRÉSCIMO DE META

Sistema implantado (% acumulado do projeto físico)

22

JUSTIFICATIVA

- A Sociedade da Informação encontra-se refém da tecnologia impondo à defesa e à proteção da informação, cada vez mais, tratamento cuidadoso e organizado por parte dos Estados.

- A descoberta de falhas e vulnerabilidades nos diversos processos que envolvem a segurança de TI tem permitido o surgimento e o crescimento do chamado cybercrime (crime cibernético). Como evolução natural, está em evidência uma nova modalidade de guerra assimétrica, a cyberwar (guerra cibernética). Nela são atacados os centros dos poderes civis e militares e ainda os principais centros de comunicação e controle dos serviços críticos, como sistemas de comunicações, saúde pública, energia e outros.

- Em face de seu grau de desenvolvimento e projeção internacional, a infraestrutura do Brasil está calcada em sistemas de TI suscetíveis a inúmeras agressões cibernéticas provenientes de governos estrangeiros, instituições, organizações criminosas ou mesmo de grupos terroristas, o ciberterrorismo. O terrorismo cibernético pode aplicar os princípios da Guerra Psicológica atuando de forma dissimulada através da divulgação de notícias falsas e boatos, que se difundem rapidamente, ou mesmo de levar o País a uma situação de paralisia estratégica.

- Em virtude das ameaças cibernéticas mencionadas a que está sujeito e em conformidade com a Estratégia Nacional de Defesa, o Brasil deve buscar autonomia nas tecnologias cibernéticas estabelecendo parcerias estratégicas por meio da aquisição de equipamentos no exterior e do fomento à pesquisa e ao desenvolvimento de sistemas de defesa cibernéticos nacionais. As iniciativas cibernéticas no campo da defesa estarão alinhadas com as diretrizes estratégicas do governo para a capacitação nos campos industrial e militar que estabelecerão regras e procedimentos para o uso de táticas de defesa cibernética.

- As capacitações cibernéticas se destinarão ao mais amplo espectro de usos industriais, educativos e militares. Incluirão, prioritariamente, as tecnologias de comunicação entre as Forças Armadas de modo a assegurar sua capacidade para atuar em rede e contemplarão o poder de comunicação satelital entre as forças singulares. Pelo acima exposto, entende-se que as despesas com Implantação do Sistema de Defesa Cibernética, deve ser inserida em anexo ao PLDO 2013 como prioridade para a consecução das metas pretendidas de execução no ano de 2013.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - CCTCI



CONGRESSO NACIONAL
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
 PLN 0003/2012 - LDO

Data: 27/06/2012

Hora: 15:44

Página: 1 de 21

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

EMENTA

Acordos e Parcerias Estratégicas com outros Países na área de Defesa

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Comissão	Aditiva	Anexo V - Inciso I Item 66

TEXTO PROPOSTO

II) DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS, CONFORME O ART. 9o, § 2º, DA LRF

Despesas relacionadas com acordos e parcerias estratégicas firmados pela República Federativa do Brasil com outros países na área de defesa;

JUSTIFICATIVA

A proposta visa "evidenciar" os projetos decorrentes de Acordos de Cooperação Internacionais, tornando viável a alocação de recursos em patamares adequados para sua tempestiva execução. Alerta-se que a alocação insuficiente de recursos, inexoravelmente, acarreta atrasos nos projetos e o descumprimento de acordos firmados com outros Países, trazendo prejuízos à imagem do Brasil. Isto, para a nossa atual posição de "global player", é inadmissível.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA A CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciencia, Tecn. Com. Informatica



CONGRESSO NACIONAL
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
 PLN 0003/2012 - LDO

Data: 27/06/2012

Hora: 15:44

Página: 2 de 21

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

EMENTA

Anexo V - Inclusão de inciso I - Não limitação de empenho

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Comissão	Aditiva	Anexo V - Inciso I Item 1

TEXTO PROPOSTO

DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO ART. 9o, § 2o, DA LRF.

I) DESPESAS QUE CONSTITUEM OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS OU LEGAIS DA UNIÃO

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como finalidade criar o inciso I) DESPESAS QUE CONSTITUEM OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS OU LEGAIS DA UNIÃO, para viabilizar a criação do inciso II) DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS, CONFORME O ART. 9o, § 2o, DA LRF, objeto de outras emendas desta Comissão.

A alteração do título do Anexo V se faz necessária porque as despesas incluídas no Inciso II não constituem obrigações constitucionais ou legais da União.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA A CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciencia, Tecn. Com. Informatica



CONGRESSO NACIONAL
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
 PLN 0003/2012 - LDO

Data: 27/06/2012

Hora: 15:44

Página: 3 de 21

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**EMENTA**

Anexo V - Inclusão de inciso II - Ações da Ciência e Tecnologia no rol de não limitação de empenho

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Comissão	Aditiva	Anexo V - Inciso I Item 66

TEXTO PROPOSTO

II) DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS, CONFORME O ART. 90, § 2º, DA LRF

1. Despesas com ações classificadas na função 19 - Ciência e Tecnologia e nas subfunções: 571 - Desenvolvimento Científico, 572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia e 573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico (573), no âmbito do Poder Executivo;

JUSTIFICATIVA

O objetivo da inclusão do inciso II, no anexo V, do PLDO 2013 é preservar os recursos destinados à Ciência, Tecnologia e Inovação. A Constituição Federal no artigo 218 e seu § 1º estabelece:

Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas.

§ 1º A pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências.

Em vista disso, e cientes da importância que os investimentos federais em ciência e tecnologia (C&T) têm no desenvolvimento sustentável do Brasil e no planejamento dos investimentos públicos para o atingimento da meta de elevar os dispêndios Nacionais em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) ao patamar de 1,8% do PIB até 2014 e de acordo com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) e, julgamos procedente isentar as ações classificadas na função 19 - Ciência e Tecnologia, além daquelas classificadas nas subfunções 571 - Desenvolvimento Científico, 572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia, 573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico, combinadas com qualquer função, de qualquer possibilidade de restrição orçamentária e financeira via contingenciamentos, no âmbito do Poder Executivo.

Dessa forma, ficam preservados os recursos destinados à pesquisa científica e tecnológica em diversas áreas como agricultura, saúde, educação, defesa, entre outras.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA A CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciencia, Tecn. Com. Informatica



CONGRESSO NACIONAL
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
 PLN 0003/2012 - LDO

Data: 27/06/2012

Hora: 15:44

Página: 4 de 21

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

EMENTA

Art. 087, Inciso V - inclusão do termo *inovação* no texto

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Comissão	Modificativa	Corpo da lei - Artigo 87 Inciso V

TEXTO PROPOSTO

V - para a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e o BNDES, promoção do desenvolvimento da infraestrutura e da indústria, da agricultura e da agroindústria, com ênfase no fomento à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica, à inovação, à melhoria da competitividade da economia, à estruturação de unidades e sistemas produtivos orientados para o fortalecimento do Mercosul, à geração de empregos e à redução do impacto ambiental; e

JUSTIFICATIVA

O Plano Brasil Maior, no primeiro parágrafo de sua apresentação, coloca que:

„A adoção de políticas em favor do desenvolvimento industrial e tecnológico é uma das principais vertentes da atuação do governo Dilma Rousseff. Materializadas no Plano Brasil Maior, as ações de apoio à indústria buscam fortalecer a competitividade, acelerar ganhos de produtividade, promover o adensamento produtivo e tecnológico das cadeias de valor, ampliar mercados, criar empregos de melhor qualidade e garantir um crescimento inclusivo e sustentável. Integram um projeto de desenvolvimento nacional baseado na articulação de um conjunto de programas de governo, na mobilização social, na equidade e na criação de um entorno empresarial propício aos investimentos e à inovação.„

Dentre as orientações estratégicas que direcionam as ações do Brasil Maior, estão a promoção da inovação e do desenvolvimento tecnológico e, dentre as metas, há uma compartilhada com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), de elevar os investimentos empresariais em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para 0,90 % do PIB até 2014.

De acordo com a ENCTI:

„(...) visando a construção da competitividade sistêmica, são objeto das políticas industrial e de C,T&I. Isso reflete a estreita articulação entre o Plano Brasil Maior e a ENCTI, com destaque para o uso articulado de instrumentos de incentivos, crédito, subvenção, regulação, poder de compra, dentre outros; a disponibilidade de recursos para todas as etapas do ciclo de inovação; e metas compartilhadas entre o setor privado e o setor científico-tecnológico.„

Neste sentido, a inserção do termo inovação permitiria uma aderência plena da Lei de Diretrizes Orçamentárias ao Plano Brasil Maior e à ENCTI.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA A CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciencia, Tecn. Com. Informatica



CONGRESSO NACIONAL
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
 PLN 0003/2012 - LDO

Data: 27/06/2012

Hora: 15:44

Página: 5 de 21

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

EMENTA

Construção do Protótipo de Reator Nuclear

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Comissão	Aditiva	Anexo V - Inciso I Item 66

TEXTO PROPOSTO

II) DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS, CONFORME O ART. 9º, § 2º, DA LRF

Despesas relacionadas com a Ação 1421 - Construção do Protótipo de Reator Nuclear;
--

JUSTIFICATIVA

<p>O Programa Nuclear inclui o domínio de um vasto espectro tecnológico, com a participação de universidades, de institutos de pesquisa e da indústria nacional, que capacitará o país para projetar, construir e operar reatores de potência e de pesquisa, com suas múltiplas aplicações na geração de energia, na medicina, agricultura, engenharia e indústria. Ressalta-se que o Programa Nuclear da Marinha (PNM) vem demonstrando, desde seu início, uma grande capacidade de mobilização e estímulo dos setores de Ciência e Tecnologia (C&T) e de produção. As parcerias com esses Setores agregam ao Programa significativa capacidade de gerar efeitos de arrasto, tanto por meio do incentivo à ampliação da base tecnológica nacional, decorrente dos desafios que coloca aos setores de C&T e de produção, como por meio do desenvolvimento de equipamentos e componentes de uso não restrito aos objetivos do Programa. Cumpre salientar que o Programa Nuclear não é unicamente da Marinha, mas sim do país, e o domínio dessa tecnologia, jamais repassada por aqueles que a detêm, nos permite possuir uma alternativa para a crise energética internacional que se anuncia. O propósito que sempre norteou o PNM foi o de dotar o Poder Naval brasileiro de um Submarino com propulsão nuclear. Em sua trajetória desde 1979, logrou avanços e conquistas extraordinárias para o país. Finalizando, releva comentar que a Estratégia Nacional de Defesa classifica o setor nuclear como estratégico, por ser crucial tanto para a defesa nacional quanto para a independência tecnológica do País em sentido mais amplo.</p>

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA A CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA
--

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciencia, Tecn. Com. Informatica



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0003/2012 - LDO

Data: 27/06/2012

Hora: 15:44

Página: 6 de 21

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**EMENTA**

Dá nova redação ao § 3º do artigo 70. (Moradia e transporte de qualquer natureza)

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Comissão	Modificativa	Corpo da lei - Artigo 70 Parágrafo 3

TEXTO PROPOSTO

§ 3º Não constituem despesas com pessoal e encargos sociais as relativas ao pagamento de assistência pré-escolar de dependentes de servidores civis, militares e empregados públicos, saúde suplementar de servidores civis, militares, empregados públicos e seus dependentes, diárias, fardamento e auxílios transporte, alimentação e refeição.

JUSTIFICATIVA

- A Estratégia Nacional de Defesa (END) estabelece que as Forças Armadas estejam organizadas sob a égide do trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença nacional.
- A retirada de despesas da rubrica pessoal e encargos sociais comprometem a implementação da Estratégia Nacional de Defesa, pois tem impacto significativo no quantitativo de militares presentes nas regiões supramencionadas, bem como na mobilidade de contingente, devido a perda da garantia do fluxo de recursos orçamentários e financeiros que, atualmente, envolvem as despesas com o GND 1 - Pessoal.
- O mecanismo visualizado para evitar essa situação comprometedor para a Marinha do Brasil é a supressão dos termos „moradia e transporte de qualquer natureza, do Art. 70 § 3º da PLDO.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciencia, Tecn. Com. Informatica



CONGRESSO NACIONAL
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
 PLN 0003/2012 - LDO

Data: 27/06/2012

Hora: 15:44

Página: 7 de 21

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**EMENTA**

Dá nova redação ao item 33 do anexo V. (Auxílio-Alimentação)

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Comissão	Modificativa	Anexo V - Inciso I Item 33

TEXTO PROPOSTO

33. Auxílio-Alimentação (art. 22 da Lei nº 8.460, de 17/09/1992) e alimentação do pessoal militar das Forças Armadas (art. 50, inciso IV, alínea c/g, da Lei nº 6.880, de 09/12/1980, art. 3º, inciso XIII da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31/08/2001 e a Seção V do Decreto 4.307, de 18/07/2002);

JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória nº 2.215-10, de 31/08/2001 dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências. O Art 3º da referida MP, define auxílio-alimentação como direito pecuniário devido ao militar para custear gastos com alimentação.

Por sua vez, a Seção V do Decreto 4.307, de 18/07/2002, estabelece as situações de pagamento do auxílio-alimentação, destacando-se a previsibilidade que Praças, de graduação inferior a Terceiro-Sargento, quando em férias regulamentares e não for alimentada pela União, farão jus a uma vez a etapa comum fixada para a localidade onde o Militar serve.

Destá forma com a inclusão dos dispositivos supramencionados, fica evidenciado, que o pagamento da alimentação de Pessoal Militar não se destina apenas a aquisição de gêneros alimentícios, mas ao atendimento de despesas em pecúnia, previstas em lei.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA A CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciencia, Tecn. Com. Informatica



CONGRESSO NACIONAL
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
 PLN 0003/2012 - LDO

Data: 27/06/2012

Hora: 15:44

Página: 8 de 21

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

EMENTA

Desenvolvimento da Indústria Nacional de Defesa

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Comissão	Aditiva	Anexo V - Inciso I Item 66

TEXTO PROPOSTO

II) DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS, CONFORME O ART. 90, § 2º, DA LRF

Despesas com as ações vinculadas às contratações de produtos, de sistemas de defesa, de desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa, visando fomentar a área estratégica que envolve o desenvolvimento da Indústria Nacional de Defesa;

JUSTIFICATIVA

A impossibilidade de execução plena das Dotações referentes aos investimentos na área estratégica de defesa reduzem o fomento da indústria nacional de defesa e o respectivo arrasto tecnológico, importante em função dos múltiplos empregos dos projetos relacionados ao Setor.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA A CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciencia, Tecn. Com. Informatica



CONGRESSO NACIONAL
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
 PLN 0003/2012 - LDO

Data: 27/06/2012

Hora: 15:44

Página: 9 de 21

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

EMENTA

Despesas do Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Comissão	Aditiva	Anexo V - Inciso I Item 66

TEXTO PROPOSTO

II) DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS, CONFORME O ART. 9º, § 2º, DA LRF

Despesas do Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha;

JUSTIFICATIVA

A impossibilidade de execução plena das Dotações referentes ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) acarreta em multas e atrasos nos cronogramas pactuados decorrentes de acordos internacionais. O PROSUB tem como objetivo primordial dotar a Esquadra Brasileira com o primeiro submarino de propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no Brasil. Ao seu término, o País contará com mais quatro submarinos convencionais e um à propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval de apoio específico para dar suporte à operação e manutenção desses meios operativos. A sua característica mais marcante reside na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico da Marinha e aquele que precisa ser alcançado para permitir a concepção do submarino à propulsão nuclear. Releva mencionar que o PROSUB pauta-se na segurança nacional, relacionada com a proteção dos interesses brasileiros na Plataforma Continental, da qual extrai diversas riquezas biológicas e minerais. De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), são três as tarefas estratégicas da Marinha: a negação do uso do mar a terceiros; o controle das áreas marítimas; e a projeção do poder naval. A prioridade estratégica é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer intromissão de forças estranhas nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o que implica na necessidade de reconfiguração das Forças Navais. A END classifica o setor nuclear como estratégico, por ser crucial tanto para a defesa nacional quanto para a independência tecnológica do País em sentido mais amplo.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA A CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciencia, Tecn. Com. Informatica



CONGRESSO NACIONAL
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
 PLN 0003/2012 - LDO

Data: 27/06/2012

Hora: 15:44

Página: 10 de 21

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**EMENTA**

EMBRAPA - Limite de programação

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Comissão	Modificativa	Corpo da lei - Artigo 4

TEXTO PROPOSTO

Art. 4º As prioridades da Administração Pública Federal para o exercício de 2013, atendidas as despesas contidas no Anexo V e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao PAC, ao Programa Brasil sem Miséria e às ações vinculadas às subfunções Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia e Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2013, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

JUSTIFICATIVA

As ações de pesquisa da EMBRAPA vinculadas às subfunções 572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia e 573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico, hoje vinculadas ao Programa 2042 - Inovações para a Agropecuária, vinham, nos últimos anos, sendo ressalvadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO da limitação de empenho. Entretanto, nos PLDO's 2012 e 2013 foi excluída a Seção II, que protegia uma série de ações consideradas relevantes e estavam ressalvadas do contingenciamento, de acordo com o disposto no § 2º do art. 9º da LRF, dentre elas estavam enquadradas as ações relacionadas à ciência e tecnologia desenvolvidas pela EMBRAPA.

As atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PD&I na área agrícola possuem características específicas em função do ambiente de risco e incerteza no qual são conduzidas, lidam com questões críticas para o desenvolvimento econômico, social e ambiental e produzem resultados de médio e longo prazo, traduzidos em inovações tecnológicas que visam garantir a manutenção da competitividade da agropecuária brasileira.

As demandas colocadas para a EMBRAPA têm sido crescentes e passam a abranger não só a perspectiva nacional, como também a internacional. Alinhado às diretrizes e orientações governamentais a EMBRAPA, nos últimos anos, ampliou sua atuação junto a outros países, assumindo compromissos de uma agenda para cooperação científica, cooperação técnica e negócios tecnológicos, visando o fortalecimento da agricultura brasileira no cenário internacional, os quais podem ser prejudicados por um fluxo irregular de recursos que imponha insegurança à execução do planejamento da Empresa.

Desta maneira, com a alteração da proposta do texto do Art. 4º do PLDO 2013, estariam asseguradas às condições indispensáveis à geração e transferência de tecnologias destinadas a promover o aumento da produção e produtividade agropecuária nos níveis exigidos pela sociedade, bem como fazer frente aos novos desafios de internacionalização da EMBRAPA.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA A CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciencia, Tecn. Com. Informatica



CONGRESSO NACIONAL
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
 PLN 0003/2012 - LDO

Data: 27/06/2012

Hora: 15:44

Página: 11 de 21

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

EMENTA

Fiscalização e Proteção das Áreas Produtoras de Petróleo

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Comissão	Aditiva	Anexo V - Inciso I Item 66

TEXTO PROPOSTO

II) DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS, CONFORME O ART. 9o, § 2º, DA LRF

Despesas suportadas pelas fontes de recursos a que se referem à alínea "c" do inciso II do art. 49 da Lei nº. 9.478 de 6 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº. 2.004, de 3 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989, referentes às parcelas dos recursos arrecadados à conta das Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo e Gás Natural para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental;

JUSTIFICATIVA

A vinculação dessas receitas à MB representa uma fonte de recurso essencial para custear onerosas e crescentes atividades de fiscalização e proteção das extensas áreas marítimas brasileiras, particularmente onde estão localizadas as plataformas de prospecção e de exploração de petróleo, e a não integralização dos valores arrecadados representa relevante óbice à Força Naval. No limiar da auto-suficiência de petróleo, o Brasil possui, ainda, grandes depósitos de gás natural, recentemente descobertos na bacia de Santos e no litoral do Espírito Santo (cerca de 200 Milhas Náuticas da nossa costa), que viabilizará, futuramente, a consolidação do produto no mercado brasileiro com o "combustível do século XXI". O fato é que há o comprometimento da tarefa atribuída à Marinha para proteção do inestimável patrimônio nacional situado nas nossas águas jurisdicionais.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA A CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciencia, Tecn. Com. Informatica



CONGRESSO NACIONAL
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
 PLN 0003/2012 - LDO

Data: 27/06/2012
 Hora: 15:44
 Página: 12 de 21

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

EMENTA

Incluir o Inciso II no Anexo V. (Demais Despesas Ressalvadas)

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Comissão	Aditiva	Anexo V - Inciso I Item 66

TEXTO PROPOSTO

II) **DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS, CONFORME O ART. 9o, § 2º, DA LRF**

- 1 - Despesas do Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha;
- 2 - Despesas suportadas pelas fontes de recursos a que se referem à alínea "c" do inciso II do art. 49 da Lei nº. 9.478 de 6 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº. 2.004, de 3 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989, referentes às parcelas dos recursos arrecadados à conta das Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo e Gás Natural para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental;
- 3 - Despesas com as ações vinculadas às contratações de produtos, de sistemas de defesa, de desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa, visando fomentar a área estratégica que envolve o desenvolvimento da Indústria Nacional de Defesa;
- 4 - Despesas relacionadas ao patrulhamento e à salvaguarda das áreas marítimas que abrigam as plataformas de exploração de recursos energéticos e que envolvam desenvolvimento da Indústria Nacional de Defesa;
- 5 - Despesas relacionadas com acordos e parcerias estratégicas firmados pela República Federativa do Brasil com outros países na área de defesa;
- 6 - Despesas relacionadas à reconstrução da Estação Brasileira na Antártica; e
- 7 - Despesas relacionadas com a Ação 1421 - Construção do Protótipo de Reator Nuclear.

JUSTIFICATIVA

1 - A impossibilidade de execução plena das Dotações referentes ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) acarreta em multas e atrasos nos cronogramas pactuados decorrentes de acordos internacionais. O PROSUB tem como objetivo primordial dotar a Esquadra Brasileira com o primeiro submarino de propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no Brasil. Ao seu término, o País contará com mais quatro submarinos convencionais e um à propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval de apoio específico para dar suporte à operação e manutenção desses meios operativos. A sua característica mais marcante reside na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico da Marinha e aquele que precisa ser alcançado para permitir a concepção do submarino à propulsão nuclear. Releva mencionar que o PROSUB pauta-se na segurança nacional, relacionada com a proteção dos interesses brasileiros na Plataforma Continental, da qual extrai diversas riquezas biológicas e minerais. De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), são três as tarefas estratégicas da Marinha: a negação do uso do mar a terceiros; o controle das áreas marítimas; e a projeção do poder naval. A prioridade estratégica é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer intromissão de forças estrangeiras nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o que implica na necessidade de reconfiguração das Forças Navais. A END classifica o setor nuclear como estratégico, por ser crucial tanto para a defesa nacional quanto para a independência tecnológica do País em sentido mais amplo.

2 - A vinculação dessas receitas à MB representa uma fonte de recurso essencial para custear onerosas e crescentes atividades de fiscalização e proteção das extensas áreas marítimas brasileiras, particularmente onde estão localizadas as plataformas de prospecção e de exploração de petróleo, e a não integralização dos valores arrecadados representa relevante óbice à Força Naval. No limiar da auto-suficiência de petróleo, o

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA A CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciencia, Tecn. Com. Informatica



CONGRESSO NACIONAL
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
 PLN 0003/2012 - LDO

Data: 27/06/2012

Hora: 15:44

Página: 13 de 21

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

Brasil possui, ainda, grandes depósitos de gás natural, recentemente descobertos na bacia de Santos e no litoral do Espírito Santo (cerca de 200 Milhas Náuticas da nossa costa), que viabilizará, futuramente, a consolidação do produto no mercado brasileiro com o "combustível do século XXI". O fato é que há o comprometimento da tarefa atribuída à Marinha para proteção do inestimável patrimônio nacional situado nas nossas águas jurisdicionais.

3 - A impossibilidade de execução plena das Dotações referentes aos investimentos na área estratégica de defesa reduzem o fomento da indústria nacional de defesa e o respectivo arrasto tecnológico, importante em função dos múltiplos empregos dos projetos relacionados ao Setor.

4 - O aumento significativo das mais variadas e relevantes missões da Marinha do Brasil demandam maior aporte de meios a serem empregados. Dentre estas missões destacam-se as operações de defesa de plataformas de exploração e exploração de petróleo no mar, que respondem por mais de 90% de nossa produção. Fato importante é que os investimentos conduzidos nesta área estratégica permitem, de forma direta, o fomento da indústria nacional de defesa e o respectivo arrasto tecnológico, importante em função dos múltiplos empregos dos projetos relacionados ao Setor.

5 - A proposta visa "evidenciar" os projetos decorrentes de Acordos de Cooperação Internacionais, tornando viável a alocação de recursos em patamares adequados para sua tempestiva execução. Alerta-se que a alocação insuficiente de recursos, inexoravelmente, acarreta atrasos nos projetos e o descumprimento de acordos firmados com outros Países, trazendo prejuízos à imagem do Brasil. Isto, para a nossa atual posição de "global player", é inadmissível.

6 - A impossibilidade de execução plena das Dotações referentes à reconstrução da Estação Brasileira na Antártica impactará o estágio atual alcançado em relação às pesquisas científicas conduzidas na Antártica. É relevante para o Brasil manter uma Estação Científica, que permita a condução de atividades contínuas na Antártica, demonstrando o compromisso do Estado Brasileiro em estar presente naquela região, desenvolvendo pesquisas científicas de qualidade, tais como estudo dos impactos decorrentes do aquecimento global, monitoramento da camada de ozônio, monitoramento dos fenômenos meteorológicos com influência sobre o território brasileiro.

7 - O Programa Nuclear inclui o domínio de um vasto espectro tecnológico, com a participação de universidades, de institutos de pesquisa e da indústria nacional, que capacitará o país para projetar, construir e operar reatores de potência e de pesquisa, com suas múltiplas aplicações na geração de energia, na medicina, agricultura, engenharia e indústria. Ressalta-se que o Programa Nuclear da Marinha (PNM) vem demonstrando, desde seu início, uma grande capacidade de mobilização e estímulo dos setores de Ciência e Tecnologia (C&T) e de produção. As parcerias com esses Setores agregam ao Programa significativa capacidade de gerar efeitos de arrasto, tanto por meio do incentivo à ampliação da base tecnológica nacional, decorrente dos desafios que coloca aos setores de C&T e de produção, como por meio do desenvolvimento de equipamentos e componentes de uso não restrito aos objetivos do Programa. Cumpre salientar que o Programa Nuclear não é unicamente da Marinha, mas sim do país, e o domínio dessa tecnologia, jamais repassada por aqueles que a detêm, nos permite possuir uma alternativa para a crise energética internacional que se anuncia. O propósito que sempre norteou o PNM foi o de dotar o Poder Naval brasileiro de um Submarino com propulsão nuclear. Em sua trajetória desde 1979, logrou avanços e conquistas extraordinárias para o país. Finalizando, releva comentar que a Estratégia Nacional de Defesa classifica o setor nuclear como estratégico, por ser crucial tanto para a defesa nacional quanto para a independência tecnológica do País em sentido mais amplo.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA A CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciência, Tecn. Com. Informática



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0003/2012 - LDO

Data: 27/06/2012

Hora: 15:44

Página: 14 de 21

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

EMENTA

Incluir o inciso IV, no § 3º do artigo 38. (Benefícios Sociais)

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Comissão	Aditiva	Corpo da lei - Artigo 38 Parágrafo 3 Inciso III

TEXTO PROPOSTO

IV - alimentação, assistência médica e odontológica e fardamento destinado ao pessoal militar das Forças Armadas.

JUSTIFICATIVA

O dispositivo permitirá que a tramitação de créditos adicionais referentes à Alimentação, Assistência Médica e Odontológica e Fardamento sejam efetuados conforme as demais metas ressalvadas (Benefícios Sociais).

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA A CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciência, Tecn. Com. Informática



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0003/2012 - LDO

Data: 27/06/2012

Hora: 15:44

Página: 15 de 21

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**EMENTA**

Inclusão de Item no Inciso I do Anexo V. (Missões de Paz)

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Comissão	Aditiva	Anexo V - Inciso I Item 66

TEXTO PROPOSTO

67. Participação Brasileira em Missões de Paz (Decreto Legislativo nº 207 de 19 Maio de 2004, Decreto Legislativo nº 189 de 15 Julho de 2008, Decreto Legislativo nº 75 de 25 Janeiro de 2010, Decreto Legislativo nº 296 de 29 Setembro 2011).

JUSTIFICATIVA

1. Os recursos orçamentários para realização de compromisso internacional estão previstos na Ação 2C06 e Participação Brasileira em Missões de Paz a qual visa assegurar, em linhas gerais, as atividades das Forças para o cumprimento dessa Ação.

2. Conforme diretrizes estabelecidas na sua política externa, o Brasil tem assumido diversos compromissos na área internacional, com o intuito de assegurar seus interesses geoestratégicos no cenário mundial.

3. Esses compromissos internacionais são vitais para o Estado Brasileiro, pois permitem à comunidade internacional avaliar, simultaneamente, o grau de credibilidade, competência e organização de um país, dentre outras qualidades igualmente relevantes para a imagem do Brasil no concerto das nações.

4. Dentre esses compromissos de valor geoestratégico, destacam-se as missões de paz sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), onde o Brasil compromete-se, de forma soberana, a colaborar com o envio de tropas e outros especialistas no esforço conjunto daquela Organização internacional de manter a paz mundial.

5. A relevância desse compromisso está comprovada pela Lei nº 2.953 de 17 Nov 1956 a qual, no seu Art 1º, determina que a remessa de força armada para fora do território nacional em cumprimento de obrigações assumidas pelo Brasil como membro de organizações internacionais ou em virtude de convenções, acordos, resoluções, ou quaisquer outros entendimentos diplomáticos ou militares, só será feita com autorização do Congresso Nacional, como representante do povo brasileiro dentre os poderes da União.

6. Acrescenta-se à Lei acima, o Art nº 49 da Constituição Brasileira, que atribui ao Congresso Nacional a competência exclusiva para resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

7. Em suma, a decisão da participação do Brasil em compromissos internacionais cabe ao Congresso Nacional e não ao Poder Executivo.

8. Dessa forma, cabe ao Poder Executivo estritamente cumprir o compromisso internacional assumido pelo Poder Legislativo em nome da Nação Brasileira, garantindo os meios necessários para sua realização.

9. Dentre os compromissos assumidos pelo Estado Brasileiro junto à ONU, destaca-se, atualmente, a participação das tropas brasileiras na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), e a autorização de envio de um navio da Marinha do Brasil para compor a Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL).

10. Desta forma, as Forças enfrentam o risco permanente de não ter sucesso nessa difícil negociação, o que impediria o cumprimento do compromisso assumido pela ONU em face de uma decisão do Poder Executivo, apesar da determinação do Poder Legislativo de cumprir o acordo estabelecido com a ONU.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA A CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciencia, Tecn. Com. Informatica



CONGRESSO NACIONAL
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
 PLN 0003/2012 - LDO

Data: 27/06/2012

Hora: 15:44

Página: 16 de 21

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**EMENTA**

Inserir Inciso II no Anexo V (Despesas Ressalvadas) despesas com a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Comissão	Aditiva	Anexo V - Inciso I Item 66

TEXTO PROPOSTO

II) DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS, CONFORME O ART. 90, § 2º, DA LRF

Despesas com a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON).

JUSTIFICATIVA

O Exército Brasileiro necessita dos meios necessários para exercer o monitoramento e o controle contínuo e permanente de áreas de interesse do Território Nacional, particularmente da faixa de fronteira terrestre brasileira, com o apoio de sensores, decisores e atuadores e de outros meios tecnológicos que garantam um fluxo ágil e seguro de informações confiáveis e oportunas, de modo a possibilitar o exercício do comando e controle em todos os níveis de atuação do Exército, segundo a sua destinação constitucional.

Para tanto, é preciso prover as estruturas física e lógica adequadas ao ciclo de Comando e Controle em todos os níveis do processo decisório, contemplando enlaces apropriados para comunicações entre todos os escalões, com capacidade de transmissão compatível com a missão atribuída e com a possibilidade de operar em rede, conforme estabelecido na Estratégia Nacional de Defesa.

O Projeto aumentará a presença do Estado em áreas de interesse do Território Nacional, particularmente ao longo da fronteira terrestre, contribuindo com o esforço governamental de manter efetivo controle sobre aquelas áreas, atendendo ao trinômio monitoramento / controle, mobilidade e presença, enfatizado nas Diretrizes Estratégicas constantes da Estratégia Nacional de Defesa.

O SISFRON facilitará o cumprimento das missões decorrentes da destinação constitucional prevista no art. 142 da Constituição Federal e, particularmente, na Lei Complementar nº 97 / 1999, alterada pelas leis complementares nº 117 / 2004 e nº 136 / 2010, no tocante às ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre.

O mecanismo visualizado para viabilizar a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) é a inserção dos gastos no inciso II do Anexo V, deixando-o como uma despesa ressalvada de limitação de empenho.

ESTERELATÓRIO É APENAS PARA A CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciência, Tecn. Com. Informática



CONGRESSO NACIONAL
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
 PLN 0003/2012 - LDO

Data: 27/06/2012

Hora: 15:44

Página: 17 de 21

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**EMENTA**

Inserir Inciso II no Anexo V (Despesas Ressalvadas) despesas com a implantação do Sistema PROTEGER.

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Comissão	Aditiva	Anexo V - Inciso I Item 66

TEXTO PROPOSTO

II) DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS, CONFORME O ART. 9o, § 2º, DA LRF

Despesas com a Implantação do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Sistema PROTEGER).

JUSTIFICATIVA

O Projeto aumentará a presença do Estado em áreas de interesse do Território Nacional, particularmente nas estruturas estratégicas, como bacias petrolíferas, campos de produção, dutos, hidrelétricas, refinarias e termelétricas, contribuindo com o esforço governamental de proteção do patrimônio público, atendendo ao trinômio monitoramento / controle, mobilidade e presença, enfatizado nas Diretrizes Estratégicas constantes da Estratégia Nacional de Defesa.

O PROTEGER viabiliza as ações governamentais de proteção das estruturas estratégicas, também denominadas infraestruturas críticas; capacita o Exército a proteger o core da geração de riquezas do País; inibe a ocorrência de crises e protege serviços essenciais à população e ao desenvolvimento nacional; o Brasil disporá de Força de Contingência pronta e à altura dos desafios do Brasil; e gera emprego e fortalece os setores industriais e financeiro nacionais.

O mecanismo visualizado para viabilizar a implantação do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestre - Sistema PROTEGER é a inserção dos gastos no inciso II do Anexo V, deixando-o como uma despesa ressalvada da limitação de empenho.

ESTERELATÓRIO É APENAS PARA A CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciencia, Tecn. Com. Informatica



CONGRESSO NACIONAL
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
 PLN 0003/2012 - LDO

Data: 27/06/2012
 Hora: 15:44
 Página: 18 de 21

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

EMENTA

Inserir Inciso II no Anexo V (Despesas Ressalvadas) despesas com aquisição do blindado Guarani do Exército

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Comissão	Aditiva	Anexo V - Inciso I Item 66

TEXTO PROPOSTO

II) DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS, CONFORME O ART. 9o, § 2º, DA LRF

Despesas com a aquisição do blindado Guarani do Exército.

JUSTIFICATIVA

A "Nova Família de Blindados Sobre Rodas (NFBR)" é um projeto estratégico do Exército que visa a obtenção de novas capacidades de proteção blindada, poder de fogo e deslocamento estratégico e tático, permitindo a substituição das viaturas ENGESA, com mais de 30 anos de utilização, pelo blindado GUARANI.

Considerando que o blindado é um sistema complexo que envolve diferentes áreas do conhecimento humano, o projeto permitirá a obtenção de modernas tecnologias que contribuirão para a inovação e a pesquisa no meio civil, constituindo-se em um vetor de transformação da indústria nacional de defesa.

No curso da instalação do projeto haverá geração de cerca de 9.000 (nove mil) empregos diretos e indiretos em inúmeras áreas da cadeia produtiva dos blindados, incluindo chassi, sistema de armas e comando e controle, entre outros.

São empresas parceiras do projeto: IVECO - Sete Lagoas (MG), IMBEL - Rio de Janeiro (RJ), USIMINAS - Ipatinga (MG), VILLARES - Sumaré (SP), Aeroeletrônica - Porto Alegre (RS), ARES - Nova Iguaçu (RJ).

O projeto, face à sua amplitude e complexidade, com o envolvimento da indústria nacional, inclusive com a instalação de novas plantas industriais, necessita da manutenção de um fluxo regular de recursos que não fique sujeito a oscilações decorrentes de eventuais limitações na execução orçamentária, para isso, visualiza-se a inserção dos gastos para a aquisição dos meios blindados da "Nova Família de Blindados Sobre Rodas (NFBR)" do Exército no inciso II do Anexo V, deixando-o como uma despesa ressalvada de limitação de empenho.

ESTERELATÓRIO É APENAS PARA A CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciencia, Tecn. Com. Informatica



CONGRESSO NACIONAL
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
 PLN 0003/2012 - LDO

Data: 27/06/2012

Hora: 15:44

Página: 19 de 21

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**EMENTA**

Inserir no Inciso II do Anexo V (despesas ressalvadas) despesas com a implantação do Sistema de Defesa Cibernético

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Comissão	Aditiva	Anexo V - Inciso I Item 66

TEXTO PROPOSTO

II) DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS, CONFORME O ART. 9o, § 2º, DA LRF

Despesas com a implantação de um Sistema de Defesa Cibernético.

JUSTIFICATIVA

A Sociedade da Informação encontra-se refém da tecnologia impondo à defesa e à proteção da informação, cada vez mais, tratamento cuidadoso e organizado por parte dos Estados. A descoberta de falhas e vulnerabilidades nos diversos processos que envolvem a segurança de TI tem permitido o surgimento e o crescimento do chamado cybercrime (crime cibernético). Como evolução natural, está em evidência uma nova modalidade de guerra assimétrica, a cyberwar (guerra cibernética). Nela são atacados os centros dos poderes civis e militares e ainda os principais centros de comunicação e controle dos serviços críticos, como sistemas de comunicações, saúde pública, energia e outros.

Em face de seu grau de desenvolvimento e projeção internacional, a infraestrutura do Brasil está calcada em sistemas de TI suscetíveis a inúmeras agressões cibernéticas provenientes de governos estrangeiros, instituições, organizações criminosas ou mesmo de grupos terroristas, o ciberterrorismo. O terrorismo cibernético pode aplicar os princípios da Guerra Psicológica atuando de forma dissimulada através da divulgação de notícias falsas e boatos, que se difundem rapidamente, ou mesmo de levar o País a uma situação de paralisia estratégica.

Em virtude das ameaças cibernéticas mencionadas a que está sujeito e em conformidade com a Estratégia Nacional de Defesa, o Brasil deve buscar autonomia nas tecnologias cibernéticas estabelecendo parcerias estratégicas por meio da aquisição de equipamentos no exterior e do fomento à pesquisa e ao desenvolvimento de sistemas de defesa cibernéticos nacionais. As iniciativas cibernéticas no campo da defesa estarão alinhadas com as diretrizes estratégicas do governo para a capacitação nos campos industrial e militar que estabelecerão regras e procedimentos para o uso de táticas de defesa cibernética.

As capacitações cibernéticas se destinarão ao mais amplo espectro de usos industriais, educativos e militares. Incluirão, prioritariamente, as tecnologias de comunicação entre as Forças Armadas de modo a assegurar sua capacidade para atuar em rede e contemplarão o poder de comunicação satelital entre as forças singulares.

O mecanismo visualizado para viabilizar a implantação do Sistema de Defesa Cibernética é a inserção dos gastos no inciso II do Anexo V, deixando-o como uma despesa ressalvada de limitação de empenho.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA A CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciencia, Tecn. Com. Informatica



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0003/2012 - LDO

Data: 27/06/2012

Hora: 15:44

Página: 20 de 21

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

EMENTA

Patrulhamento e Salvaguarda Marítimos

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Comissão	Aditiva	Anexo V - Inciso I Item 66

TEXTO PROPOSTO

II) DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS, CONFORME O ART. 90, § 2º, DA LRF

Despesas relacionadas ao patrulhamento e à salvaguarda das áreas marítimas que abrigam as plataformas de exploração de recursos energéticos e que envolvam desenvolvimento da Indústria Nacional de Defesa;

JUSTIFICATIVA

O aumento significativo das mais variadas e relevantes missões da Marinha do Brasil demandam maior aporte de meios a serem empregados. Dentre estas missões destacam-se as operações de defesa de plataformas de exploração e exploração de petróleo no mar, que respondem por mais de 90% de nossa produção. Fato importante é que os investimentos conduzidos nesta área estratégica permitem, de forma direta, o fomento da indústria nacional de defesa e o respectivo arrasto tecnológico, importante em função dos múltiplos empregos dos projetos relacionados ao Setor.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA A CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciência, Tecn. Com. Informática



CONGRESSO NACIONAL
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
 PLN 0003/2012 - LDO

Data: 27/06/2012

Hora: 15:44

Página: 21 de 21

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

EMENTA

Reconstrução da Estação Brasileira na Antártica

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Comissão	Aditiva	Anexo V - Inciso I Item 66

TEXTO PROPOSTO

II) DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS, CONFORME O ART. 9o, § 2º, DA LRF

Despesas relacionadas à reconstrução da Estação Brasileira na Antártica;

JUSTIFICATIVA

A impossibilidade de execução plena das Dotações referentes à reconstrução da Estação Brasileira na Antártica impactará o estágio atual alcançado em relação às pesquisas científicas conduzidas na Antártica. É relevante para o Brasil manter uma Estação Científica, que permita a condução de atividades contínuas na Antártica, demonstrando o compromisso do Estado Brasileiro em estar presente naquela região, desenvolvendo pesquisas científicas de qualidade, tais como estudo dos impactos decorrentes do aquecimento global, monitoramento da camada de ozônio, monitoramento dos fenômenos meteorológicos com influência sobre o território brasileiro.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciencia,Tecn. Com. Informatica

B – EMENDAS À LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)



CONGRESSO NACIONAL
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
 PLN 0024 / 2012 - LOA

Data: 28/11/2012
 Hora: 15:10
 Página: 1 de 5

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

Apoio a Extensão Tecnológica para Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável

MODALIDADE DA EMENDA: Comissão
 TIPO DE EMENDA: Aprop. - Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA: 9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: Orçamento Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: M. da Ciência e Tecnologia

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO: 19.371.2021.20UQ.0001

Apoio a Extensão Tecnológica para Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META: Projeto apoiado(unidade) QUANTIDADE: 100

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	10.000.000
4 Investimentos	30 Transf. a Est. e ao DF	2	100.000.000
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	150.000.000
TOTAL			260.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99) A Definir	0	2	260.000.000
TOTAL						260.000.000

JUSTIFICATIVA

Com o avanço tecnológico crescente e presente torna-se imprescindível na área de Ciência e Tecnologia ações voltadas para a extensão tecnológica. E a extensão que transfere para o setor produtivo os resultados das pesquisas desenvolvidas pelas Universidades e Institutos Tecnológicos. Para isso, os trabalhos de extensão deverão contemplar a implantação de Centros Vocacionais Tecnológicos, e Arranjos Produtivos Locais. Por sua vez os Centros Vocacionais Tecnológicos previstos para serem operados pelos Institutos Federais e Universidades irão oferecer cursos para capacitação tecnológica da população e promover assistência tecnológica para as micro e pequenas empresas. Esta emenda visa ao apoio a projetos, atividades ou eventos que contribuam para a pesquisa e inovação para o desenvolvimento social e desenvolvimento de tecnologias assistivas, com vistas a apropriação de conhecimento científicos e tecnológicos por parte da população para fins de inclusão social e produtiva, aumento da produtividade e competitividade dos produtos locais. Também visa ao apoio a projetos de inovação tecnológica que atendam aos princípios do desenvolvimento local. O apoio compreende o desenvolvimento de projetos de extensão tecnológica (pesquisa/ensino e extensão) voltados aos APLs consolidados e emergentes, segurança alimentar e nutricional e tecnologias para cidades sustentáveis. Compreende ainda apoio a projetos de implantação, expansão e consolidação das instalações de Centros Vocacionais Tecnológicos, com foco na promoção da interação das capacidades dos atores locais, dentro de suas vocações regionais, visando à promoção do desenvolvimento econômico e social sustentável; contribuir para a melhoria da educação científica; proporcionar cursos de formação técnica e/ou profissional, presencial ou à distância na área científico-tecnológica. A execução da correspondente programação de trabalho deverá levar em consideração a aplicação dos recursos em função da população beneficiada pela respectiva política pública.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciência, Tecn. Com. Informática



CONGRESSO NACIONAL
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
 PLN 0024/2012 - LOA

Data: 28/11/2012
 Hora: 15:10
 Página: 2 de 5

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CNPQ - Concessão de bolsas

MODALIDADE DA EMENDA

Comissão

TIPO DE EMENDA

Aprop. - Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

CNPQ

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

19.371.2021.00LV.0001

Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para C,T&I

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Bolsa concedida(unidade) QUANTIDADE

ACRÉSCIMOS A PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
<input type="text" value="3"/> Outras Despesas Correntes	<input type="text" value="90"/> Aplic. Diretas	<input type="text" value="2"/>	<input type="text" value="300.000.000"/>
TOTAL			<input type="text" value="300.000.000"/>

CANCELAMENTOS COMPENSATORIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
<input type="text" value="020000"/>	<input type="text" value="100"/>	<input type="text" value="9"/> Reserva de Contingência	<input type="text" value="99"/> A Definir	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="2"/>	<input type="text" value="300.000.000"/>
TOTAL						<input type="text" value="300.000.000"/>

JUSTIFICATIVA

Prezando-se com a ação de Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para C,T&I investir em formação, capacitação, atualização e fixação de recursos humanos capazes de responder aos desafios intrínsecos à construção de uma nação social e economicamente desenvolvida e enfrentar as exigências do novo processo produtivo crescentemente globalizado, intensivo em conhecimento, altamente dinâmico e competitivo. Esta emenda visa ampliar a concessão, no âmbito do CNPq, de bolsas de estímulo à pesquisa, de formação e qualificação de pesquisadores e profissionais para ciência e tecnologia, de iniciação à pesquisa científica e tecnológica e de desenvolvimento tecnológico, de extensão e de inovação.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA
 5011 - Com. Ciência,Tecn. Com: Informática



CONGRESSO NACIONAL
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
 PLN 0024 / 2012 - LOA

Data: 28/11/2012
 Hora: 15:10
 Página: 3 de 5

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENDA
 Complexo Espacial de Alcântara

MODALIDADE DA EMENDA
 Comissão

TIPO DE EMENDA
 Aprop. - Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA
 2100204 - Alcântara

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
 Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
 AEB

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
 19.372.2056.7F40.0332
 Implantação do Complexo Espacial de Alcântara - CEA
 No Município de Alcântara - MA

ESPECIFICAÇÃO DA META
 Infraestrutura implantada(% de execução física) QUANTIDADE
 28

ACRÉSCIMOS A PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
4	Investimentos	90 Aplic. Diretas	2 189.500.000
TOTAL			189.500.000

CANCELAMENTOS COMPENSATORIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	0 2 189.500.000
TOTAL						189.500.000

JUSTIFICATIVA

A INSERÇÃO DO BRASIL NO RESTRITO MERCADO MUNDIAL DE SERVIÇOS COMERCIAIS DE LANÇAMENTO DE SATÉLITES É UM DOS OBJETIVOS CENTRAIS E ESTRATÉGICOS DO GOVERNO BRASILEIRO.

PARA ATINGIR ESSE OBJETIVO, FOI FIRMADO EM 2003 UM TRATADO ENTRE O BRASIL E UCRÂNIA, QUE LEVOU A CRIAÇÃO, EM 2006, DA EMPRESA BINACIONAL ALCÂNTARA CYCLONE SPACE (ACS), RESPONSÁVEL PELA EXPLORAÇÃO DESSES SERVIÇOS NO PAÍS, UTILIZANDO-SE O FOGUETE UCRANIANO CYCLONE-4, A SEREM LANÇADOS A PARTIR DO CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA (CLA).

O PRIMEIRO VÔO DE QUALIFICAÇÃO DO CYCLONE-4 ESTÁ PREVISTO PARA 2014, FAZENDO-SE NECESSÁRIO, AINDA, O AVANÇO NA IMPLANTAÇÃO DE DIVERSAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA E DE SISTEMAS DE APOIO E CONTROLE NO CLA, INCLUINDO SUAS INTERFACES COM O SÍTIO ESPECÍFICO DE LANÇAMENTO DO CYCLONE-4, DE RESPONSABILIDADE DO GOVERNO BRASILEIRO.

A PRESENTE EMENDA BUSCA RECOMPOR OS RECURSOS PARA A CONCLUSÃO DAS OBRAS E SISTEMAS AINDA NECESSÁRIOS, DE MODO A EVITAR MAIORES ATRAS OS NO PROJETO.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciencia,Tecn. Com: Informatica



CONGRESSO NACIONAL
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
 PLN 0024 / 2012 - LOA

Data: 28/11/2012
 Hora: 15:10
 Página: 4 de 5

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA
 Missão Antártica

MODALIDADE DA EMENDA
 Comissão

TIPO DE EMENDA
 Aprop. - Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA
 9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
 Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
 SECIRM

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
 03.571.2046.2345.0001
 Missão Antártica
 Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META	QUANTIDADE
Estação mantida (unidade)	

ACRÉSCIMOS A PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3	Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2 34.000.000
4	Investimentos	90 Aplic. Diretas	2 16.000.000
TOTAL			50.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	0 2 30.000.000
TOTAL						30.000.000

JUSTIFICATIVA

O Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) foi criado no ano de 1962 para coordenar as atividades relativas à Antártica. Esse foi um passo importante no sentido de demonstrar o interesse do país em influenciar as discussões a respeito do futuro do continente antártico e no reconhecimento da importância que os estudos científicos lá realizados poderiam ter sobre a comunidade científica brasileira e no acréscimo de conhecimento científico em temas de interesse nacional. Em 1963, o Brasil adquiriu o status de membro consultivo do Tratado da Antártica conquistando o direito a voto e a veto, colocando o país em posição privilegiada no cenário global e em condições de participar efetivamente das importantes decisões sobre o futuro do Continente Gelado.

Desde a criação do PROANTAR, houve uma grande evolução de sua estrutura, objetivos e conquistas. De uma pequena Estação Científica Antártica, estabelecida no ano de 1963, passou-se a uma estrutura moderna com capacidade de apoiar até 60 pessoas, a Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), que opera, de forma ininterrupta, durante todo o ano, além de dois navios de apoio antártico. Toda essa infraestrutura amparava mais de 20 projetos de pesquisa, com a participação de uma média de 230 pesquisadores por ano nas operações naquele continente.

Dessa forma, o Brasil construiu, ao longo desses 30 anos, uma reconhecida e sólida reputação na comunidade internacional quanto aos temas ligados à Antártica e propiciou a formação de contornos de cientistas e um vasto acervo de estudos nas áreas de oceanografia, biologia, biologia marinha, glaciologia, geografia, meteorologia e arquitetura, que conferem ao país capacidade para conduzir atividades científicas de alto nível, principalmente nos assuntos relacionados às mudanças climáticas e ao aquecimento global, além de permitir à Marinha do Brasil (MB), com o apoio da Força Aérea Brasileira, realizar uma das maiores operações de apoio logístico, em termos de complexidade e distância.

Apesar do incêndio ocorrido, em fevereiro de 2012, na EACF, que afetou 70% de suas instalações, as pesquisas científicas prosseguirão, durante o tempo de reconstrução da EACF, com os recursos atualmente disponíveis, quais sejam:

- seis módulos dedicados à pesquisa científica, além de duas lanchas de pesquisa oceanográfica, botes infláveis e outros equipamentos de suporte à pesquisa que não foram danificados pelo incidente na EACF;
- dois navios de apoio antártico da MB, Navio de Apoio Oceanográfico "Ary Rongel" e Navio Polar "Almirante Maximiano", com capacidade de apoio logístico a acampamentos, além de capacidade de realização de pesquisa científica a bordo. Os navios são equipados com convés de voo e mantêm embarcados dois helicópteros durante as Operações Antárticas (OPERANTAR);
- uma Estação de Apoio Antártico na cidade de Rio Grande - RS, onde é armazenado e feita a manutenção de todo o material de apoio aos acampamentos, equipamentos de emprego polar e vestimentas especiais;
- uma Estação de Apoio Antártico na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que concentra o apoio na preparação das OPERANTAR, em especial na manutenção de equipamentos de grande porte, na coordenação de cursos e estágios preparatórios e no abastecimento de gêneros alimentícios, além da coordenação do embarque de material científico e logístico nos navios de apoio antártico da MB e nas aeronaves C-130 "Hércules" da Força Aérea Brasileira;
- instalações da MB onde são realizados os treinamentos pré-antárticos (TPA) dos militares, funcionários civis do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e dos pesquisadores que participam das Operações Antárticas;
- dois refúgios antárticos localizados na Ilha Elefante e na Ilha Nelson; e

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5011 - Com. Ciência, Tecn. Com. Informática



CONGRESSO NACIONAL
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
 PLN 0024/2012 - LOA

Data: 28/11/2012
 Hora: 15:10
 Página: 5 de 5

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

JUSTIFICATIVA

- uma estrutura administrativa e gerencial do PROANTAR na SECIRM.
 Além disso, o PROANTAR está providenciando a aquisição e instalação, ainda em 2012, de Módulos Antárticos Emergenciais (MAE), para apoiar as atividades de retirada dos escombros e construção da EACF.
 É importante destacar que as características do ambiente antártico, além de provocar acentuado desgaste das instalações, dos navios e dos helicópteros, exigem extremo cuidado com aspectos de segurança. O cuidado com a vida humana e com a preservação ambiental são responsabilidades assumidas pelo Brasil dentro do Sistema do Tratado da Antártica. Assim, a operacionalidade e a confiabilidade dos equipamentos e das estruturas empregadas têm que ser garantidas, de forma a evitar que atividades programadas para uma OPERANTAR não sejam concluídas, gerando outros custos logísticos.
 Os limites orçamentários anuais impostos a MB vêm permitindo que o PROANTAR se mantenha em um nível de execução logístico-operacional aceitável, priorizando-se a utilização dos recursos alocados para suas atividades básicas. Porém, para o ano de 2013, haverá necessidade de um aporte adicional de recursos financeiros para dar continuidade às atividades de reconstrução da EACF e apoio à pesquisa. Assim, os recursos solicitados pela presente sugestão de Emenda têm por objetivo permitir o atendimento das seguintes metas:

- delimitamento do Edital para uma licitação internacional, que escolherá o projeto de reconstrução da EACF e documentação decorrente;
- compra de materiais e equipamentos para a manutenção dos MAE, que serão instalados na área da EACF, e viaturas para a movimentação de cargas e realização de serviços;
- aquisição, modernização e reparo de equipamentos científicos para os laboratórios dos navios NApOc "Ary Rongal" e NPo "Almirante Maximiano", cuja utilização será exclusiva em apoio aos projetos científicos, evidenciando a necessidade de incremento e/ou substituição de seus equipamentos científicos e operacionais;
- ampliação e modernização das Estações de Apoio Antártico (ESANTAR) de Rio Grande e do Rio de Janeiro, para atender ao grande volume de material e de pessoas que serão necessários para conduzir a remoção dos escombros e, posteriormente, a reconstrução da EACF, cujo espaço físico e os equipamentos disponíveis já não suportam a demanda exigida do Programa;
- recuperação do Sistema de Posicionamento Dinâmico do NApOc "Ary Rongal". Semelhante ao sistema existente em navios que operam nas plataformas de petróleo, o posicionamento dinâmico permite uma considerável melhora na precisão de posicionamento do navio para coletas científicas, na segurança de operação em áreas de navegação restrita e na economia de tempo, uma vez que o sistema elimina a necessidade de se fundear (lançar âncora) em algumas situações;
- execução de grandes obras no NApOc "Ary Rongal" visando a revitalização de sistemas de propulsão, controle, comunicações e das acomodações para pessoas;
- substituição dos refúgios das Ilhas Nelson e Elefante, que estão no fim de sua vida útil, por novas estruturas semi-permanentes sob o casco de módulos habitacionais móveis;
- aquisição de uma mini-carregadeira para apoiar a movimentação de material na EACF. Os equipamentos atualmente existentes não atendem, em quantidade e capacidade, a demanda de movimentação de material na Estação, o que provoca um atraso no descarregamento e carregamento dos navios, bem como no armazenamento do material na EACF. O tempo economizado nas atividades logísticas poderia ser empregado no apoio às atividades de pesquisa científica;
- realização de reparos em helicópteros de apoio de forma garantir que seja possível dotar os dois navios, de forma simultânea, de aeronaves durante as OPERANTAR;
- aquisição de sobressalentes para utilização na manutenção das diversas viaturas e equipamentos que operam na EACF;
- aquisição de material para acampamento a serem utilizados nos diversos projetos de pesquisa durante a Operação Antártica;
- aquisição de vestimentas e acessórios para utilização durante as Operações Antárticas.

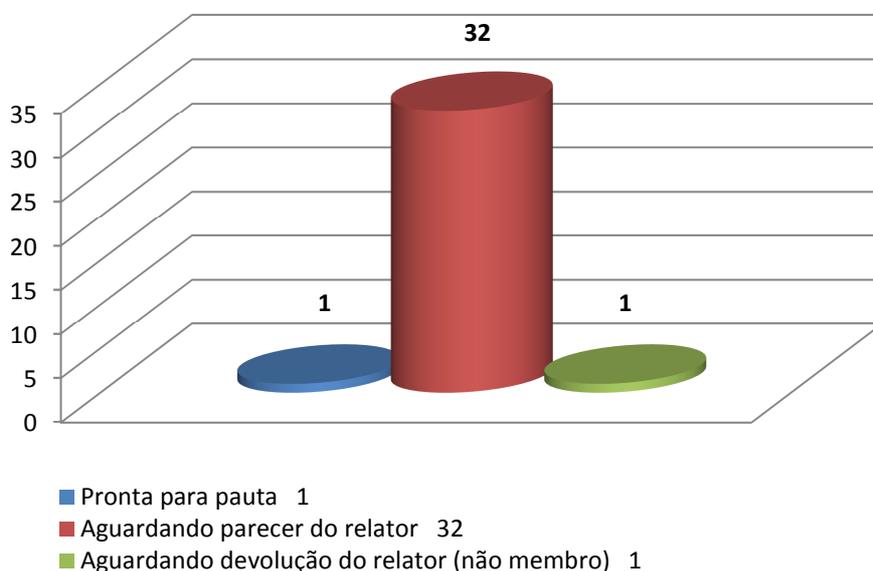
Os recursos solicitados para 2013, por meio desta proposta de emenda parlamentar, têm por objetivo manter a capacidade de apoio à pesquisa científica do PROANTAR, que permitirá contribuir para que o país atinja algumas das Metas do Cateadário do Governo Federal, contidas no Plano Brasil 2022, além da consecução da Política Nacional para os Assuntos Antárticos.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

4 – PROPOSIÇÕES NÃO APRECIADAS

4.1 – TVRs



A – PRONTA PARA PAUTA

TVR Nº 201/12 - do Poder Executivo - (MSC 286/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 22 de junho de 2012, que outorga concessão à TV Pioneira de Mogi das Cruzes Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cubatão, Estado de São Paulo".

RELATORA: deputada LUIZA ERUNDINA.

PARECER: pela aprovação.

B – AGUARDANDO PARECER DO RELATOR

TVR Nº 1.744/09 - do Poder Executivo - (MSC 730/2009) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 389, de 18 de junho de 2009, que outorga permissão à Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda. - SIR para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São José da Bela Vista, Estado de São Paulo".

RELATOR: deputado OZIEL OLIVEIRA.

TVR Nº 2.620/11 - do Poder Executivo - (MSC 726/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de julho de 2010, publicado no DOU do dia subsequente, que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Vitória de Batalha Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Batalha, Estado do Piauí".

RELATOR: deputado JÚLIO CAMPOS.

TVR Nº 2.779/11 - do Poder Executivo - (MSC 739/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 419, de 7 de maio de 2010, que outorga permissão à CMM Comunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Fazenda Nova, Estado de Goiás".

RELATORA: deputada MARINA SANTANNA.

TVR Nº 2.950/11 - do Poder Executivo - (MSC 754/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de julho de 2010, que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Anchieta Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Itanhaém, Estado de São Paulo".

RELATOR: deputado JOSÉ ROCHA.

TVR Nº 2.952/11 - do Poder Executivo - (MSC 754/2010) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 9 de agosto de 2010, que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Difusora de Três Lagoas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul".

RELATOR: deputado TAKAYAMA.

TVR Nº 11/12 - do Poder Executivo - (MSC 104/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 132, de 24 de maio de 2011, que outorga autorização à Associação dos Moradores de Tauápe e Região - AMTR, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Licínio de Almeida, Estado da Bahia".

RELATOR: deputado GILMAR MACHADO.

TVR Nº 21/12 - do Poder Executivo - (MSC 104/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 166, de 06 de junho de 2011, que outorga autorização à Associação Beneficente Recreativa e Cultural de Macururé, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Macururé, Estado da Bahia".

RELATOR: deputado CLÁUDIO CAJADO.

TVR Nº 35/12 - do Poder Executivo - (MSC 104/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 266, de 08 de julho de 2011, que outorga autorização à Associação Comunitária da Rádio Líder FM, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná".

RELATOR: deputado TAKAYAMA.

TVR Nº 38/12 - do Poder Executivo - (MSC 104/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 321, de 01 de agosto de 2011, que outorga autorização à Associação Beneficente Sócio Cultural da Cidade de Lagarto - Lagarto FM, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Lagarto, Estado de Sergipe".

RELATOR: deputado HELENO SILVA.

TVR Nº 40/12 - do Poder Executivo - (MSC 101/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 291, de 4 de julho de 2005, que outorga permissão à Fundação Fênix de Educação e Cultura para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, com fins exclusivamente educativos, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Serra Talhada, Estado de Pernambuco".

RELATOR: deputado SÉRGIO GUERRA.

TVR Nº 58/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 704, de 29 de julho de 2010, que autoriza à Associação Rádio Comunitária Esperança Viva Distrito do Assari - ASRCEV executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Barra dos Bugres, Estado do Mato Grosso".

RELATOR: deputado JÚLIO CAMPOS.

TVR Nº 60/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 747, de 24 de agosto de 2010, que autoriza à Associação Beneficente Cultural Ruscak executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina".

RELATOR: deputado FRANCISCO FLORIANO.

TVR Nº 61/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 748, de 24 de agosto de 2010, que autoriza à Associação dos(as) Costureiros(as) do Município de Itabaianinha/SE - ASCOMITA executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itabaianinha, Estado de Sergipe".

RELATOR: deputado HELENO SILVA.

TVR Nº 62/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 749, de 24 de agosto de 2010, que autoriza à Associação Artística e Cultural "Pró-Arte" de Nazaré - Tocantins executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nazaré, Estado do Tocantins".

RELATOR: deputado BRUNO ARAÚJO.

TVR Nº 66/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 916, de 14 de outubro de 2010, que autoriza à Associação Comunitária Rádio Líder de Abreu e Lima executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Abreu e Lima, Estado de Pernambuco".

RELATOR: deputado BRUNO ARAÚJO.

TVR Nº 86/12 - do Poder Executivo - (MSC 105/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1226, de 30 de novembro de 2010, que autoriza à Associação Comunitária de Radiodifusão de Mampituba executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Mampituba, Estado do Rio Grande do Sul".

RELATOR: deputado MARÇAL FILHO.

TVR Nº 111/12 - do Poder Executivo - (MSC 262/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 896, de 05 de outubro de 2010, que outorga permissão à Fundação Bom Jesus para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: deputado SARAIVA FELIPE.

TVR Nº 116/12 - do Poder Executivo - (MSC 262/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 351, de 17 de agosto de 2011, que outorga permissão ao Sistema Haragon de Comunicação Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Registro, Estado de São Paulo".

RELATOR: deputado PAULO TEIXEIRA.

TVR Nº 139/12 - do Poder Executivo - (MSC 272/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 216, de 16 de abril de 2012, que autoriza à Associação de Radiodifusão de Betânia executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Betânia, Estado de Pernambuco".

RELATOR: deputado SÉRGIO GUERRA.

TVR Nº 143/12 - do Poder Executivo - (MSC 273/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 206, de 06 de junho de 2011, que autoriza à Associação de Moradores da Vila Davi executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Davinópolis, Estado do Maranhão".

RELATOR: deputado CLEBER VERDE.

TVR Nº 157/12 - do Poder Executivo - (MSC 273/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 392, de 12 de setembro de 2011, que autoriza à Associação de Radiodifusão Comunitária de Santa Rosa de Lima - ARACOSROL executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Rosa de Lima, Estado de Sergipe".

RELATOR: deputado HELENO SILVA.

TVR Nº 164/12 - do Poder Executivo - (MSC 277/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 20, de 17 de fevereiro de 2011, que autoriza à Organização Comunitária Rádio Educativa Aliança executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Petrolândia, Estado de Pernambuco".

RELATOR: deputado BRUNO ARAÚJO.

TVR Nº 174/12 - do Poder Executivo - (MSC 277/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 54, de 17 de fevereiro de 2011, que autoriza à Associação Comunitária Cultura Viva do Município de Jutai executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jutai, Estado do Amazonas".

RELATOR: deputado SILAS CÂMARA.

TVR Nº 183/12 - do Poder Executivo - (MSC 277/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 160, de 24 de maio de 2011, que autoriza à Associação Comunitária Stúdio FM executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Guararapes, Estado de São Paulo".

RELATOR: deputado ELI CORREA FILHO.

TVR Nº 193/12 - do Poder Executivo - (MSC 277/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 27, de 20 de janeiro de 2012, que autoriza à Associação Comunitária de Radiodifusão de Talismã executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Talismã, Estado do Tocantins".

RELATORA: deputada MARINA SANTANNA.

TVR Nº 195/12 - do Poder Executivo - (MSC 277/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 119, de 02 de março de 2012, que autoriza à Associação Rádio Comunitária Aguiarnópolis executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Aguiarnópolis, Estado do Tocantins".

RELATOR: deputado DR. ADILSON SOARES.

TVR Nº 206/12 - do Poder Executivo - (MSC 287/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 703, de 29 de julho de 2010, que autoriza à Associação Rádio Comunitária Poço Cerrado executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Tangará, Estado do Rio Grande do Norte".

RELATOR: deputado WALDIR MARANHÃO.

TVR Nº 211/12 - do Poder Executivo - (MSC 287/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 787, de 26 de agosto de 2010, que autoriza à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Astorga executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Astorga, Estado do Paraná".

RELATOR: deputado TAKAYAMA.

TVR Nº 212/12 - do Poder Executivo - (MSC 287/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 921, de 14 de outubro de 2010, que autoriza à Associação de Radiodifusão Cultural e Ambiental de Heitorai executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Heitorai, Estado de Goiás".

RELATOR: deputado SANDES JÚNIOR.

TVR Nº 213/12 - do Poder Executivo - (MSC 287/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 931, de 14 de outubro de 2010, que autoriza à Associação Comunitária Para o Desenvolvimento de Pindorama executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pindorama, Estado de São Paulo".

RELATOR: deputado PAULO TEIXEIRA.

TVR Nº 215/12 - do Poder Executivo - (MSC 287/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 939, de 14 de outubro de 2010, que autoriza à Associação Radiodifusão Comunitária Independência executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Tutóia, Estado do Maranhão".

RELATORA: deputada LUCIANA SANTOS.

TVR Nº 220/12 - do Poder Executivo - (MSC 287/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1055, de 08 de novembro de 2010, que autoriza à Associação Latino Americana de Combate à Miséria e à Violência - Projeto Sol Para Todos - Organização Não Governamental executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Recife, Estado de Pernambuco".

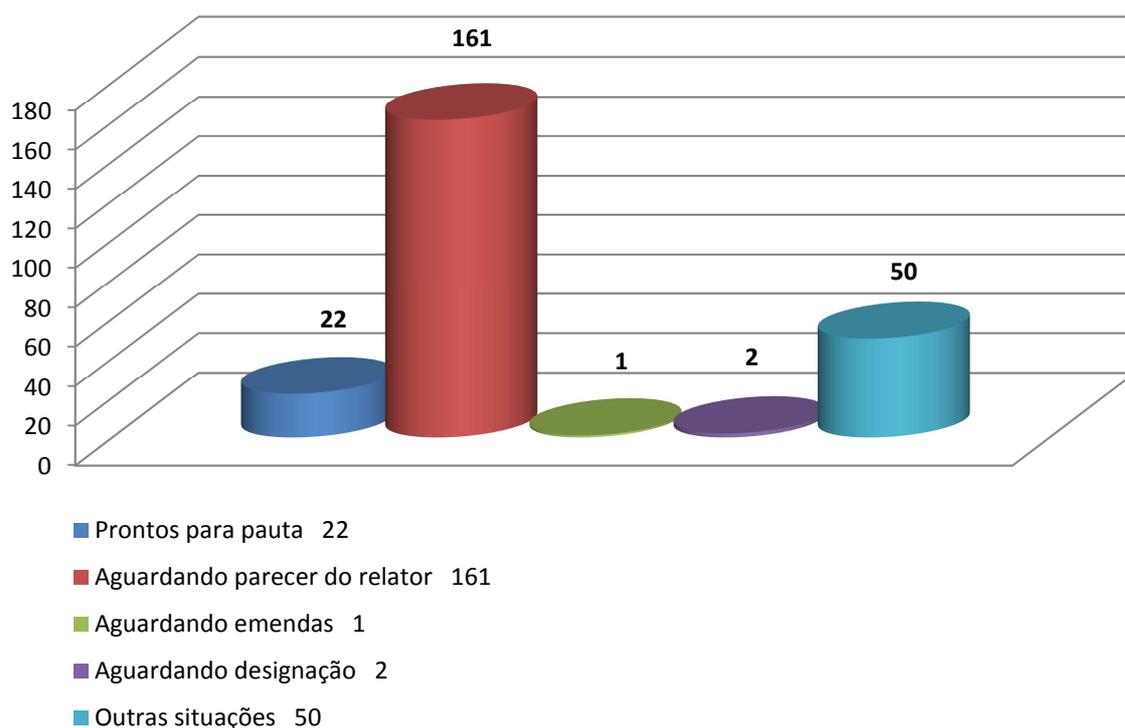
RELATOR: deputado SÉRGIO GUERRA.

C – AGUARDANDO DEVOLUÇÃO DO RELATOR (NÃO MEMBRO)

TVR Nº 94/12 - do Poder Executivo - (MSC 102/2012) - que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 485, de 31 de maio de 2010, que renova a permissão outorgada à Rádio Princesa do Oeste Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina".

RELATOR: deputado JONAS DONIZETTI.

4.2 – PROJETOS³



A – PRONTOS PARA PAUTA

PL Nº 5.344/01 - do Sr. Cabo Júlio - que "Modifica a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que 'Dispõe sobre a proteção do consumidor, e dá outras providências', determinando o uso de letras de tamanho similar em todo o texto dos anúncios veiculados pela televisão". (Apensados: PLs 3.932/04 e 4.088/04).

RELATOR: deputado ABELARDO CAMARINHA.

PARECER: pela aprovação deste e dos PLs 3.932/04 e 4.088/04, apensados, na forma do substitutivo da CDC, e pela rejeição da Emenda 1/11, da CCTCI.

PL Nº 3.396/08 - do Sr. Eduardo Cunha - que "Dispõe sobre a comercialização de equipamentos de radiação".

RELATOR: deputado CLAUDIO CAJADO.

PARECER: pela aprovação, com emenda.

PL Nº 7.526/10 - do Sr. Rodrigo Rollemberg - que "Dispõe sobre os incentivos às indústrias espaciais, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Espacial (PADIE), altera a Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, e estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no setor espacial".

RELATOR: deputado SIBÁ MACHADO.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

PL Nº 275/11 - do Sr. Chico Lopes - que "Proíbe a cobrança de roaming nacional ou adicional de deslocamento, em localidades atendidas pelas mesmas redes das operadoras de telefonia móvel contratada". (Apensado: PL 967/11).

RELATOR: deputado FÁBIO RAMALHO.

PARECER: pela aprovação deste e do PL 967/11, apensado, na forma do substitutivo aprovado pela CDC.

PL Nº 465/11 - do Sr. Roberto Britto - que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de cobertura do serviço móvel em chamadas roaming ao longo de estradas federais".

RELATOR: deputado AUGUSTO COUTINHO.

PARECER: pela aprovação.

³ Incluídos os projetos apensados.

PL Nº 533/11 - da Sra. Lauriete - que "Acrescenta os arts. 265-A, 265-B e 265-C ao Estatuto da Criança e do Adolescente". (Apensados: PLs 1.760/11 e 4.469/12).

RELATOR: deputado PASTOR EURICO.

PARECER: pela aprovação deste e dos PLs 1.760/11 e 4.469/12, apensados, com substitutivo.

PL Nº 835/11 - do Sr. Claudio Cajado - que "Dispõe sobre normas para o registro de domínios de internet nas categorias sob o .br".

RELATOR: deputado AUGUSTO COUTINHO.

PARECER: pela aprovação deste na forma do substitutivo aprovado na CDEIC.

PL Nº 973/11 - do Sr. Romero Rodrigues - que "Dispõe sobre o acesso a telefonia fixa e móvel nas rodovias federais e dá outras providências". (Apensado: PL 2.037/11).

RELATOR: deputado EMANUEL FERNANDES.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

PL Nº 1.712/11 - do Sr. João Dado - que "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, dispondo sobre a fiscalização remota das redes e serviços de telecomunicações de interesse coletivo".

RELATOR: deputado ALEXANDRE CARDOSO.

PARECER: pela rejeição.

PL Nº 3.070/11 - do Sr. Aguinaldo Ribeiro - que "Proíbe a exposição da imagem de crianças e adolescentes doentes pelos veículos de comunicação social".

RELATOR: deputado RUY CARNEIRO.

PARECER: pela rejeição.

PDC Nº 583/12 - do Sr. Sebastião Bala Rocha - que "Susta os efeitos da Portaria nº 461, de 16 de maio de 2012, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que anulou dispositivos sobre a adoção de jornada de trabalho flexível para seus servidores em razão de determinação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão".

RELATOR: deputado SIBÁ MACHADO.

PARECER: pela rejeição.

PL Nº 3.176/12 - do Sr. Edson Pimenta - que "Altera a Lei Postal para tornar obrigatória a identificação do remetente de pequenas-encomendas e encomendas".

RELATOR: deputado SIBÁ MACHADO.

PARECER: pela rejeição.

PL Nº 3.324/12 - do Sr. Jesus Rodrigues - que "Acrescenta o § 4º ao art. 77-B da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, estabelecendo restrições à propaganda de veículos automotivos, proibindo a utilização de som, imagem e/ou qualquer outro meio sobre aqueles que irão vê-lo ou ouvi-lo em anúncios que demonstrem qualquer infração as normas de trânsitos brasileiras previstas no CTB, que induza atividades criminosas, ilegais e/ou violentas no trânsito, favorecendo, enaltecendo ou estimulando tais atividades".

RELATOR: deputado JOSÉ ROCHA.

PARECER: pela rejeição.

PL Nº 3.558/12 - do Sr. Armando Vergílio - que "Dispõe sobre a utilização de sistemas biométricos, a proteção de dados pessoais e dá outras providências". (Apensado: PL 4.060/12).

RELATOR: deputado EDUARDO AZEREDO.

PARECER: pela aprovação deste e do PL 4.060/12, apensado, com substitutivo.

PL Nº 3.655/12 - do Sr. Eduardo Barbosa - que "Altera a Tabela de Valores da Taxa de Fiscalização de Instalação, objeto da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Lei nº 9.472, de 16 de julho de 2007, e Lei nº 9.691, de 22 de julho de 1998; altera a Tabela de Valores da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, objeto da Lei nº 11.652, de 07 de abril de 2008; altera a Tabela de Valores da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE, objeto da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; e Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011; e dá outras providências".

RELATOR: deputado MANOEL JUNIOR.

PARECER: pela aprovação, com emendas.

B – AGUARDANDO PARECER DO RELATOR

PL Nº 2.701/97 - do Sr. Fernando Ferro - que "Dispõe sobre o Serviço de Televisão Comunitária". (Apensado: PL 3.459/04).
RELATORA: deputada LUIZA ERUNDINA.

PL Nº 3.197/00 - do Sr. João Paulo - que "Dispõe sobre a cobrança de preço público nos casos que menciona". (Apensados: PLs 5.646/05, 7.548/06, 4.700/09 e 4.699/09).
RELATOR: deputado BRUNO ARAÚJO.

PL Nº 3.894/00 - do Sr. Pompeo de Mattos - que "Disciplina a publicidade e propaganda dos Poderes Executivos, Legislativos e Judiciário, e entidades da administração indireta". (Apensados: PLs 4.327/01, 1.330/03, 6.106/05, 7.206/06, 7.587/06, 5.155/09, 665/07, 4.772/09, 7.365/10, 1.742/11, 2.426/11, 3.850/12, 3.934/12, 4.167/12, 4.170/12 e 4.414/12).
RELATORA: deputada LUIZA ERUNDINA.

PL Nº 5.269/01 - do Senado Federal - que "Dispõe sobre a veiculação de programação educativa para crianças, por meio dos canais de radiodifusão de sons e imagens (televisão), e estabelece sanções pelo seu descumprimento".
(Apensados: PLs 1.568/99, 4.566/04, 4.846/05, 2.415/96, 3.930/04, 3.573/00, 3.013/04, 4.324/04, 7.249/02, 2.029/99, 4.337/04, 963/07, 11/03, 2.134/96, 2.400/03, 6.532/06, 2.507/00, 2.112/03, 6.276/02, 911/07, 4.360/98, 3.046/97, 3.408/04, 3.422/97, 593/03, 919/03, 3.726/04, 1.622/03, 6.333/02, 2.125/03, 5.577/09, 6.968/10, 7.249/10, 7.876/10, 7.463/10, 384/11, 1.591/11, 2.743/11 e 3.296/12).
RELATOR: deputado RUY CARNEIRO.

PL Nº 5.921/01 - do Sr. Luiz Carlos Hauly - que "Acrescenta parágrafo ao art. 37, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que 'Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências'".
RELATOR: deputado SALVADOR ZIMBALDI.

PL Nº 768-E/03 - Emendas do Senado Federal ao PL 768/03 - que "Modifica a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), obrigando as operadoras de telefonia fixa comutada a divulgar a legislação de defesa do consumidor nas listas telefônicas de distribuição obrigatória".
RELATOR: deputado SANDRO ALEX.

PL Nº 1.337/03 - do Sr. Wladimir Costa - que "Acrescenta Parágrafo único ao Art. 7º da Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, que 'Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Radialista e dá outras providências', a fim de proibir a concessão de registro provisório".
RELATOR: deputado BETO MANSUR.

PL Nº 1.878/03 - do Sr. Edson Duarte - que "Autoriza as emissoras educativas estatais a transmitirem, sem custos, eventos esportivos de interesse nacional". (Apensado: PL 825/07).
RELATOR: deputado NEWTON LIMA.

PL Nº 3.684/04 - do Sr. Carlos Eduardo Cadoca - que "Dispõe sobre medidas creditícias de incentivo às empresas de desenvolvimento de programas de computador livres". (Apensado: PL 2.469/07).
RELATOR: deputado SANDRO ALEX.

PL Nº 4.026/04 - do Sr. Cláudio Magrão - que "Dispõe sobre os limites à concentração econômica nos meios de comunicação social, e dá outras providências". (Apensado: PL 6.667/09).
RELATOR: deputado PAULO TEIXEIRA.

PL Nº 4.961/05 - do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame - que "Altera dispositivos da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996". (Apensado: PL 654/07).
RELATOR: deputado NEWTON LIMA.

PL Nº 6.915/06 - do Sr. Eduardo Sciarra - que "Estabelece diretrizes para a introdução e operação do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens (televisão) com tecnologia digital e dá outras providências".
RELATOR: deputado JOSÉ ROCHA.

PL Nº 377/07 - dos Srs. Sérgio Moraes e William Woo - que "Obriga a criação e manutenção de cadastro de usuários e o imediato bloqueio, pelos prestadores de serviços de telecomunicações, de aparelhos celulares, em caso de comunicação de roubo, furto ou extravio; proíbe a utilização de dispositivo que bloqueia o identificador de chamada, e dá outras providências". (Apensados: PLs 2.973/08, 5.351/09, 5.518/09, 5.520/09, 5.886/09, 2.135/11 e 3.217/12).
RELATORA: deputada LUIZA ERUNDINA.

PL Nº 618/07 - do Sr. Lincoln Portela - que "Dispõe sobre prazo de validade do crédito do telefone celular habilitado no Plano de Serviço Pré-Pago". (Apensado: PL 1.325/07).
RELATOR: deputado BRUNO ARAÚJO.

PL Nº 1.619/07 - do Sr. Geraldo Resende - que "Dispõe sobre a obrigação das prestadoras do Serviço Móvel Pessoal de enviar mensagem aos seus assinantes quando da realização de campanhas de vacinação".
RELATOR: deputado SANDRO ALEX.

PL Nº 2.400/07 - do Sr. Moreira Mendes - que "Dispõe sobre o serviço de telefonia e dá outras providências".
RELATOR: deputado JULIO CAMPOS.

PL Nº 2.722/07 - da CLP - que "Dispõe sobre a possibilidade de acúmulo das franquias de minutos mensais ofertados pelas operadoras de telefonia".
RELATOR: deputado RUY CARNEIRO.

PL Nº 4.646/09 - do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame - que "Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de sistema eletrônico de reconhecimento de registros biométricos digitalizados para o pagamento de benefícios da seguridade social, em transações de financiamentos e empréstimos pessoais consignados e para a habilitação e utilização de aparelhos de telefonia celular pré-pagos".
RELATOR: deputado RUY CARNEIRO.

PL Nº 5.059/09 - do Sr. Otavio Leite - que "Estabelece procedimento facilitador para a acessibilidade na comunicação telefônica, através de SMP - Serviço Móvel Pessoal, para pessoa com deficiência auditiva e da fala em cumprimento ao inciso XIV do art. 24 da Constituição Federal".
RELATOR: deputado ANTONIO IMBASSAHY.

PL Nº 5.239/09 - do Sr. Carlos Bezerra - que "Altera o art. 605 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para alterar o prazo para a publicação do edital de cobrança da contribuição sindical e incluir a Internet como veículo de publicação".
RELATOR: deputado JULIO CAMPOS.

PL Nº 5.489/09 - do Sr. João Dado - que "Obriga as prestadoras que ofertarem plano pré-pago de serviço de comunicação móvel pessoal a concederem minutos adicionais de conversação ao usuário quando o saldo remanescente de créditos for de um minuto".
RELATOR: deputado BRUNO ARAÚJO.

PL Nº 5.534/09 - do Sr. José Mentor - que "Veda a transmissão de lutas marciais pelas emissoras de televisão na forma que especifica e dá outras providências".
RELATOR: deputado BRUNO ARAÚJO.

PL Nº 5.867/09 - do Sr. Luiz Carlos Haully - que "Regulamenta a participação de crianças e adolescentes nos meios de comunicação".
RELATOR: deputado JOSÉ ROCHA.

PL Nº 6.104/09 - da Sra. Manuela D'Ávila - que "Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962". (Apensado: PL 6.257/09).
RELATOR: deputado MARCOS MONTES.

PL Nº 6.382/09 - do Senado Federal - que "Dispõe sobre a tarifa telefônica nas ligações interurbanas a provedores de Internet". (Apensados: PLs 198/03, 211/03, 3.076/04 e 4.422/08).
RELATOR: deputado BRUNO ARAÚJO.

PL Nº 6.853/10 - do Sr. Wladimir Costa - que "Obriga que imagens utilizadas em peças publicitárias ou publicadas em veículos de comunicação, que tenham sido modificadas com o intuito de alterar características físicas de pessoas retratadas, tragam mensagem de alerta acerca da modificação". (Apensado: PL 704/11).
RELATOR: deputado SANDRO ALEX.

PL Nº 7.354/10 - do Sr. Julio Delgado - que "Dispõe sobre a compensação a clientes da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no caso de atraso ou extravio de objeto postal".
RELATOR: deputado RONALDO NOGUEIRA.

PFC Nº 62/11 - da Sra. Luiza Erundina - que "Propõe que a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em concurso com o Tribunal de Contas da União, realize auditoria de natureza operacional sobre os procedimentos adotados pelo Poder Executivo para fiscalizar a prática de subconcessão, arrendamento ou alienação a terceiros promovida por concessionários e permissionários de serviços públicos de radiodifusão sonora e de sons e imagens sem a autorização competente".
RELATOR: deputado SILAS CÂMARA.

PL Nº 112/11 - do Sr. Sandes Júnior - que "Altera a Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, tornando obrigatória a transmissão de sorteios e operações assemelhadas, ao momento em que se realizem, pela Internet". (Apensado: PL 2.173/11).

RELATOR: deputado JULIO CAMPOS.

PL Nº 188/11 - do Sr. Weliton Prado - que "Dispõe sobre a adaptação de computadores em Lan Houses, Cyber Cafés, para utilização por pessoas portadoras de necessidades visuais e dá outras providências".

RELATOR: deputado AUREO.

PL Nº 360/11 - do Sr. José Airton - que "Dispõe sobre a proibição de exposição de conteúdos impróprios para crianças em bancas de jornais, videolocadoras, cinemas e sítios da Internet e dá outras providências".

RELATORA: deputada LUIZA ERUNDINA.

PL Nº 401/11 - da Sra. Nilda Gondim - que "Acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que 'Dispõe sobre a proteção ao consumidor e dá outras providências'". (Apensado: PL 768/11).

RELATORA: deputada LUCIANA SANTOS.

PL Nº 490/11 - do Senado Federal - que "Altera a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que "institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências", para disciplinar a denominação das entidades autorizadas a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária". (Apensados: PLs 4.186/98, 1.513/99, 1.550/03, 1.594/03, 1.665/03, 2.105/03, 2.189/03, 2.949/00, 4.156/01, 4.165/01, 4.225/98, 6.851/02, 5.669/01, 6.464/02, 7.046/06, 7.542/06, 2.480/07, 3.790/08, 4.799/09, 1.523/11, 1.944/11, 2.535/11 e 2.519/11).

RELATOR: deputado SALVADOR ZIMBALDI.

PDC Nº 541/11 - do Sr. João Campos - que "Dispõe sobre a realização de plebiscito para decidir sobre a adoção do horário de verão no território brasileiro".

RELATOR: deputado RONALDO NOGUEIRA.

PL Nº 1.247/11 - dos Srs. Silas Câmara e Marcelo Aguiar - que "Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para permitir a expedição de autorização de operação, em caráter provisório, que perdurará até a apreciação, pelo Congresso Nacional, do ato de outorga de serviço de radiodifusão". (Apensado: PL 4.336/12).

RELATOR: deputado AUREO.

PL Nº 1.397/11 - do Sr. Eleuses Paiva - que "Institui a Política Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor Farmacêutico".

RELATOR: deputado BRUNO ARAÚJO.

PL Nº 1.808/11 - do Sr. Dr. Jorge Silva - que "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, com o objetivo de instituir campanha em cartões telefônicos contra o consumo de crack e outras drogas".

RELATOR: deputado AUREO.

PL Nº 2.093/11 - do Sr. Junji Abe - que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições financeiras bancárias disponibilizarem acesso, via autoatendimento ou internet, às informações previdenciárias de seus correntistas".

RELATOR: deputado BRUNO ARAÚJO.

PL Nº 2.166/11 - do Sr. Aureo - que "Dispõe sobre a comercialização de programas de computador e jogos eletrônicos".

RELATOR: deputado BETO MANSUR.

PL Nº 2.264/11 - da Sra. Luiza Erundina - que "Dispõe sobre a revogação dos §§ 1º, 5º, 7º, 8º e 9º art. 32, da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011".

RELATOR: deputado JOSÉ ROCHA.

PL Nº 2.495/11 - do Sr. Pastor Marco Feliciano - que "Altera a redação da alínea "e" do art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para proibir a diminuição da potência do sistema irradiante de emissoras de radiodifusão sonora durante a transmissão do programa oficial dos Poderes da República (A Voz do Brasil)".

RELATOR: deputado FÁBIO RAMALHO.

PL Nº 2.584/11 - do Sr. João Rodrigues - que "Dispõe sobre a dublagem de filmes estrangeiros exibidos por meio de emissoras de radiodifusão de sons e imagens (televisão) abertas, e por canais transmitidos por meio de televisão por assinatura cuja programação seja empacotada em território nacional". (Apensado: PL 2.630/11).

RELATOR: deputado MANOEL JUNIOR.

PL Nº 2.887/11 - do Sr. Dimas Fabiano - que "Proíbe a inserção, pelas empresas de telefonia móvel, durante as ligações efetuadas por clientes, de mensagem de voz com cobrança por conta não paga e dá outras providências".

RELATOR: deputado CLAUDIO CAJADO.

PL Nº 3.140/12 - do Sr. Romero Rodrigues - que "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, estabelecendo sanções para as prestadoras do Serviço Móvel Pessoal em caso de cobrança indevida ou suspensão injustificada do serviço".

RELATOR: deputado ANTONIO IMBASSAHY.

PL Nº 3.333/12 - do Sr. Cabo Juliano Rabelo - que "Altera o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, reservando canal em âmbito nacional para a transmissão da programação da TV Escola em sinal aberto".

RELATORA: deputada LUCIANA SANTOS.

PL Nº 3.612/12 - do Sr. Rogério Carvalho - que "Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, para estabelecer que o programa A Voz do Brasil observe o horário local do ouvinte".

RELATOR: deputado FÁBIO RAMALHO.

PL Nº 3.699/12 - do Sr. Paulo Feijó - que "Dispõe sobre a atualização periódica dos mapas dos sistemas de navegação para dispositivos de sistema de posicionamento global – GPS".

RELATOR: deputado ANTONIO IMBASSAHY.

PL Nº 3.788/12 - do Senado Federal - que "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para garantir a facilitação de atendimento do consumidor por órgãos públicos de proteção e defesa por meio da internet".

RELATOR: deputado ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA.

PL Nº 3.906/12 - do Sr. Felipe Bornier - que "Acrescenta inciso ao art. 70 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para coibir a diferença abusiva de preços e tarifas entre os planos de serviço pré-pagos e pós-pagos de telefonia". (Apensado: PL 4.524/12).

RELATOR: deputado ELIENE LIMA.

PL Nº 3.919/12 - dos Srs. João Ananias e Chico Lopes - que "Altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, que 'Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado', disciplinando a aplicação de sanções às prestadoras dos serviços de televisão por assinatura".

RELATOR: deputado ARIOSTO HOLANDA.

PL Nº 4.107/12 - do Sr. Wilson Filho - que "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que o licenciamento de obras de infraestrutura de telecomunicações seja competência exclusiva da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), independentemente de outras jurisdições normativas". (Apensado: PL 4.571/12).

RELATOR: deputado FRANCISCO FLORIANO.

PL Nº 4.133/12 - do Senado Federal - que "Dispõe sobre a concessão de financiamento às entidades detentoras de autorização para a exploração de Serviço de Radiodifusão Comunitária".

RELATOR: deputado RUY CARNEIRO.

PL Nº 4.401/12 - do Sr. Inocêncio Oliveira - que "Modifica a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que 'Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995', dispondo sobre a obrigatoriedade da oferta do serviço de telefonia móvel em localidades com população superior a mil e quinhentos habitantes".

RELATOR: deputado FÁBIO RAMALHO.

PL Nº 4.570/12 - do Sr. Wellington Fagundes - que "Altera as Leis nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, estabelecendo normas para a outorga dos serviços de radiodifusão".

RELATOR: deputado ANTONIO IMBASSAHY.

C – AGUARDANDO EMENDAS

PL Nº 3.333/12 - do Sr. Cabo Juliano Rabelo - que "Altera o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, reservando canal em âmbito nacional para a transmissão da programação da TV Escola em sinal aberto".

RELATORA: deputada LUCIANA SANTOS.

D – AGUARDANDO DESIGNAÇÃO

PL Nº 1.821/03 - do Sr. Vicentinho - que "Dispõe sobre a veiculação obrigatória, nas emissoras de televisão, de desenhos animados produzidos nacionalmente e dá outras providências".

PL Nº 2.080/11 - do Sr. Wilson Filho - que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação de informações, pelas emissoras de rádio e de televisão, de material educativo sobre o combate ao uso de drogas ilícitas".

E – OUTRAS SITUAÇÕES

PFC Nº 39/08 - da Sra. Luiza Erundina - que "Propõe que a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática realize, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, auditoria de natureza operacional sobre os procedimentos adotados pelo Poder Executivo para fiscalizar o atendimento pelas prestadoras dos limites de exposição humana à radiação eletromagnética".

RELATOR: deputado JONAS DONIZETTE.

AGUARDANDO DEVOLUÇÃO DO RELATOR (NÃO MEMBRO).

PL Nº 104/11 - do Sr. Sandes Júnior - que "Obriga as pessoas jurídicas que comercializem produtos ou serviços pela Internet a informar seu número no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, e o endereço e o telefone de suas instalações físicas". (Apensados: PLs 2.367/11 e 3.200/12).

RELATOR: deputado RATINHO JUNIOR.

ENCAMINHADO À CCP (COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES) POR TER SIDO APENSADO AO PL 4.906/01.

PFC Nº 130/10 - do Sr. Eduardo Gomes - que "Propõe que a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em concurso com o Tribunal de Contas da União, realize auditoria operacional sobre os procedimentos adotados pelo Poder Executivo para fiscalizar a participação estrangeira nas empresas jornalísticas".

RELATOR: deputado PAULO ABI-ACKEL.

PARECER: pela implementação.

RETIRADO DE TRAMITAÇÃO.

PDC Nº 406/11 - da Sra. Liliam Sá - que "Susta os efeitos da Resolução nº 2, de 2011, da Empresa Brasil de Comunicação, que 'Dispõe sobre os programas de cunho religioso nos veículos da EBC'".

RELATOR: deputado PASTOR EURICO.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

RETIRADO DE TRAMITAÇÃO.

PL Nº 702/11 - do Sr. Marcelo Matos - que "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, restringindo a veiculação de propaganda de produtos infantis".

RELATOR: deputado MANOEL JUNIOR.

ENCAMINHADO À CCP EM RAZÃO DE NOVO DESPACHO.

PL Nº 834/11 - do Sr. Carlinhos Almeida - que "Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 6.538, de 22 de julho de 1978, com o objetivo de ampliar o direito de acesso domiciliar ao serviço postal e de telegrama".

RELATOR: deputado PAULO WAGNER.

PARECER: pela aprovação.

RETIRADO DE TRAMITAÇÃO.

PL Nº 1.427/11 - do Sr. Antonio Roberto - que "Dispõe sobre o serviço de atendimento telefônico ao consumidor".

RELATOR: deputado RODRIGO DE CASTRO.

ENCAMINHADO À CCP APENSADO AO PL 5.616/05, AMBOS VINCULADOS AO PL 2.522/07.

PL Nº 2.522/07 - do Senado Federal - que "Acrescenta inciso ao art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir atendimento presencial aos usuários de serviços de telecomunicações". (Apensados: PLs 4.195/04, 1.086/07, 1.094/07, 1.798/07, 1.840/07, 2.228/07, 2.394/07, 3.087/08, 3.663/08, 4.199/04, 4.824/05, 501/07, 5.525/05, 5.595/05, 5.616/05, 5.648/05, 5.696/05, 5.745/09, 5.881/05, 5.99/07, 6.156/09, 7.956/10, 5.538/09, 5.881/09, 1.256/11, 1.509/11, 681/11, 705/11, 1.098/11, 847/11, 1.891/11, 2.522/07, 2.854/11, 3.136/11, 3.090/12, 3.742/12 e 1.427/11).

RELATOR: deputado SANDRO ALEX.

ENCAMINHADO À CCP EM RAZÃO DA CRIAÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL, EM 12/06/12.

PL Nº 2.812/11 - do Sr. Edson Pimenta - que “Veda a exibição de imagens que atentem contra a dignidade da pessoa humana em programas do tipo reality show”.

RELATOR: deputado RUY CARNEIRO.

PARECER: pela rejeição.

O DEPUTADO AROLDE DE OLIVEIRA APRESENTOU VOTO EM SEPARADO.

RETIRADO DE TRAMITAÇÃO.

PL Nº 2.955/11 - do Sr. Zequinha Marinho - que “Estabelece prazo para o início de operação de serviço de radiodifusão após a concessão da outorga”.

RELATOR: deputado PAULO ABI-ACKEL.

PARECER: pela aprovação, com emenda.

RETIRADO DE TRAMITAÇÃO.

PL Nº 3.279/12 - do Sr. Carlos Bezerra - que “Dispõe sobre o uso de criptografia em peticionamento eletrônico”.

RELATOR: deputado CARLINHOS ALMEIDA.

PARECER: pela aprovação, com emenda.

ENCAMINHADO À CCP POR TER SIDO APENSADO AO PL 6.025/05.

4.3 – REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO Nº 143/12 - do Sr. Antonio Imbassahy - que "Solicita que seja incluído como convidado o Sr. Eduardo Levy, diretor-executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal - SindiTelebrasil, para participar da audiência pública que acontecerá em 07/08, nesta comissão, para tratar da recente decisão da Anatel de suspender a venda de novos planos das operadoras TIM, Oi e Claro".

ARQUIVADO em 16/08/12, por perda de objeto.

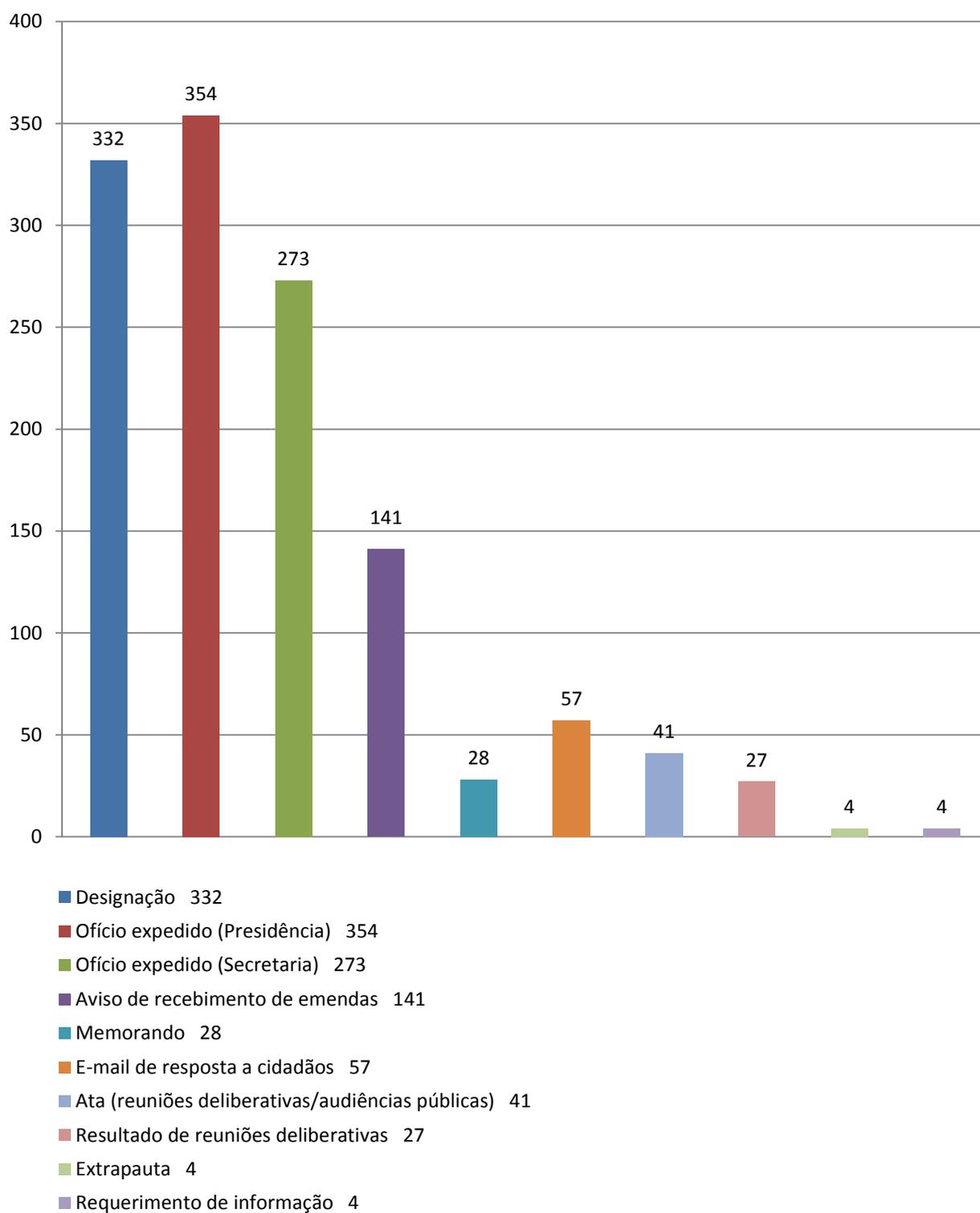
Evento realizado em 07/08/12.

REQUERIMENTO Nº 155/12 - do Sr. Júlio Campos - que "Requer a realização de audiência pública para discutir a segurança do sistema de votação eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral".

PRONTO PARA PAUTA.

5 – SECRETARIA DA COMISSÃO

5.1 – RESUMO DE ATIVIDADES



5.2 – COMPOSIÇÃO

QUADRO EFETIVO
<p>Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira Secretária</p> <p>Adalva de Oliveira Abath Diniz Christiano de Lima Silva Dione Marlene de Sousa Melo Fernando Antonio D'Almeida Ponce Francisco das Chagas Carvalho Silva Gilmar Alves de Almeida João Edvaldo Rios Luiza Maria Silva Soares Maria Gorette da Silva Pessoa Nilon Pereira dos Santos Raimundo José Alves</p>
CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL (CNEs)
<p>Ranúlio Alves dos Santos Araújo Reginaldo Gonçalves Lessa Sebastião Ferreira Cascão Júnior Taciana Pradines Coêlho Yacy Nunes Suarez</p>
PRÓ-ADOLESCENTES
<p>Ludimila Karina Coimbra Soares Wesley de Souza Barreto</p>

CONTATOS

Página na internet

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cctci>

E-mail

cctci.decom@camara.leg.br

Telefones

(61) 3216-6450 a 6461

Endereço

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados
Anexo II - Térreo - Ala A - Sala T-51
CEP 70.160-900 - Brasília-DF

Fax

(61) 3216-6465 a 6467